



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

LUCAS MARIANO MACIEL BAQUEIRO MIRANDA RODRIGUES

OS FLAUTISTAS DE HAMELIN: POPULISMO DIGITAL NO BRASIL

Salvador
2023

**LUCAS MARIANO MACIEL BAQUEIRO MIRANDA
RODRIGUES**

OS FLAUTISTAS DE HAMELIN: POPULISMO DIGITAL NO BRASIL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

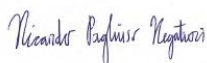
Orientador: Prof. Dr. Ricardo Pagliuso Regatieri

Salvador
2023

**LUCAS MARIANO MACIEL BAQUEIRO MIRANDA
RODRIGUES**

“ OS FLAUTISTAS DE HAMELIN: POPULISMO DIGITAL NO BRASIL ”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais e, aprovada em vinte de março de dois mil e vinte e quatro, pela Comissão formada pelos professores:



Prof. Dr. Ricardo Pagliuso Regatieri (PPGCS – UFBA)
Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo



Documento assinado digitalmente
ANA RODRIGUES CAVALCANTI ALVES
Data: 20/03/2024 13:38:45-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. Ana Rodrigues Cavalcanti Alves (PPGCS - UFBA)
Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco



Prof. Dr. Helio Pirajá Cannone (Dep. de Ciência Política - UFBA)
Doutor em Ciência Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro



Documento assinado digitalmente
CLOVIS ROBERTO ZIMMERMANN
Data: 20/03/2024 12:48:41-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Clovis Roberto Zimmermann (PPGCS –UFBA)
Doutor em Sociologia pela Universitat Heidelberg (Alemanha)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)
Biblioteca Universitária Isaias Alves (BUIA/FFCH)

R696 Rodrigues, Lucas Mariano Maciel Baqueiro Miranda
Os Flautistas de Hamelin: populismo digital no Brasil / Lucas Mariano Maciel Baqueiro
Miranda Rodrigues, 2023.
133 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Pagliuso Regatieri
Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

1 Populismo. 2. Digital. 3. Bolsonaro, Jair, 1955-. I. Regatieri, Ricardo Pagliuso.
II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 320.5

Sumário

Folha de aprovação	3
Sumário	5
Agradecimentos	11
Epígrafe.....	16
Resumo	11
Abstract.....	12
Introdução	13
O populismo e o populismo digital.....	15
Abordagens e conceitos em populismo.....	17
O populismo na história	29
O populismo no Brasil.....	38
O populismo digital.....	49
Aspectos identitários do bolsonarismo	55
O mito fundante do soldado-cidadão	59
Identidade forjada no agonismo	64
O antagonista perfeito e a emergência do populismo digital	79
Bolsonarismo como cultura e ação	88
Os ingredientes da massa	88
Homogeneização do heterogêneo: o crescimento da massa.....	103
Movimentos naturais da massa: estética, linguagem e cultura.....	111
Conclusão.....	119
Referências.....	123

Agradecimentos

Quem muito deve, muito tem a agradecer. Por essa razão, são profusos os agradecimentos que tenho a fazer, com o risco de esquecer mais alguém a quem deva ser grato, pelo que, desde já, peço desculpas. Como o caminho foi repleto de dor e sofrimento, pode ser que estes agradecimentos revelem um certo amargor.

Agradeço, em primeiro lugar, à minha mãe, Adilene. Com todas as dificuldades formais emergidas de uma vida de violências, criou, praticamente sozinha, sem ajuda de absolutamente ninguém, um filho neurodivergente, lutando para dar a melhor educação possível em um tempo em que não se sabia nada sobre o transtorno do espectro autista, nem que ter altas habilidades era uma maldição disfarçada de bênção. Minha mãe pôs em segundo lugar sua vida profissional e pessoal ao pedir demissão da rede municipal de ensino do Salvador, onde era professora, para cuidar de dois filhos fisicamente enfermos e protegê-los. Depois, no segundo tempo da vida, é que buscou se reconstruir, graduando-se e se tornando psicopedagoga, sobretudo para melhor compreender, catarticamente, as necessidades que vivenciou ao formar família. Não agradeço apenas pelo sacrifício, nem por me dar a vida, mas também pelo exemplo que me legou.

Em segundo lugar, agradeço profusamente a Tibério por todo o apoio durante a árdua jornada acadêmica que travamos, juntos, nos últimos anos, contra tudo e contra todos. Quando, à beira da morte — depois de ter sido enganado pelos médicos, enquanto delirava e convulsionava com septicemia — eu falei que estava com medo do fim, ele me disse: “não vai ser agora, você ainda vai se formar, ser mestre e realizar seus sonhos”. Isso me deu força para não entrar à mansão de Tântatos. E a força não cessou aí: contei consigo nas noites de estudo, de angústia, de temor. Sem a resiliência e força que me transmitiu, não teria chegado aonde cheguei. Este título de mestre é também seu.

Quero, especialmente, agradecer ao menino Lucas. Neurodivergente, surdo de nascença e até os cinco anos de idade, aprendeu a ler e escrever sozinho, enquanto folheava as páginas dos muitos volumes da coleção “O Mundo da Criança”, da Editora Delta, 1954. Por ter aprendido a ler e escrever assim, conforme o Formulário Ortográfico de 1943, apanhou de uma professora na alfabetização, de outra à quinta série, e ainda ouve, hoje em dia, que “escreve de uma forma muito arcaica e desnecessária”: mas, essa foi a alfabetização e sociabilização disponíveis para um menino surdo e autista, sobretudo em um tempo que não se falava sobre necessidades especiais. Agradeço-lhe, menino, por ter mantido o sorriso apesar da violência,

do *bullying* e da incompreensão, sobretudo no ambiente escolar e acadêmico. A você é que dedico tudo.

Com certo amargor, estendo meus agradecimentos, também, àqueles que tornaram meu caminho difícil e tentaram fazê-lo impossível. Personifico-os em professores do Colegiado de Ciências Sociais da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco — alguns dos quais, por ironia do destino, hoje estão na Universidade Federal da Bahia. Tendo sido duramente perseguido pelo fato de ser estagiário do anterior reitor, a quem os docentes faziam oposição política; tendo sido mais perseguido ainda por exercer o direito de se posicionar e de debater como cidadão e ser pensante, fui brindado com a informação de que jamais me graduaria ali. De fato, não me graduei naquela que deveria ser minha *alma mater*. Tornei-me bacharel e mestre por outra instituição de prestígio. A intolerância, que visava interromper minha trajetória, não prosperou no caminho.

Não foi o primeiro desafio de minha trajetória, nem foi o último. Em outras instâncias, tive de lidar com a incapacidade de conviver com a diversidade e com a divergência — até mesmo a neurodivergência que se revela e imprime no jeito de olhar, no jeito de escrever, nos caminhos de pensar e expressar — na academia e fora. A incompreensão de pares, docentes, e daqueles a quem admiro ou admirava, foram rotina. Nada disso me venceu. Por isso, dedico-lhes o “Poeminha do Contra”, de Mário Quintana:

“Todos esses que estão aí
Atravancando o meu caminho
Eles passarão...
Eu passarinho!”

A lição da cozinha, preciosa conselheira, é de que o amargor e o ácido são necessários para realçar os sabores. Por isso, também quero agradecer àqueles que, positivamente, travei contato na jornada, a saber:

Ao Prof. Dr. Everton Behrmann Araújo, que, acolhendo-me ainda quando graduando, incentivou-me a buscar a pós-graduação, ajudando-me a pensar em perguntas de partida, a formular um anteprojeto de mestrado, e a lidar com as dificuldades da vida acadêmica; é um grande parceiro, ao lado dos sempre bons amigos Gilmar Almeida dos Santos Filho e Lucas Loiola da Costa Pinto.

Ao Prof. Dr. Marcelo Sarsur Lucas da Silva, que, acolhendo-me emocionalmente em um dos mais difíceis momentos de minha vida, ajudou-me a revisar meu projeto de mestrado

e discutiui pontualmente, ao longo desses vinte e quatro meses que transcorreram entre minha aprovação nesse programa e a consecução da dissertação, sobre os aspectos da pesquisa e desafios a ela pertinentes, por pura e desobrigada amizade.

Ao meu parceiro de escrita, Michael Alessandro Ferreira dos Santos, mestre em Ciências Sociais por esse programa, que tendo enfrentado muitos dos mesmos desafios e injustiças, seja em nossa origem comum na Universidade Federal do Vale do São Francisco, seja na entrada e na saída deste programa de pós-graduação, venceu e segue vencendo, abrilhantando às ciências sociais: pela constância de nossa amizade, agradeço.

À minha parceira de programa, Ana Paulla Almeida, pela audição cativa, suporte e acolhimento terno, em todos os momentos, durante estes dois anos;

À família que a vida me deu, nas pessoas de Nelice Gomes Leclerc, Mário Bernardo de Oliveira Alves, Filipe Santana Borges, Allan Campos Castro, Rosângela Costa, Maria Tereza Alves Gomes, Lucas Pessoa Derval, Lucas do Nascimento Moraes, Lucas Vitor Sena Rodrigues, Bruno Filipe da Cruz Alexandre, Oscar Götzö Tomaz da Rocha, Bruno Crespo, Mariana Tavares de Oliveira, Joana Mascarenhas, Irenilda Ângela dos Santos, Fabrício Costa; em nome de quem, menciono muitos outros amigos a quem estendo minha gratidão.

Ao meu parceiro, Matheus Honorato Oliveira, por todo o apoio na reta final, não me faltando jamais com a mão estendida, e que foi constante na força, durante e depois da defesa dessa dissertação.

Ao meu pai, por ter pagado um plano de saúde nestes dois anos.

Também, devo agradecer à memória dos meus, que deixaram saudades, exemplos, e muito do que sou como pessoa.

Dedico à memória de meu herói pessoal, meu velho marinheiro, meu avô, Victorino Caetano de Souza. Não sendo de meu sangue — casou-se com a minha avó materna quando eu tinha sete anos de idade — foi o mais presente e mais maravilhoso dos avós do mundo. Ensinou-me a pescar e mariscar; esteve em cada troca de cordão de capoeira, ensinando-me a tocar pandeiro e contando sobre sua vida de capoeirista, com mestre Bimba. Sabendo-me gostar de histórias, contou-me de suas peripécias com políticos em sua vida simples, que iam desde encontrar com Getúlio Vargas para pedir uma passagem de volta a Salvador, depois de dinamitar a praça Sáenz Peña; destruir placas que atrapalhavam a visão dos bondes; e, até mesmo, ser um precursor dos *black blocks*, dissolvendo um comício do governador Juracy Magalhães a pedradas de bodoque, em revolta por sua condição marginal de alguém que era constantemente preso por vadiagem, tão somente por ser capoeirista nas distantes décadas de 1940 e 1950. Tendo tido uma vida duríssima, incentivou-me a estudar e a ser “doutor”,

lembrando que estaria ao meu lado quando esse dia chegar. Esteve comigo por toda a minha vida, todos os dias, até sua morte, e permanecerá ao meu lado, em meu coração, até que nos reencontremos do outro lado.

Tamén non podo fortarme a dar grazas ós meus avós, bisavós e tíos que, fuxindo dunha dictadura fascista en España, e da mais absoluta miséria e fame em unha Galícia rural e retrasada, travesaron o Atlántico munidos somente de sua loita, seus brazos e un soño de vida. Por fas ou nefas, non me ouvido da estória de tío Vito, partisán, que despois da invasión de nosa aldeia polos fascistas — que violaron mulleres e reclutaron a forza os homes — subiu ás copas das árbores e matoulles, no día seguinte. Este pobo ceibe legoume quen son, cos seus valores, lingua, cultura e morriña. Polo exemplo grabado na alma de nunca atopar e de non deixar esvaeecer o lume do fogar de Breogán, nin tampouco cesar a fame de saber e de ser é que, sendo hoxe tán costumeiro darlle grazas os ancestrais, eiquí as dou.

E, por isso, agradeço à memória de Humberto Rodrigues Fernandes, Rosália Cristo de Fernandes, Amélia Augusta Sacramento Christo, Edna Nunes de Sant’Anna Baqueiro (“Fofa Linda”), Enedina Fernández Terraza, avós e bisavós, com quem convivi e hoje estão na vida eterna; e, Abelardo Miranda, Agustín Manuel (Agostinho) Baqueiro Montes, Eduardo Rodríguez Veiga, Reynaldo Simões Christo, Xosé Fernández Lourenzo, Purificación Terraza Cabarcos, Manuel Baqueiro Boullosa, Xenerosa Montes Oubiña, meus ancestrais que, a seu modo, contribuíram, com a história, com o exemplo ou com o seu sangue, para que aqui eu estivesse.

Também agradeço à memória dos amigos que foram chamados para junto de Deus, como o meu saudoso irmão, o Reverendo João Antônio Belarmino Oliveira de Santana, que esteve comigo desde o início, compartilhou comigo angústias, sonhos, discussões sociológicas, teológicas, e hoje me acompanha desde o Céu, onde espero ter a graça de reencontrá-lo um dia.

Agradeço àqueles que a vida tornou da presença em brumas da memória, mas que encontrei ao longo da jornada e me ajudaram, de algum modo, a chegar até aqui.

Também agradeço a Sua Excelência Reverendíssima o Arcebispo D. Alfredo de Souza Dória, meu bispo e superior, que soube compreender minha dedicação à pesquisa e às obrigações acadêmicas, em que pese o sacerdócio religioso, e que, mesmo assim, ordenou-me padre da Igreja e concedeu-me a oportunidade de dar testemunho do Cristo como seu servo.

Agradeço aos mestres que tive em minha vida e me deram régua e compasso, nos bancos da escola, como os professores Dinah Góes e Silva Vivas e Denise Hosana de Sousa Oliveira, bem como àqueles que lembro apenas dos prenomes, como Cláudia, Núbia, Wellington, Dina, Adyl, mas cujo apoio é-me ainda muito vivo.

Agradeço também ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, na pessoa do Prof. Dr. Clóvis Roberto Zimmermann e Prof. Dr. Rafael de Aguiar Arantes, que, apesar de não terem sido meus orientadores ou coorientadores, sempre estiveram prontos para auxiliar do modo mais extremo possível.

E, por praxe:

Ao meu orientador, com saudações de estilo;

E, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida, no interstício de 12 (doze) meses, que financiou parcialmente esta pesquisa.

Epígrafe

"Siempre que enseñes, enseña a la vez a dudar de lo que enseñas". (Ortega y Gasset).

“Sempre que ensines, ensine por sua vez a duvidar do que ensinas.”

Resumo

Tendo como objetivo geral analisar a formação identitária do bolsonarismo porquanto movimento potencialmente populista alicerçado em plataformas digitais, dividimos a presente dissertação em três capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos abordagens e conceitos em populismo, em busca da construção de uma definição própria e adequada à realidade política contemporânea do Brasil, além de analisarmos a trajetória do populismo na história, do populismo no país e as técnicas do populismo digital. No segundo capítulo, analisamos os três pontos mais fundamentais do discurso bolsonarista, constantes no anticomunismo de Carlos Alberto Brilhante Ustra, na exortação à guerra cultural por Olavo de Carvalho, e no antagonista perfeito para a emergência do populismo digital, que é o petismo. Por fim, ao terceiro capítulo, analisamos o bolsonarismo não mais porquanto ideologia, mas pelos seus componentes humanos: os blocos populares que o consubstanciam; o uso das técnicas de populismo digital para a homogeneização da massa; e, por fim, a estética, a cultura e a linguagem próprias ao bolsonarismo.

Palavras-chave: populismo; populismo digital; bolsonarismo.

Abstract

Having as the main objective to analyze the sociogenesis of bolsonarism as a potentially populist movement based on digital platforms, we sectioned this current dissertation into three chapters. In the first chapter, we present some approaches and concepts about populism, desiring to construct a proper definition suitable to the contemporaneous Brazilian political circumstances, in addition to an analysis of populism trajectory in the history of democracy and the country and the digital populism techniques. In the second chapter, we analyze the three most fundamental issues to the bolsonarist speech, connected to Carlos Alberto Brilhante Ustra's anticommunism, the convocation to cultural wars by Olavo de Carvalho, and the emergence of digital populism by the existence of a perfect antagonist, through petism. Lastly, in the third chapter, we analyze bolsonarism not as an ideology but through its human component: the popular blocs that consubstantiate them; the use of digital populism techniques to homogenize the masses; and, finally, the own aesthetic, the culture and the language of bolsonarism.

Keywords: populism; digital populism; bolsonarism.

Introdução

Há algum tempo é que nós, a academia formalmente estabelecida, assistimos a emergência de uma política muito distante das regras do jogo que conhecíamos. Conhecíamos os sistemas políticos nas democracias liberais ou burguesas, como queiramos chamá-las. Entendíamos sobre as organizações político-partidárias e seus objetivos sociais, econômicos e culturais. Embasbacados, vimos chegar ao poder atores completamente avessos às tradições políticas e, com eles, a transição da ágora pública e do exercício da cidadania para os foros digitais. Vimo-lo ocorrer em toda a sorte de países: desde o Brasil e a Índia, usinas do Sul global, aos Estados Unidos, que é uma das cabeças da *novus ordo* capitalista globalizada.

Sendo um evento do tempo presente, naturalmente é que poucas conclusões tenham sido firmadas sobre o fenômeno. Contudo, arriscássemos-nos a prever o futuro, dificilmente garantimos uma unicidade de interpretações. Muito por isso é que oferecemos esta contribuição modesta em forma de dissertação, para que, àqueles a quem a presente chegar, possa-se compreender, no caso brasileiro, os precedentes e o clima político que levou a uma massa rebelada a investir como seu líder unívoco a Jair Messias Bolsonaro. Uma alegoria que simboliza este evento enquanto anormal, quase improvável quando consideramos a linha do tempo, é-nos oferecida por Idelber Avelar (2021, p. 11): um brasileiro que, em 2010, entrasse em coma e despertasse dez anos depois teria muita dificuldade de entender o noticiário político.

Entendemos, particularmente — esta é a nossa hipótese de pesquisa — que estamos diante de uma nova era do populismo. Por isso, no primeiro capítulo desta dissertação, trataremos especificamente do que é o populismo, seccionando-o por suas abordagens e conceitos, sua linha do tempo na história, sua evolução no Brasil até a emergência do lulismo (antagonista por excelência do bolsonarismo), e a técnica do populismo digital. Dar-nos-á este capítulo subsídio suficiente para, conceitualmente, discutirmos este movimento.

No segundo capítulo, trataremos sobre os aspectos inerentes à identidade do bolsonarismo. Buscaremos entender, respectivamente por seção: sobre a fixação na defesa da última Ditadura Militar, de 1964 a 1985, e as contribuições ofertadas pelas carismáticas profecias — entendamo-lo em termos weberianos — de Carlos Alberto Brilhante Ustra; a respeito da proclamação de uma guerra cultural e a influência de Olavo de Carvalho na racionalização do sistema de crenças do bolsonarismo; sobre o iliberalismo contido no bolsonarismo, que se proclama liberal; e, por fim, a respeito da ideologia lulista, tão

fundamental à identidade do bolsonarismo a ponto de ter sido elevada como divisor, dentro da lógica do movimento que estudamos, entre povo e antipovo.

No terceiro e derradeiro capítulo, é mister que discutamos o populismo digital em ação, para além da perspectiva ideológica contida no anticomunismo de Brilhante Ustra e no paleoconservatismo de Olavo de Carvalho. Sempre apontamos, a cada oportunidade, que o bolsonarismo é formado por um amplo arco de alianças com interesses díspares. Há um bloco religioso, dentro de si, que duelaria vivamente em outras oportunidades. Do mesmo modo, há um número de *think tanks* com perspectivas políticas bastante antagônicas e que, em outra ocasião, simplesmente não admitiria sentar-se à mesma mesa para entabular conversas. Outros tantos grupos políticos que, outrora, viam-se como rivais, passaram a combater juntos na trincheira da guerra cultural. Quais circunstâncias os levaram a tal?

Nesse sentido, discutimos de que forma a massa tornou-se homogênea pela implementação, por ação própria da campanha central de Jair Bolsonaro, e com importantes ligações nas abordagens dissertadas nos capítulos anteriores, de círculos concêntricos de comunicação para viralização da mensagem. Facilitou-lhes, ademais, aspectos como a ampliação do acesso às redes sociais, bem como a *tiktokização* da vida moderna, que discutiremos *en passant*, além das estratégias debatidas por nós, previamente, no artigo “Dois caminhos da dissonância cognitiva no bolsonarismo: narcisismo coletivo e desengajamento moral” (2023), para explicar as operações psicológicas do bolsonarismo em redes e sua metodologia de implosão do debate pelo choque e pelo uso do *meme*.

A dissertação culmina, por fim, depois de vistos todos os aspectos fundamentais à configuração do populismo digital e do bolsonarismo, na averiguação da pergunta central desta pesquisa: é o bolsonarismo um movimento populista digital? Em sendo a resposta positiva, acreditamos ter, com base na análise realizada nessa pesquisa, um estudo de caso introdutório sobre o populismo digital e suas operações na América Latina. De outro ou do mesmo modo, também servirá o presente como um documento histórico a respeito da direita contemporânea brasileira e seus aspectos sociogênicos.

O populismo e o populismo digital

O populismo, antes de tudo, é divisivo. Não há consenso para as ciências humanas sobre como vê-lo ou interpretá-lo. Há quem o veja como uma letal síndrome metabólica e autofágica da democracia liberal, posto que, pouco a pouco, ataca o seu sistema imunológico contra o autoritarismo, representada no voto igualitário (ABTS; RUMMENS, 2007, p. 407–419). Outros, veem-no como sintoma de uma crise da própria democracia, como espécie de instância cicatrizante a tentar emendar rupturas em seu tecido epitelial a bem de protegê-lo imunologicamente (INCISA, 1998, p. 984). Para Laclau (2005, p. 61–64), longe de sintoma ou síndrome, é legítimo enquanto exercício democrático, sendo, portanto, remédio.

Antes de mais nada, é mister que compreendamos a ligação intrínseca entre populismo e democracia. O populismo pode ser lido enquanto exercício democrático, para Laclau, ou condição autofágica, para Abst e Rummens, porque a pressuposição de democracia é condição *sine qua non* para que o primeiro exista. Por isso, cuidemos de definir o conceito de democracia, antes que desenvolvamos propriamente um entendimento sobre o populismo e o discutamos.

Democracia é, segundo a concepção de Norberto Bobbio (1998a, p. 319–329), idealmente, o governo de todos aqueles que gozem do direito da cidadania. Admite-se, na conceituação pura de democracia, uma ampla discussão sobre o que é o gozo da cidadania, ou quão democrático, intrinsecamente, seria limitar a cidadania a uns e outros. Não nos percamos em uma discussão estéril: o que importa ao populismo é a versão liberal da democracia, que é a democracia representativa, em que a cidadania rende parte de seus direitos para a representação política de uns que, no exercício de seus mandatos, representam a soberania popular (id. 1998a, p. 323–324). Mesmo para Laclau, que em seu entendimento particular de democracia — que é o da participação popular e descentralização das esferas decisórias de poder, em consonância com o que Bobbio preceitua como versão germinal de democracia marxiana (id. 1998a, p. 325) — põe o populismo a seu serviço, este último se contrapõe à democracia liberal.

Oras, nas ciências sociais, tudo é uma questão da posição que se toma quanto ao objeto. Para o pesquisador que privilegia uma abordagem livre quanto aos juízos de valor¹ (WEBER, 1988a, p. 494–497), analisar-se-á o populismo por seus valores de face em cada

¹ Tradução mais correta, desde o alemão, de *Werturteilsfreiheit*, que literalmente entende-se por “liberdade de juízo de valor”, mas erroneamente vertido para o português como “neutralidade axiológica” pelo uso de tradução do inglês, como acertadamente aponta Sell (2018, p. 323).

lugar onde foi vendido, e não por quanto se acredita que vale. Mas, àqueles que entendem a valoração como necessária para um afastamento do fetichismo metodológico, posição sumarizada por Ianni (1975, p. 121–124), há de se qualificar o populismo por seus efeitos deletérios ou benévolos. Tal dissenso a respeito do populismo, em síntese, é desdobramento da eterna disputa metodológica entre escolas das humanidades.

Tal dissenso, inclusive, não abrange apenas a quem analisa o objeto, mas aos objetificados. Exceto pelos *narodniki*² russos e pelos populistas norte-americanos do fim do século XIX (CANOVAN, 1981, p. 5–6), raras são as agremiações políticas que se auto-identificam por populistas. Exceção à parte da rejeição global do auto-emprego de populismo, e por recepção integrada da teoria do populismo como discurso proposta por Ernesto Laclau, abordagem da qual trataremos mais adiante, estava o partido populista de esquerda Podemos — bem como suas agremiações sucessoras, cujos nomes mudam a cada coalizão eleitoral em Espanha — e alguns congêneres europeus (ERREJÓN; MOUFFE, 2016, p. 123–130).

Pela multiplicidade de abordagens, definir uma conceituação para populismo é tarefa que pode ser fastidiosa e ingrata. Com tamanha amplitude de significados, pode até traduzir-se em nada. Ademais, é corriqueiramente empregado distante de significado (BRETT, 2013, p. 410–411). Tamanha é a distância entre seu uso e enquadramento, às vezes, que torna-se o populismo um nome a significar duas coisas: posição a ser denunciada por alguém e, ademais, a nunca ser assumida por ninguém. Há, aqui, coincidência de iteração, no escopo das ciências sociais, com o neoliberalismo neste quesito: é qualificação de postura oposta ao denunciante, posto que, em si mesmo, ganhou conotação repulsiva.

Falamos do valor de face empregado ao populismo, atinente à visão empostada de quem vê o objeto. São, rememorando, o do valor deletério, benévolo ou indiferente. Para que optemos por um, por dois ou por todos, hemos de reparar nas abordagens possíveis e disponíveis nas ciências humanas para o populismo. Vejamo-las, antes de decidirmos quais destas valorações, por adoção de abordagens, tornar-nos-emos consortes pelo emprego de um conceito nosso: há a abordagem ideacional; a político-estratégica, ou organizacional; a discursiva; e, a cultural, como aponta-nos Olivas Osuna (2021, p. 833).

Há, ademais, uma quinta abordagem, da qual trataremos recorrentemente após conceituarmos o populismo, que ser-nos-á cara, ainda que não tão amplamente debatida pelas ciências sociais: a abordagem economicista (BENCZES; SZABÓ, 2022, p. 2–3). À grande

² Em russo, transliteração de *Народники*, que traduz-se por “populista”, embora os *narodniki* não mais coincidam com o uso corrente do termo “populista” para classificar o seu socialismo agrário primitivo.

mídia, como rememoraremos quando tratarmos de posições das manifestações populistas sob análise desta dissertação, é recorrente dispensar os epítetos de “populismo econômico” ou “populismo fiscal” a determinadas políticas econômicas. Há razão nisto, para além da própria abordagem: muito embora nem todos os governos praticantes do populismo econômico sejam populistas, todos os populistas também praticam o populismo econômico (BENCZES, 2022, p. 110–120). Muito por isso, parece-nos mais apropriado tratá-la como técnica, e não como uma abordagem propriamente dita.

Duas abordagens são prevalentes dentro das ciências sociais no tempo presente: a ideacional e a discursiva. Privilegiemo-las e delas tratemos primeiro. Deixaremos as demais à sequência, posto que as que primeiro elencamos serão decisivas para uma tomada de decisão conceitual. Isto, por si só, já revela uma posição nossa: a de que afiliamo-nos à multiplicidade de causas e eventos enquanto metodologia interpretativa para o populismo desde tipos ideais, a exemplo do recurso empregado na tese da ascese protestante enquanto uma das possibilidades para o espírito do capitalismo em Weber (1988b, p. 164–205).

Abordagens e conceitos em populismo

Por ordem de afinidade conceitual, falemos primeiro da abordagem que trata ao populismo como ideologia que divide a população entre dois campos antagônicos — o povo e a elite — e que aspira por uma política que expresse os desejos do povo (MUDDE, 2004 apud MUDDE, 2017, p. 48). Trata-se da abordagem ideacional, que se expressa por meio da seguinte fórmula:

“Desconsiderando o dissenso acadêmico ao definir os atributos do populismo, geralmente concorda-se que todas as formas de populismo incluem um chamado ao “povo” e uma denúncia da “elite”. Consonante a isto, não é abertamente contencioso constatar que o populismo sempre envolve uma crítica do *establishment* e uma adulação ao povo comum. Mais concretamente, definimos o populismo como uma ideologia estritamente centrada que considera a sociedade basicamente dividida em dois campos homogêneos e antagonistas, ‘o povo puro’ contra a ‘elite corrupta’, e que argumenta que a política deve ser uma expressão da *volonté générale*³ do povo” (MUDDE; ROVIRA KALTWASSER, 2017, p. 5–6, tradução nossa).

³ *Volonté générale*, literalmente “vontade geral” em francês, é um conceito expresso por Rousseau que representaria as aspirações de todo um povo, em contraposição à *volonté particulière*, literalmente “vontade particular” em francês, que representam as aspirações de um indivíduo (ROUSSEAU, 1896, p. 216–219). Seu uso, da parte de Mudde, não é inteiramente correto, tendo em vista de que a *volonté générale* não pode ser aplicada

O populismo como ideologia é dessemelhante das suas congêneres. No liberalismo, no socialismo ou no conservadorismo, *exempli gratia*, observamos ideologias amplas, que abarcam conceitos complexos para os fenômenos sociopolíticos e econômicos, às vezes justificando-lhes coerentemente causalidades e soluções. O improvisado, contudo, é o tônico populista: problemas divisados pela sociedade encontram no populismo soluções *ad hoc*, ligeiramente conformadas com a retórica corrente (ABTS, RUMMENS, 2007; MUDDE, 2004; STANLEY, 2008 *apud* MUDDE, 2017, p. 49–50).

A definição de populismo estabelecida pela abordagem ideacional, formulada primariamente por Cas Mudde (2004, p. 543), considera, para além de ideologia, três outros conceitos: povo (e antipovo, por exclusão), elite e *volonté générale* — isto é, aquilo que seria a interpretação de *volonté générale* pelo elemento povo. O povo é o elemento puro, cuja proteção é evocada pelo populismo. A elite corrupta, por sua vez, é aquela que se antagoniza à *volonté générale* do povo, negando-lhe as aspirações e abrindo o país aos vícios que emanam do elemento antipovo. A linha divisória dar-se-á pela relação de parasitismo ideológico.

Dizemo-la parasitária, assim, não para que dela façamos um julgamento moral: é que o populismo necessita, justamente por sua estreiteza, de uma ideologia hospedeira para que se faça sentido a divisão do povo e do antipovo (MUDDE; ROVIRA KALTWASSER, 2017, p. 40–41). Muitos podem ser hospedeiros. Incisa (1998, p. 984–985), de forma compreensiva, lista que movimentos populistas se serviram do ruralismo, do socialismo democrático, do socialismo revolucionário, do militarismo, do nacional desenvolvimentismo, e até mesmo do pacifismo, apenas para elencar um limitado rol.

O povo não é necessariamente a população inserida na demografia de um país. Pode até sê-lo, no contexto de um populismo que seja xenofóbico, mas não é a linha da naturalidade quem divide o povo e o não-povo: divide-se, em verdade, pela reta da moralidade, conformando-o à idealização das virtudes populistas (TAGGART, 2000, p. 4 *apud* MUDDE, 2017, p. 51–52). Mas, como se dá esta relação?

Dir-nos-á Taggart (2004, p. 274 *apud* MUDDE, 2017, p. 52), que o povo corresponderá, diametralmente, à projeção do que é o não-povo. Um político erdoğanista jamais descreveria o povo turco como plurirracial, de religião ortodoxa ou ateu, já que estes seriam os vícios daqueles que tem como seu alvo e antipovo: laicistas, não-islâmicos, ou de minorias étnicas, como armênios, gregos e curdos. *Simili modo*, pelo caminho contrário, o

às demandas de um só grupo, por mais que ele arrogue a si a tutela de todo o povo: é, para Rousseau, uma manifestação inata ao espírito do homem, e portanto, a todos.

populismo pós-colonial africano, exemplificado na ditadura de Robert Mugabe, difundiu a ideia de que a homossexualidade foi uma coisa importada e difundida pela colonização branca e antinatural no povo *shona* (SHOKO, 2010, p. 635–640): serviu, isto, como elemento que lançou a homossexuais no mesmo rol antipovo que minorias étnicas perseguidas pelo regime, como brancos, *coloureds*, indos, persas, *ndebele* e *xhosa*.

Sumariza-se, assim, a relação de parasitismo do populismo com relação à ideologia hospedeira quanto à definição do componente antipovo — que poderá ora conter em sua íntegra a elite, ora apenas amalgamá-la como excluída do povo pela proteção oferecida ao antipovo — e sua separação:

“O "não-povo" é tudo o que é extrínseco a um povo histórica, territorial e qualitativamente determinado. [...]. O não-povo pode ser internamente representado, não só por uma elite cosmopolita ou imperialista (como nos países ex-coloniais), ou por uma elite plutocrática (a oligarquia argentina), mas também por setores das próprias massas populares, como, por exemplo, os movimentos de classe, julgados portadores de ideologias ou de valores estranhos, ou incongruentes com os valores genuínos da tradição popular autóctone” (INCISA, 1998, p. 982).

O elemento antipovo pode ser dado de forma natural, como discorrido, quando o populismo serve-se parasitariamente de uma ideologia nacionalista ou xenofóbica. A barreira pode estar na raça, língua, origem ou religião. O amalgamento da elite ao elemento antipovo, todavia, dá-se pela moralidade de classe quanto à distância do povo comum em hábitos ou interesses: são costumes diferentes de consumo material ou cultural, que os equacionam aos estrangeiros: dirigem carros diferentes, consomem coisas sofisticadas, falam de forma distinta ao homem comum. É uma rejeição distinta à do nativismo, porque tem caráter moral, não étnico (MUDDE, 2017, p. 52–53).

Perfiladas, na abordagem ideacional, a ideologia, o povo, o antipovo e a elite, tratemos da questão da *volonté générale*⁴ do povo, este adágio essencialmente populista. O que é a *volonté générale*? Está, pois, expressa a *volonté générale* em outro adágio de origem latina: *vox populi, vox Dei* — a voz do povo é a voz de Deus. Fosse o populismo matéria da teologia, o povo seria Deus, a *volonté générale* seria o Espírito Santo, a expressar-se conforme a sentença do credo niceno-constantinopolitano: *qui locutus est per Prophetas*⁵. Expressa pelo líder

⁴ Optamos pelo uso em francês, em vez de “vontade geral”, à maneira de Cas Mudde e Cristóbal Rovira-Kaltwasser, para referenciar ao conceito protopopulista de Rousseau (p. 6), e não à vontade geral do povo, entidade que não se personaliza senão no discurso populista, e que, portanto, não expressa vontade geral.

⁵ O credo niceno-constantinopolitano diz: “[Credo] in Spiritum Sanctum, Dominum et vivificantem: qui ex Patre Filioque procedit; qui cum Patre et Filio simul adoratur et conglorificatur; qui locutus est per Prophetas” (Creio

populista, profeta — os profetas não eram senão líderes carismáticos, lembremo-nos da lição de Max Weber (1999, p. 737–738) — que fala a voz do Deus-povo pelo Deus-povo, a *volonté générale* é o senso comum, contraposto aos supostos interesses especiais da elite e das minorias (MUDDE, 2017, p. 53–54).

Passemos, agora, à segunda abordagem possível para o tema do populismo: a abordagem discursiva, essencialmente oriunda da teoria pós-marxista (LACLAU; MOUFFE, 2014, p. 4). Esta, aliás, tem sobeja importância porque, para além da teoria política, passou a grassar o terreno da estratégia política, fazendo com que partidos assumissem pública e estatutariamente como adeptos do populismo de esquerda — caso do *Podemos* em Espanha e do *La France insoumise*, obviamente francês.

A abordagem discursiva entende o populismo não como uma ideologia, mas, como seu próprio nome confessa, um discurso (LACLAU, 2005, p. 68–69). Um discurso, diga-se de passagem, qualificado como “de significante vazio”: as demandas que geram indignação popular represam-se, formando uma totalidade de demandas que não se podem ser resolvidas. A consequência é a subordinação de uma demanda pela outra, ao agrupamento de demandas em um objeto simbólico, em um processo de representação hegemônica. Assim explica Laclau:

“Esta operação de assumir, por meio de uma particularidade, uma significação universal incomensurável, é o que eu chamo por hegemonia. E, dado que esta totalidade corporificada, ou universalidade, é, como vimos, um objeto impossível, a identidade hegemônica torna-se algo da ordem de um significador vazio, com sua particularidade própria corporificando uma inatingível plenitude. Com isso, deve ficar claro que a categoria da totalidade não pode ser erradicada, e, ademais, enquanto uma totalidade fracassada, é um horizonte, não um terreno. Se a sociedade foi unificada por um conteúdo ôntico determinado — determinação, no último exemplo, pela economia, espírito do povo, coerência sistêmica, qual seja — a totalidade pode ser diretamente representada no nível estritamente conceitual. Como este não é o caso, a totalização hegemônica requer um investimento radical — que não é determinável *a priori* — e conexão em jogos significantes que são bem diferentes de compreensões puramente conceituais.” (LACLAU, 2005, p. 70–71, tradução nossa).

Entendida a classificação de Laclau para o populismo, que repetimos, a bem da clareza, como um discurso de significante vazio, é hora de compreender nela o papel do povo.

no Espírito Santo, Senhor que dá a vida, e procede do Pai e do Filho, e com o Pai e o Filho é adorado e glorificado: ele, que falou pelos profetas).

Em aberta divergência⁶ quanto às demais abordagens, entende o autor de *On populist reason* que o povo não é uma construção retórica de cariz ideológico — como em Mudde (2004, p. 543) — mas, algo que define como “uma relação real entre agentes sociais” (LACLAU, 2005, p. 73, tradução nossa). Estas demandas, por consequência, tornam-se demandas populares pela transformação, por meio do represamento, em um significante vazio pelo processo de hegemonização supramencionado. Neste sentido, a configuração para a ocorrência do populismo dar-se-ia:

“Temos, de antemão, duas claras precondições para o populismo: (1) a formação de uma fronteira antagonística interna separando o ‘povo’ do poder; e, (2) uma articulação equivalente de demandas que tornem a emergência do ‘povo’ possível. Há uma terceira precondição que não surge até que a mobilização política chegue a um nível mais alto: a unificação destas várias demandas — cuja equivalência, até aqui, não se deu mais do que uma sensação de vaga solidariedade — em um sistema estável de significação” (LACLAU, 2005, p. 74, tradução nossa).

Considerando a criação de um povo e o processo de sua emergência, a abordagem discursiva vê ao populismo, para além do discurso, como uma lógica política (LACLAU, 2005, p. 117). . Isto encontra uma razão de ser que vai além da busca pelo entendimento do que é o populismo. Segundo Ballacci (2017, p. 67–69), a teoria laclausiana busca legitimar o populismo como uma lógica política de democracia radical por nele enxergar um *modus operandi* para a tomada de poder pela esquerda, ainda que consiga suprimir as deficiências teóricas sobre o populismo enquanto forma de articulação. Humildemente, endossamos, em virtude da vasta bibliografia de Chantal Mouffe sobre o tema.

Mouffe, mais — e não obstante sê-lo, porque não há deslegitimação nesta herança — do que cônjuge de Laclau, é a herdeira por excelência de sua escola pós-marxista de pensamento, posto que com ele legou uma vasta bibliografia conjuntamente assinada. Por isso, detenhamo-nos um pouco em sua visão de populismo enquanto estratégia sufragada à lógica política, e sua absorção enquanto meio de contrapeso ao populismo da direita:

“Ao reconhecer o papel crucial desempenhado pelo discurso democrático no imaginário político de nossas sociedades e ao estabelecer, ao redor da democracia como o significante hegemônico, uma cadeia de equivalências entre as muitas lutas contra a subordinação, uma estratégia populista de esquerda ressoa com as aspirações de muitas pessoas. Nos próximos anos, argumento, o eixo central do conflito político

⁶ As primeiras páginas desta obra são dedicadas a ataques frontais às abordagens de Canovan, Gellner e Ionescu (LACLAU, 2005, p. 1–12).

dar-se-á entre populismo de direita e populismo de esquerda. E, como resultado, é por meio da construção de um “povo”, um coletivo que resulta da mobilização de afetos comuns em defesa da igualdade e justiça social, que é possível combater as políticas xenofóbicas promovidas pelo populismo de direita. Ao recriar fronteiras políticas, o ‘impulso⁷ populista’ aponta para um ‘retorno da política’ após anos de pós-política. Este retorno pode abrir o caminho para soluções autoritárias — por meio de regimes que enfraqueçam as instituições liberal-democráticas — mas poderá levar a uma reafirmação e extensão dos valores democráticos”. (MOUFFE, 2018, p. 11, tradução nossa).

Trata-se, neste sentido, de disputar a atenção do “povo” — a entidade constituída por demandas represadas, a quem bem calharia, fora da abordagem linguística laclausiana, por frustrações — com os populistas de direita por meio de uma troca de sinais: canalizar as frustrações, com o emprego de nova roupagem, para as chamadas lutas progressistas, mantendo-as contra a elite (MOUFFE, 2018, p. 17–18). Seria, ademais, o que define por estratégia de radicalização da democracia (*id.*, p. 19).

O populismo de esquerda, ápice prático da teórica laclausiana, propugna pelo estabelecimento da fronteira do “nós”, o “povo”, contra “eles”, a “elite”, como instrumentalização mobilizadora de afetos com o fim de promover uma radicalização maior e a retomada de um padrão mais próximo do socialismo, em detrimento do que se denomina por consenso neoliberal (MOUFFE, 2018, p. 41–43). É, no contexto da oposição ao que aponta como “neoliberalismo thatcherista” a dominar sobranceiramente o consenso político, de uma estratégia de hegemonia contra-hegemônica, ou, em termos gramscistas, de uma guerra de posição (ERREJÓN; MOUFFE, 2016, p. 43–45).

A dicotomização entre elite (*la casta*, na retórica oficial partidária) e povo, com o uso de estratégias formuladas pela teoria do populismo laclausiana, foi a aposta do Podemos, partido espanhol nascido da canalização política dos movimentos de indignados em 2014 (ERREJÓN; MOUFFE, 2016, p. 103). Trata-se de uma tentativa de construção de identidade para alcançar, na formação mobilizadora do “povo”, aqueles que antes encontravam representação no horizonte da extrema-direita (ERREJÓN; MOUFFE, 2016, p. 109–113).

Contudo, posto que é-nos lícito criticar, a abordagem de Mouffe do populismo como democracia radical, uma vez trazida para o terreno da concretude, é candidamente pueril. O populismo é, independentemente da abordagem — no que há concordância integral de Errejón e Mouffe (2016, p. 32) — antagonista da democracia liberal. E, nisto, abrem-se as portas para

⁷ Tradução mais adequada para o inglês *moment* neste contexto, que equivale a *momentum*, impulso.

o perigo da autocracia, que não é e não pode ser democrática senão pelo esforço extremado de uma linguagem duplipensante. Ignora Mouffe, por exemplo, as experiências populistas de esquerda na Venezuela, Bolívia e Equador, que limitaram os direitos à liberdade de expressão e associação e passaram a dirigir movimentos sociais desde o topo, para além de aprofundar modelos baseados na extração de recursos não-renováveis, eliminando todo avanço inicial na redistribuição de renda (LA TORRE, 2019, p. 69).

Contudo, não nos detenhamos em críticas à abordagem favorável à adoção de um populismo de esquerda como solução de radicalização da democracia. Voltar-nos-emos às críticas em outro momento, sobretudo quando analisarmos o papel de fomento de um antagonismo — especialmente desempenhado por populistas de esquerda no Brasil — assente em questões geracionais e de classe, e sua contribuição para o surgimento do bolsonarismo. Da teoria de Laclau extraímos, *en passant*, aquilo que nos será importante na conceituação de populismo para a nossa pesquisa.

Passemos, agora, à abordagem político-estratégica, também apodada por abordagem organizacional. É uma abordagem que nos é utilíssima à definição que pretendemos, posto que dá um enfoque ao populismo enquanto técnica — sem deslegitimar as abordagens ideológica e discursiva — e ajuda-nos a encontrar um desenho teórico adequado para outra tarefa adiante: conceituar o populismo digital. Trata-se da definição do populismo enquanto “uma estratégia política da qual um líder personalista pretende ou exerce o poder de governo baseado no apoio direto, imediato e desinstitucionalizado de grande número de seguidores desorganizados” (WEYLAND, 2001, p. 14 *apud* WEYLAND, 2017, p. 74, tradução nossa).

A abordagem político-estratégica preocupa-se com o uso, pela liderança, de todos os meios como sustentáculos no poder. O populismo resguarda-se em uma liderança personalista que confunde o público com o pessoal: afinal, como o líder populista é uno com o povo, pode perfeitamente usar todos os meios do Estado para reforçá-lo. Muito por isso, tem como estratégia tornar o líder ubíquo, estando presente no dia a dia do cidadão, como forma de lembrar que o povo é maioria, e o povo nele é representado. Por isso, aparelha o Estado com seus apoiadores políticos diretos; concede benefícios econômicos aos grupos populacionais por ele eleitos como comensais; e tenta, pelo uso massivo dos meios de comunicação — especialmente, nos dias de hoje, as redes sociais — e demonstrações de apoio em ruas, demonstrar que representa a vontade unitária da nação pelo apoio popular (WEYLAND, 2017, p. 80–88).

Adiante, quando falarmos do populismo na história, de seus desdobramentos no Brasil, e mais especialmente do populismo digital, bem como quando adentrarmos nos mais

profundamente na questão do bolsonarismo, teremos a oportunidade de examinar os aspectos da abordagem político-estratégica do populismo. Por ora, sigamos em nossa viagem entre as abordagens de populismo. Aproxima-se a tomada de decisão conceitual que servir-nos-á como guia de pesquisa.

Tratemos da abordagem sociocultural do populismo, que, à semelhança da sua congênere político-organizacional, não é excludente, mas complementar às demais quando optarmos por uma conceituação formal para o populismo. É uma abordagem essencialmente antropológica que busca compreender a relação das lideranças com a massa: o líder populista põe-se acima desta em seu próprio comportamento, ou ignora protocolos de Estado com o objetivo de apelar ao homem-comum? (OSTIGUY, 2017, p. 104–105). Buscando responder a esta pergunta aparentemente simples é que se desvelam, desde esta abordagem, os meandros da política populista sob exame.

Para tal efeito, dividamos os comportamentos em “altos” e “baixos”, com acepções correspondentes a elitistas e aparentemente refinados, aristocráticos — como dir-se-iam no Brasil, grã-finos e com punhos de renda — no primeiro caso, e popularescos, da malta, da choldra, da arraia-miúda, no segundo caso. Esta divisão não é feita por elitismo nosso, mas por como são lidos pelos homens ao seu tempo. Entendamos assim:

“O primeiro componente do eixo alto-baixo é o apelo sociocultural na política. Este componente abrange condutas, comportamentos, modos de falar e vestir, vocabulário, e gostos demonstrados em público. No [componente] alto, as pessoas se apresentam publicamente como bem-comportadas, apropriadas, compostas, e até mesmo literatas. Ademais, políticos no [componente] alto são muitas vezes refinados, às vezes até polidos em sua apresentação pública, e tendem a usar ou um discurso racionalista (por vezes repletos de jargões) ou eticamente orientado. Negativamente, eles podem parecer inflexíveis, rígidos, sérios, frios, qualquer coisa distantes, e chatos. No [componente] baixo, as pessoas usam frequentemente linguagem que inclui gírias e expressões e metáforas folclóricas, são mais reveladores em suas expressões e comportamentos corporais e faciais, e demonstram gostos mais populares e brutos. Políticos no [componente] baixo são capazes de ser mais desinibidos em públicos e são mais aptos a usar linguagem mais grosseira e popular. Aparentam — ao observador [desde a camada] no alto — como mais pitorescos e, nos casos mais extremos, um tanto grotescos”. (OSTIGUY, 2017, p. 110–111, tradução nossa).

A título de exemplo ilustrativo, tratemos de casos brasileiros de presidentes que, respectivamente, apresentavam-se nos eixos baixo e alto pelo apelo imagético à massa. Lula

da Silva, Jair Bolsonaro e Jânio Quadros são três políticos que, historicamente, sempre tentaram demonstrar seus gostos populares, fosse pelos trajes, pelos gostos alimentares em público — sempre se deixaram observar consumindo cachaça, pão com leite condensado e sanduíche de mortadela, respectivamente, para alimentar a imagética de homens populares — e pela relação com o protocolo de Estado. À contramão, podemos listar José Sarney e Getúlio Vargas como políticos que sempre se apresentaram como excessivamente literatos, bem-compostos e ciosos de sua distância, em costumes e hábitos, do homem-comum. Disto trataremos com mais detalhes bem mais adiante.

O alto estrato, ademais — considerando como polos dos eixos o nativismo *versus* o cosmopolitismo — pode se apresentar como parte globalizada, versada em outros idiomas e em consonância com os parâmetros sociais da elite do Norte global. Neste sentido, o baixo estrato apresentar-se-ia como um indivíduo dos rincões nacionais, como uma representação simbólica do povo-comum (OSTIGUY, 2017, p. 112–114). Este pode ser, no caso brasileiro — um país de dimensões continentais, que não tem uma cultura unitária, mas regionalizada — o sertanejo nordestino, o caipira, ou o operário das grandes cidades-dormitório.

O conflito eleitoral de personalidades entre Lula e Fernando Henrique Cardoso, ilustrando, deu-se nestes termos: o primeiro, líder populista *suo proprio iure*, ressaltava a sua conexão com o brasileiro-comum por ser de origem sertaneja e torneiro mecânico por profissão⁸, representando por excelência o povo, ao passo de que sua contraparte era um sociólogo de conexões internacionais, e, por tal razão, não representaria os anseios populares. Destarte, pontuemos que o uso da origem como ativo foi, da parte de Lula, transformar o limão em uma limonada. Sua origem popular, aquando da disputa com outro populista em 1989, Fernando Collor de Mello⁹, foi-lhe prejudicial: o vencedor contrastou sua pertença ao alto estrato social e sua suposta posição de homem refinado, literato e cosmopolita para propagandear Lula como bruto e analfabeto, incapaz de governar o país.

⁸ Apesar da imagem hagiográfica construída de sertanejo sofrido pela seca, Lula era membro da aristocracia rural do Agreste pernambucano, sendo seus avós e pais possuidores de extensões de terra com dimensões consideráveis e férteis, distantes da região de sequeiro. A família Inácio da Silva, de quem era membro seu pai, inclui inúmeros coronéis e é parte da oligarquia dominante da região de Garanhuns desde o século XVIII. A pobreza sobreveio a sua família de forma ocasional, motivada pelo alcoolismo e bigamia de seu pai, Aristides Inácio da Silva, que retirou-se para São Paulo em fuga na década de 50; da venda das propriedades da família nuclear por sua mãe, Eurídice Ferreira de Melo, que, mudando-se para o estado de São Paulo em busca do marido, fora reduzida à miséria; e, da separação de seus pais, restando a subsistência de Lula e seus irmãos a sua mãe, diante das negativas de qualquer assistência paterna (PARANÁ, 2009).

⁹ Filho e neto de políticos, também membro da aristocracia rural nordestina, Fernando Affonso Collor de Mello é, curiosamente — relação que se desconhece ser sabida por ambos — primo distante de Lula da Silva (LIMA et al., 2013).

Mas, o que importa quanto ao lugar em que se põe, com relação ao alto ou baixo estrato no eixo cultural, o líder populista? Oras, o populismo, essencialmente, pretende encantar as massas. Sendo uma visão política que busca pavonear o povo — povo, ressalte-se, na concepção populista — e que é baseada no personalismo, o lugar do líder populista dentro do eixo dir-nos-á se sua relação com o povo é mediada ou direta (OSTIGUY, 2017, p. 116–118). E isto refletirá, necessariamente, da participação do homem-massa, do membro do corpo populista (cujo *caput*, lembremos, é o líder), na mobilização pública visível.

Passemos, agora, à derradeira abordagem sobre o populismo. Tratemos do populismo econômico, complementar às demais abordagens — ainda que neguem-no, em todo ou em parte, as abordagens ideacional, sócio-política e cultural (ROVIRA KALTWASSER et al., 2017, p. 31) — posto que é onipresente nas manifestações populistas do passado e do presente. Trata-se de um conceito simples, sumarizado nesta máxima: o populismo econômico é a implementação de políticas supostamente redistributivistas, em defesa do homem-comum ou do povo — em contraposição às políticas que supostamente seriam dirigidas à elite e seus interesses — mas que, como resultado, ferem os interesses econômicos de seu próprio beneficiário (ACEMOGLU; EGOROV; SONIN, 2013, p. 772–773).

O populismo econômico segue um receituário próprio e quase universal, presente em boa parte dos movimentos e discursos populistas. Uma definição suficientemente interessante, e que resiste ao argumento histórico, é-nos a de que os regimes populistas lançam mão, em busca de resolver as disparidades de renda, de políticas macroeconômicas expansionistas, sumarizadas em déficit no lastro das dívidas, controles de preços e recursos, e afastamento do equilíbrio fiscal, levando ao empobrecimento e diminuição da renda-média (DORNBUSCH; EDWARDS, 1991, p. 1–2).

Um argumento que supostamente desmereceria a noção de existência do populismo econômico seria o de que líderes populistas também fariam uso de um suposto receituário neoliberal. Fazemos questão de listá-lo para demonstrar o crasso erro de quem ignora a posição de Rüdiger Dornbusch e Sebastian Edwards, via de regra pelo apreço à cantilena antineoliberal. Este argumento, explicitamente utilizado por Kurt Weyland (2017, p. 76), lista Carlos Menem, Fernando Collor e Alberto Fujimori como reformadores neoliberais sob supervisão próxima do Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, revelando “afinidades inesperadas” com o populismo. E aponta: “o populismo não pode ser definido por meio do desprezo a princípios neoliberais como disciplina fiscal e equilíbrio monetário” (*id.*, p. 76, tradução nossa).

Muito embora trabalhemos — e, concordemos quase que integralmente — com as definições de Kurt Weyland para o populismo, não podemos assentir a tal ponto. Os governos

de Menem e de Collor, para além da ditadura de Fujimori, obedeceram à definição de populismo econômico proposta por Dornbusch e Edwards. Reformas de mercado e defesa retórica de um liberalismo inexistente na prática, como veremos ao longo de toda esta dissertação, podem compor a retórica populista. Por fim, a cereja do bolo: disciplina fiscal e equilíbrio monetário não são princípios neoliberais, mas princípios de macroeconomia básica à prova do tempo, senão para os economicamente néscios ou ideologicamente cegos, à contramão da ciência.

É lugar-comum às ciências sociais, especialmente quando em observação das políticas autoritárias no populismo e no fascismo, desprezar seu aspecto econômico. É coisa dada por certo, especialmente no âmbito da sociologia, que o autoritarismo, especialmente quando vocacionado à direita, é recurso de salvaguarda e ação preservadora do capitalismo em crise (BAKER, 2006, p. 228). Trata-se, contudo, de ignorar fato precioso: o populismo, especialmente quando representativo, é baseado em demandas reais de um nicho da população. Inevitavelmente, tais demandas consideram o manejo, distribuição, acesso ou controle da renda ou dos bens econômicos. Especialmente em países pobres e desiguais, como os da América Latina, são demandas que dizem respeito à dignidade humana.

Contudo, particularmente vemos utilidade à pesquisa em considerarmos o populismo econômico mais como técnica do que como abordagem. Técnica, sobretudo, porque é onipresente, ainda que em maiores ou menores graus, em todas as apresentações históricas do populismo. É-nos tão sobejamente importante quanto outra técnica, que inúmeros teóricos consideram abordagem, de que trataremos ao fim deste capítulo: o populismo digital. Referimo-nos a ambos como técnicas, por óbvio, no sentido de que são estratégias para alcançar a fidelização das massas e a canalização de seu apoio.

É importante, de antemão, estabelecer, porquanto uma espécie de adendo ao leitor, o seguinte entendimento: desenvolvimentismo econômico, assistência social e transferência de renda não é sinônimo de populismo econômico. O desenvolvimentismo, por exemplo, como o seu próprio nome confessa, visa desenvolver a economia do país e retirá-la da completa dependência ou submissão ao capital estrangeiro. A transferência de renda, por sua vez, é uma iniciativa que visa devolver, no limiar, os impostos embutidos àqueles mais desfavorecidos, consertando disparidades das eventuais políticas econômicas de Estado. O populismo econômico, por sua vez, não se importa com aspectos como desenvolvimento, limitando-se a queimar o capital com benefícios para classes apoiadores do governo.

Sumarizada a abordagem economicista de populismo, temos todas as abordagens desfiladas. Quais tomaremos como a nossa própria para esta pesquisa? Um pouco de todos. Da

abordagem ideacional, aproveitaremos o todo; da discursiva, a ideia de que demandas reais aproximam o público-alvo, *id est* “o povo”, do discurso populista, e *vice versa*; da organizacional, de que o populismo busca o contato imediato, por meio do uso de técnicas, entre líder e povo; da cultural, de que este busca atingir e cultivar o homem-médio, que calhamos orteguianamente chamar por homem-massa; e, da econômica, o seu postulado inteiro. É próprio de uma leitura multicausal não desperdiçar entendimentos enriquecedores, aproveitando-se-lhes o que possa ser aproveitado.

Portanto, em uma sentença, o populismo é uma ideologia parasitária¹⁰ que divide a sociedade em dois campos homogêneos e antagonistas, o povo contra o antipovo, respectivamente cumulados no homem-comum mediano e na elite cosmopolita, com base em demandas reais e por vezes legítimas, e que argumenta que a política deve ser uma expressão das demandas populares, cumulada simbolicamente na figura de seu líder, e que aspira — visando eliminar amarras de mediação entre povo, líder e exercício do poder — a desmontar a democracia liberal e favorecer a autocracia como expressão realmente democrática, com o objetivo último, retórico ou real, de redistribuir a renda e promover a melhora das condições de vida de seu beneficiário popular em detrimento do não-povo.

Sumarizemos o processo de formação ideológica no populismo, comparando a perspectiva teórica e a perspectiva prática, conforme sentenciamos acima. Para fins objetivos, escolhemos para compararmos a ideologia populista de maior impacto histórico no Brasil. O varguismo. Contrapostos os processos, entendemo-lo do seguinte modo:

¹⁰ A relação biologicamente definida entre parasita e hospedeiro, em que um alimenta-se do que o outro incorpora, é-nos melhor definidora da relação entre o populismo e ideologias das quais empresta ocasionalmente os pressupostos.

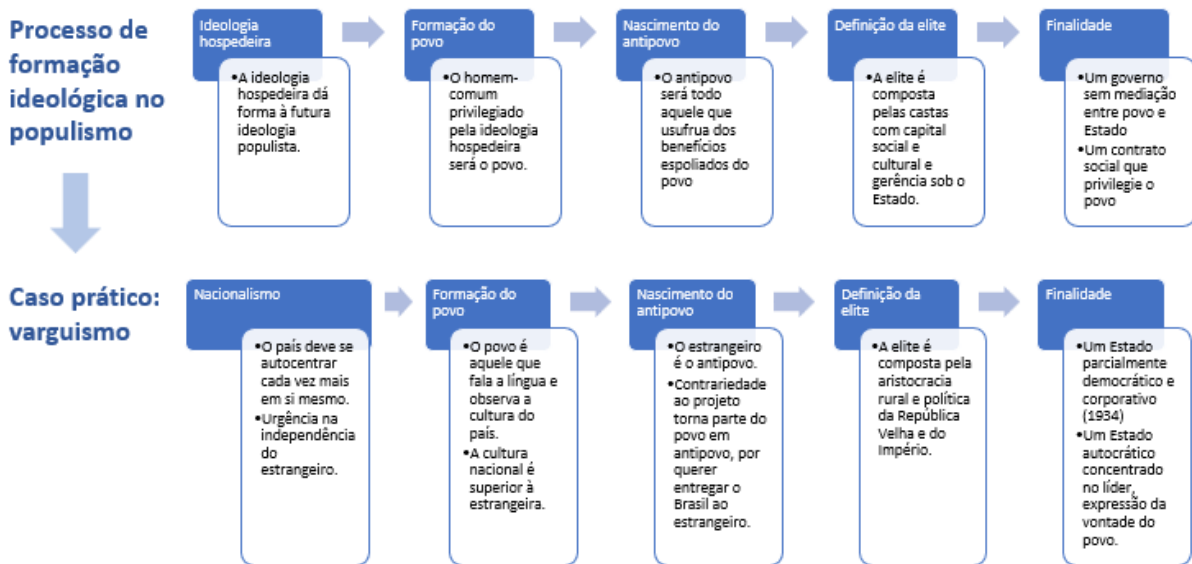


Figura 1 - Processo de formação ideológica no populismo: caso teórico e prático.

A história da modernidade e da contemporaneidade, especialmente quando analisamos a realidade latino-americana, dá-nos valiosas lições sobre a evolução e as muitas faces do populismo. Como os povos latino-americanos, o nosso próprio populismo sofreu seu processo de colonização na seara do pensamento. Importamos ideologias e pensamentos autoritários, dando-nos a nossa forma. O processo de formação ideológica no populismo demonstrar-se-á a seguir, uma vez que nos voltemos à linha do tempo.

O populismo na história

Antes de falarmos sobre o populismo na história, hemos de nos perguntar: qual era da história abordaremos? Oras, para que possamos falar na ocorrência de populismo, precisamos da presença de sua antítese e nêmesis, a democracia liberal. Naturalmente, por esta razão, descartamos uma abordagem que trate da antiguidade clássica, ainda que existam ocorrências muito similares ao populismo moderno. Centremo-nos, então, na idade contemporânea, e, mais especificamente, no período a partir de 1848, que é quando começou a florescer a democracia liberal (HOBSBAWM, 2009, p. 35–38).

Para que se faça uma pequena historiografia do populismo, há-de se descascá-lo como a uma cebola. Seu uso já foi dado pela definição da abordagem e dos conceitos que perseguimos. Falta-nos abri-lo camada-a-camada, pétala-a-pétala, como ensina a lição de Finchelstein:

“Porquanto fascismo e populismo estão no centro das discussões políticas, e são amiúde confundidos, na verdade representam trajetórias políticas e históricas alternativas. Ao mesmo tempo, fascismo e populismo estão genealogicamente conectados. Pertencem à mesma história. O populismo moderno nasceu do fascismo. Da mesma forma que as políticas de massa fascista incorporaram os chamados populares para além das formas pré-modernas do populismo agrário, como os *Narodniki* russos ou o *People’s Party* norte-americano, e também eram substancialmente diferentes de movimentos protopopulistas como o yrigoyenismo na Argentina ou o battlismo no Uruguai, os primeiros regimes populistas modernos na América Latina pós-guerra se distanciaram do fascismo enquanto mantinham características-chave antidemocráticas que não eram tão predominantes nos movimentos prepopulistas e protopopulistas antes da Segunda Guerra Mundial. Uma nova modernidade populista nasceu com a derrota do fascismo” (FINCHELSTEIN, 2017, p. 13, tradução nossa).

O protopopulismo nasce das questões do campo. Este foi o caso do *Narodnichestvo*¹¹, movimento russo da nobreza que propunha, nos estertores da morte do tsarado, um socialismo agrário e o retorno aos costumes campestres, como uma espécie de reencontro entre o Império Russo e sua própria alma popular: muito por isso, o movimento dos *Narodniki* se lançava sob a plataforma de “ir em direção ao povo”¹² (PELEVIN, 2014, p. 32–51). A mística estabelecida pelos *Narodniki* e sua organização revolucionária, diga-se de passagem, foram influências diretas na emergência do marxismo russo e de sua corrente vencedora, o leninismo (SETTEMBRINI, 1998, p. 679–681).

Este mesmo movimento de conexão entre a causa campestre e a idealização da alma do povo — que bem vai dar, por inerência, na mítica construção do “povo puro” no populismo moderno — deu-se, paralelamente, e sem conhecimento prévio entre uns e outros, na emergência do protopopulismo nos Estados Unidos (CANOVAN, 1981, p. 5–7). Ali surgiu um Partido Popular, cujos membros se autodenominavam populistas. Suas reivindicações passavam por uma pauta econômica de assistência e proteção crediária aos minifundiários, para além de uma equalização, na importância do desenvolvimento das políticas públicas, quanto à prioridade dada às demandas urbanas, para a população rural (LEE, 2006, p. 357–360).

O movimento protopopulista norte-americano, à semelhança de sua contraparte russa, trazia os primeiros indícios das marcas mais indeléveis do populismo: a separação entre povo e antipovo e a existência de uma elite antipopular. À mesma maneira que os *Narodniki*, que

¹¹ Literalmente “populismo” em russo.

¹² Em russo, *Хождение в народ* (*Khozhdeniye v narod*), mote principal do movimento.

escolheram a nobreza russa e a ocidentalização como antagonistas do povo — ainda que muitos deles fossem da nobreza, como é o caso do mais longo *narodnik*, o conde Lev Tolstói, celebrado autor da literatura eslava — e aos judeus como antipovo, o Partido Popular dos Estados Unidos fez a mesma eleição: a elite antipopular consistia dos que defendiam o uso do padrão monetário aurífero, e o antipovo era essencialmente os conspiradores judeus (MCGRATH, 2013, p. 53).

Este mesmo padrão de tomar a uma versão idealizada do homem do campo como modelo virtuoso de um povo foi a reinterpretação germânica para o protopopulismo, àquilo que conhecemos como o movimento *Völkisch*. Com ideais de organização ligeiramente semelhantes ao dos *Narodniki* russos, os *Völkische* incorporaram totalmente o divisor ideológico de águas do antipovo: o antissemitismo, ali, fora elevado à categoria de espírito coletivo da nação germânica, que deveria, em tese, extirpar o judaísmo física e moralmente de seu corpo coletivo (PUSCHNER, 2002, p. 7–9). Tendo elevado a outra potência o antissemitismo e a xenofobia do protopopulismo, os *Völkische*, todavia, não se organizavam unitariamente em uma aliança política, à contrapartida de seus congêneres.

Sem que muito nos percamos em uma análise detalhada do protopopulismo alemão, americano ou russo, há algo que nos chama sobejamente atenção, especialmente no caso do movimento *Völkisch*: sua proximidade com o fascismo e, *ultima ratio*, com o nacional-socialismo. Tratava-se de um movimento que tinha imensa confluência de ideias, ao ponto de, por um lado, ser tomado como potencial rival do hitlerismo, e, de outro, ser alvo de intensa cooptação (PUSCHNER, 2002, p. 8–14). Seus princípios mais fundamentais foram incorporados pelo nazismo, sobretudo no que dizia respeito ao binômio “sangue e solo”, *Blut und Boden*, que imprimiam um código de políticas higienistas, agrárias, e a crença da unidade do corpo germânico sob o teto de uma só cultura (DARRÉ, 1941, p. 295–312).

O que ocorreu com o movimento *Völkisch* na República de Weimar, ou com os *Narodniki* na Rússia, ocorreu também com seus congêneres latino-americanos: o protopopulismo abriu espaço para uma emergente filosofia política totalitária. Das experiências populistas abertamente autoritárias, surgiu uma doutrina que vislumbrava colapsar a democracia liberal e substituí-la pela autocracia. Se, na Alemanha, abraçou-se o protopopulismo ao nazismo; se, na Rússia, ao bolchevismo; se, na Itália, ao fascismo; na América Latina, encontrou abrigo em formas nativistas e autoritárias de enxergar a política, como o nacionalismo trintista argentino e o integralismo brasileiro, duas filosofias políticas inteiramente adidas ao fascismo transnacional (FINCHELSTEIN, 2017, p. 34–35).

Finchelstein não é o único dos autores a enxergar, diante da árvore filogenética da política, a origem comum entre o totalitarismo e o populismo, que é mais coincidente do que a aspiração comum pela derrocada da democracia liberal e o divisionismo entre povo e antipovo. Ludovico Incisa (1998, p. 983), *exempli gratia*, compreende que o laço comum entre fascismo, nacional-socialismo e stalinismo, apenas para listar dois contrapontos na escala máxima do autoritarismo, vêm da mesma matriz populista.

Muito embora Federico Finchelstein, apesar de destacar semelhanças ideológicas e genealógicas entre o populismo e o fascismo — cujas relações sempre estiveram entremeadas desde o princípio — rejeitar que possam ser a mesma coisa, apresenta um argumento que ratifica, não sabemos se intencionalmente, a ideia do populismo enquanto ideologia parasitária (MUDDE; ROVIRA KALTWASSER, 2017, p. 41–42), e que pode bem se reforçar no fascismo, apresentando-se como o pós-fascismo:

“O fascismo surgiu em diferentes cores, carregando diferentes mensagens. Como o historiador do fascismo japonês Reto Hoffman observa, o fascismo portava um arco-íris de camisas — cinza-chumbo na Síria, verde no Egito, azul na China, laranja na África do Sul, dourado no México — e estas variações falavam por si só a respeito das distintas adaptações nacionais daquilo que claramente era uma ideologia global. A esta conexão entre ideologia e moda, alguém pode adicionar, hoje, a clássica [camisa] parda na Alemanha e, obviamente, preta na Itália, azul em Portugal e Irlanda, e verde no Brasil. Como uma rejeição global dos valores democráticos universais, o fascismo apresentava uma paleta ideológica claramente à direita do espectro político. Em contraste, o populismo era descamisado. Como epitomizado pelo peronismo argentino, o primeiro regime populista na história e, portanto, um dos casos mais significantes do populismo moderno do pós-guerra, a falta de camisas dos seguidores (os *descamisados*) explicitamente rejeitava o fascismo e estabelecia o populismo enquanto pós-fascismo. O exemplo histórico da falta de cores no populismo também funciona como metáfora dos cruzamentos ideológicos do populismo e explica o porquê do populismo, diferentemente do fascismo, não ser um *front* unido contra o liberalismo.” (FINCHELSTEIN, 2017, p. 36, tradução nossa).

Particular e respeitosamente, ousamos discordar da inferência de Finchelstein quanto à não-pertença do fascismo enquanto um tipo de populismo: é-o em todos os sentidos, seja enquanto ideologia hospedeira de um populismo parasitário, enquanto discurso, enquanto técnica, e mesmo enquanto *modus operandi* econômico. Talvez se possa considerá-lo um protopopulismo, posto que o populismo moderno nasceu, segundo o próprio argumento de Finchelstein, dos escombros do totalitarismo e do corporativismo transplantado da Europa à

América Latina. Mas, é mera classificação temporal. Os requisitos fundamentais, qual sejam a existência de um povo, de um antipovo, de uma elite, de um líder que representa a vontade geral do povo em uníssono, do antagonismo à democracia liberal, estão no fascismo.

O fascismo, também, não foi de todo um front unido pelo liberalismo. Entre si, fascistas de toda a Europa se confrontavam e estiveram, *de facto*, à beira da guerra em diversos momentos. Em Áustria, por exemplo, o austrofascismo ruralista de Engelbert Dollfuß sofrera pesada oposição do nazismo, que planejou e executou o assassinato do líder austríaco, em 1934. A posteriori, Itália e Alemanha quase foram às vias de fato aquando da anexação da Áustria pela última, em 1938, levando o fascismo italiano a fomentar uma aliança com a França e a Grã-Bretanha, algo inimaginável diante do que se desenrolou à Segunda Guerra Mundial. Diversos outros conflitos entre países de regime fascista ou protofascista emergiram, como a guerra entre Itália e Grécia¹³, entre 1940 e 1941.

Todavia, há-de se concordar que a premissa de Finchelstein é muito verdadeira, de outro modo, em uma análise mais extrema: mais de um regime fascista acostou-se no populismo para sobreviver no pós-Segunda Guerra. É, por exemplo, o caso do Estado Novo português, que nasceu de uma rápida transição do populismo para o fascismo, e tornou-se pós-fascista em sua integridade após 1945. Esta transição, inclusive, fê-lo o mais longo regime fascista da história, ainda que curiosamente um fascismo despido de um movimento fascista, que se entendia pós-fascista desde antes do pós-fascismo, relegando-o à estética estatal corporativista porquanto negava-se a si mesmo como totalitário (LOPES, 2017, p. 4–7). Não é caso único.

O contrassenso do fascismo que vanguardistamente vê-se pós-fascista, que é totalitário e tenta mitigar seu próprio totalitarismo, que não se sabe se fascista ou populista, é lugar-comum na história do populismo latino-americano. Justamente este contrassenso é que alimentou uma miríade de subtipos de populismo a grassar em toda a América Latina, desde o seu princípio, pretendendo-se, via de regra, libertador dos excluídos, mas sempre tendo em vista o autoritarismo e a perpetuação no poder. Nas décadas de 1930 e 1940, a primeira leva de líderes populistas latino-americanos emergiu com promessas de amplo alistamento eleitoral e inclusão social e econômica — promessas, *de facto*, cumpridas — às expensas da demolição da democracia liberal:

“A batalha por eleições livres e abertas, e pela incorporação daqueles excluídos da política, está associada aos nomes dos líderes da primeira onda do

¹³ A Grécia vivia sob a ditadura fascista de Ioannes Metaxas desde 1936.

populismo: Juan e Eva Perón na Argentina, Getúlio Vargas no Brasil, Victor Raúl Haya de la Torre no Peru, ou José María Velasco Ibarra no Equador. Movimentos e governos populistas produziram profundas e duradouras lealdades e disrupções. Ao passo que os populistas em busca de poder prometeram incluir os excluídos, uma vez no poder os populistas atacaram às instituições da democracia liberal, agarraram-se ao poder, visaram controlar os movimentos sociais e a sociedade civil, e colidiram com a mídia privada.” (LA TORRE, 2017, p. 251, tradução nossa).

Mas, por que o homem-comum aceitava a demolição da democracia liberal levada a termo por quem lhes prometeu a inclusão e o acesso ao voto? É natural que concluamos ter havido intenso trabalho no sentido de fazer crer ao novo eleitor que tratava-se de uma barganha: transacionar o ilusório poder de decisão político a que fora recém-incluído por coisa imediatamente mais vistosa, que é a elevação do padrão de vida e o senso de dignidade econômica, já que a transação incorreria em custo-zero, posto que o líder populista, o caudilho, era ele mesmo o povo — esta era, afinal, a lógica peronista (EATWELL, 2017, p. 476–477). Era, também, como veremos adiante, o *modus operandi* do Estado Novo varguista.

O peronismo, em especial, é o mais simbólico dos populismos latino-americanos. Mentres os demais populismos ora foram derrocados, ora alternaram no poder com outras ideologias, o peronismo capturou completamente a alma da democracia argentina e, salvo momentos excepcionais, como no derradeiro processo ditatorial daquele país, desde 1946 esteve *via de regra* no poder. É equivalente, ao compararmos experiências, ao getulismo brasileiro. Sob o mote da redistribuição da renda como justiça social, propunha um regime de caráter plebiscitário em que o líder populista, sob ratificação do voto da população, era autorizado a tomar quaisquer medidas, inclusive à margem da constituição, com o fito de proporcionar o bem-estar dos eleitores (CUCCHETTI, 2012, p. 153–156).

Localizemo-nos, agora, na linha do tempo. Estamos, aqui, entre as décadas de 1940 e 1960. O fascismo fora derrotado no Norte global, à altura centro diretivo do mundo. Salvo quanto à França gaullista — inserida em um contexto potencialmente populista de um regime cesarista plebiscitário (SUREL, 2002, p. 140–141) — a democracia constitucional florescia naquele que era chamado de Primeiro Mundo. Neste momento, o populismo ganha fôlego na periferia mundial. Duas diferentes tendências populistas emergiram à altura na esteira do novo conflito inaugurado pela Guerra Fria: o populismo revolucionário, representado mais fortemente pelo maoísmo e pelo castrismo; e, o populismo descolonial.

O maoísmo e o castrismo, mais especificamente, encontram no populismo táticas para a consolidação de suas formas de luta revolucionária e regime político, representando a si

mesmos enquanto expressão inequívoca da vontade do povo (BONET, 1998, p. 151–152). O maoísmo, mais especificamente, aprofunda em uma perspectiva antropológica a questão do populismo conceitual, levando à vida cotidiana, mesmo no que é desintegrado do Estado, o conflito entre povo e antipovo e a questão do sujeito desindividualizado enquanto parte de um organismo — o ser como célula de um corpo, cujos órgãos têm por cabeça ao líder, por coração o povo, e por braços o Estado (TOWNSEND, 1977, p. 1003–1009).

Poder-se-iam dizer descoloniais pela natureza de suas revoluções — que, depois de implementadas, viraram efetivamente regimes ditatoriais — ter por objetivo romper os laços de subordinação às potências estrangeiras? *A priori*, não. Por mais extremamente subordinadas que fossem China e Cuba, de onde emergiram os populismos maoísta e castrista, sempre foram Estados nominalmente soberanos. Muito por isso é que Incisa (1998, p. 985) pô-los-á como populismos revolucionários.

Já o populismo descolonial, para nós, é aquele surgido como parte ou consequência do processo de descolonização de um domínio europeu. Seu exemplo maior, mas que não o circunscreve de todo, é o Congresso Nacional Indiano primitivo¹⁴, partido independentista nascido ao fim do século XIX e que mantém-se em atividade até o presente na União Indiana. Surgido da luta contra o Império Britânico, sempre se equilibrou na luta contra o elemento antipovo — *a priori* britânico, mas *a posteriori* paquistanês — valendo-se do personalismo de lideranças carismáticas, do belicismo, da xenofobia contra grupos-alvo externos, e de uma política econômica errática (SUBRAMANIAN, 2007, p. 81–84). Neste sentido, explica-nos Milette:

“Antes de acabar a Primeira Guerra Mundial, os colonizados árabes, indianos, africanos, e outros povos de descendência africana no Caribe e nos Estados Unidos desenvolveram novas noções de autoestima, e, em particular, um repúdio à posição subordinada a que foram relegados por povos europeus ou de origem europeia. Como a Grã-Bretanha descobriu na Palestina, uma coisa era alimentar as chamadas do nacionalismo árabe contra os turcos, e outra era lidar com as demandas de nacionalistas agitados [em luta] pelo fim da ocupação britânica do Egito. De fato, com tanta evidência ao contrário, a maior das improbabilidades é a crença persistente de movimentos populistas e das novas nações que uma guerra da magnitude da Segunda Guerra Mundial, especialmente por seus objetivos declarados, poderia ter

¹⁴ O Congresso Nacional Indiano moderno, após o assassinato de Rajiv Gandhi em 1991, alternou para um perfil mais afeto à democracia liberal e distante do populismo econômico, ainda que propugnando pela construção de um Estado de bem-estar social.

seu curso sem demolir todo o edifício do domínio colonial”. (MILLETTE, 2003, p. 174–175, tradução nossa).

O modelo do populismo descolonial, como o conceito *catch-all* de populismo, requer uma ideologia hospedeira. Embora muito use o nacionalismo, como no caso do também histórico Congresso Nacional Africano, é comum que agregue outras ideologias, tais como o socialismo, o islamismo político (VOLL; SONN, 2009), ou o militarismo reformista (INCISA, 1998, p. 985). No populismo descolonial, em um primeiro momento, a luta é direcionada a um opressor colonizador. Tendo alcançado a independência política de um Estado pela descolonização, a luta passa a ser direcionada a um novo elemento antipovo, que pode ser uma elite com fortes laços coloniais, ou um grupo étnico minoritário dentro de suas fronteiras. Qual seja o elemento antipovo, toda a formulação política do populismo descolonial é voltada para excluí-lo, enquanto ameaça, do Estado.

A emergência do populismo descolonial nem sempre se deu por uma transição pacífica da condição de colônia a Estado independente, como no caso das ex-colônias francesas ou da maior parte das ex-colônias britânicas. Quanto à África portuguesa, por exemplo, a emergência das agremiações populistas descoloniais deu-se em um contexto de guerra entre exércitos separatistas e as forças da metrópole, sendo os primeiros auxiliados, não raro, pela União Soviética, China ou Cuba, em uma espécie de conflito por procuração entre Primeiro Mundo e Segundo Mundo no Terceiro Mundo (KELLER, 1995, p. 161–166). Tais conflitos por procuração, não raro, dados no contexto de fronteiras artificialmente geradas por povos de matizes distintas, têm por consequência hodiernas guerras civis.

Outras tensões, análogas às dos novos Estados pós-coloniais, emergiram com a guerra fria. No mundo islâmico emergiram duas tendências igualmente populistas à altura. De um lado, o pan-arabismo reformador, que buscava proclamar repúblicas seculares voltadas à unidade árabe e distantes dos antigos laços ocidentais, derrubava as monarquias no Egito (INCISA, 1998, p. 984–985), Síria e Iraque (PERTHES, 1997, p. 187–189). De outro, a emergência de repúblicas teocráticas sob regimes populistas, em contraposição às monarquias seculares antes estabelecidas, passou a ser a ordem-do-dia em países como o Irã e o Afeganistão (ABRAHAMIAN, 1993, p. 17–31).

Entre a proximidade do fim do conflito entre as duas superpotências e o início da globalização, por sua vez, apareceu toda uma nova leva de movimentos populistas das mais distintas matizes. À direita, levantaram-se com maior força grupos pós-fascistas completamente imersos no populismo e que, mais especialmente no caso da Itália,

propugnavam pela emergência de um Estado livre da corrupção emaranhada pela elite — completamente inserida no controle da democracia liberal — cuja corrupção se evidenciara pela emergência dos escândalos da *Tangentopoli* (MOSS, 2000, p. 807–808). À esquerda e no âmbito nacionalista — difícil de situar no espectro político, dada sua apresentação ora à extrema-direita, ora à extrema-esquerda — surgiram grupos no vácuo da queda do muro de Berlim e dos antigos partidos únicos da Cortina de Ferro.

Entre a década de 1990 e a crise econômica global do fim dos anos 2000 — período que, para nós, no Brasil, equivale às jornadas de junho de 2013 — emergiram quatro polos populistas, considerando-se o comportamento partidário representado pela postura relativa a povo e nacionalidade nos eixos entre integração e demarcação do ente “povo” (LACHAT, 2008, p. 296–300): as abordagens nativistas, sumarizadas pelos partidos radicais à direita; as abordagens de livre-mercado; as abordagens regionalistas; e as abordagens de esquerda. A este respeito, Verbeek e Zaslove exemplificam, resumindo:

“(1) A direita radical delimita o povo puro desde uma abordagem nativista. Esta inclui a *Legha Nord*¹⁵ italiana (depois da segunda metade da década de 1990), o Front Nacional francês, o Partido da Liberdade austríaco, o Partido Popular dinamarquês, o Partido Popular suíço, *Jobbik* na Hungria, o Partido pela Liberdade nos Países Baixos, e *One Nation* na Austrália. (2) O credo de livre-mercado põe o povo puro como os cidadãos honestos, que trabalham duro, e estão ameaçados pelo Estado governado pela elite. Ele compreende o *Forza Italia* de Berlusconi, a Lista Dedecker belga, a Lista Pim Fortuyn¹⁶ neerlandesa, a presidência peruana de Alberto Fujimori na década de 1990, e o Partido Liberal da Austrália sob [a liderança de] John Howard. (3) Os regionalistas limitam o “povo puro” enquanto pertencentes a uma unidade territorial pequena e clara. São representados pela *Legha Nord* italiana e pelo *Vlaams Belang* belga. (4) O populismo de esquerda enxerga o “povo puro” enquanto uma categoria social específica não necessariamente contida em fronteiras nacionais. Este incorpora o *Die Linke* alemão, o *Syriza* grego, o Partido Socialista neerlandês, o Podemos espanhol, e partidos latino-americanos chefiados por líderes como Chávez na Venezuela, Morales na Bolívia e Correa no Equador”. (VERBEEK; ZASLOVE, 2017, p. 499, tradução nossa).

¹⁵ Optamos, em alguns casos, por utilizar os nomes originais das agremiações políticas, posto que são mais conhecidos por estes em português.

¹⁶ O conceito de “lista” enquanto agremiação partidária, muito presente nos sistemas belga e holandês, refere-se às listas de candidatos à câmara baixa do parlamento por unidade eleitoral centradas na figura do *lijststrekker* (cabeça de lista, primeiro a ser chamado ao assento e primeiro-ministro putativo), que não toma o caráter de partido político formal, mas *ad hoc* à eleição.

Após o advento da nova crise financeira global, iniciada em 2008, uma nova onda populista — como sói acontecer conforme a tendência geral dos sistemas eleitorais nos últimos um século e meio, em que crises econômicas são sucedidas por um aumento da representação eleitoral de políticos populistas (FUNKE; SCHULARICK; TREBESCH, 2016, p. 227–255) — tomou conta dos Estados nacionais. Alinhada à tal onda populista esteve uma mudança substancial no modo de comunicação das lideranças: o *crowdsourcing* político, que deu origem ao populismo digital, tomou a dianteira. Tal modelo, aperfeiçoado nos movimentos de indignados europeus e americanos à sucessão das medidas governamentais de austeridade econômica, tomou forma à sequência de eventos como o *Occupy Wall Street*, a revolução digital islandesa e a Primavera Árabe (BICKERTON; ACCETTI, 2021, p. 154–164).

Deste ponto em diante, ingressamos no terreno da história do tempo presente. O populismo digital, formato que se digladiava eleitoralmente com o populismo tradicional, com as ideologias políticas tradicionalmente democráticas (conservadorismo, liberalismo, democracia-cristã, centrismo, social-democracia, socialismo democrático, etc.), autoritárias e totalitárias (fascismo, neonazismo, stalinismo, maoísmo, etc.), é o fenômeno que passa a ditar o hodierno político. Voltaremos a ele ao fim do próximo tópico, quando discutiremos as jornadas de junho de 2013 e os concomitantes movimentos de indignados no globo, até que cheguemos ao *Tea Party* norte-americano, trumpismo, orbánismo, erdoğanismo, e, por fim, o bolsonarismo, objeto central desta pesquisa.

O populismo no Brasil

Falamos sobre a história do populismo no Brasil é, necessariamente, fazermos um estudo de caso sobre o populismo econômico na história de uma nação. É-nos tão caro o conceito trazido por Dornbusch e Edwards (1991, p. 1–2), ademais, porque, em se tratando de uma nação latino-americana periférica em eterno desenvolvimento e marcada, desde sua fundação como Estado, pela desigualdade civil e econômica, chega a ser tautológico. O populismo brasileiro — desde já, adiantamo-nos à própria conclusão — narra a história de uma luta fratricida pelo acesso à segurança alimentar e jurídico-econômica que poderia ser garantido por um Estado paralítico e que, nas mais das vezes, salvo pelas promessas e impulsos de lideranças carismáticas outrossim populistas, fora negado.

Há quem argua ter surgido o populismo na América Latina, observando-se pelo prisma do direito constitucional, à nascença dos Estados pela independência, sob promessa da tomada do poder pelo povo, a exemplo de Mark Tushnet (2019, p. 383–385). Contudo, conforme

debatemos quando analisada a abordagem ideal de populismo no escopo de nossa pesquisa, é preciso que haja, ainda que pretensamente, uma democracia liberal a ser tensionada ou derrocada pelo movimento populista que lhe antagoniza. O que tem caráter populista, mas é anterior à democracia liberal, é protopopulista. Muito por isso, à mesma maneira que Finchelstein (2017, p. 83), entendemos que o populismo à vera nasce sob os auspícios da ditadura (1930 a 1934), depois presidência (1934 a 1937), depois ditadura (1937 a 1945), e, por fim, presidência (1951 a 1954) de Getúlio Dornelles Vargas.

À altura da emergência de Vargas, havíamos substituído uma democracia¹⁷ parlamentarista, constitucional¹⁸ e estável sob o reinado de Pedro II, entre 1841 e 1889¹⁹, por quase 41 anos de uma república instável consolidada por golpes de Estado, de voto controlado por barões feudais em plena era moderna — os coronéis da República Velha — e, *via de regra*, sob o império do Estado de exceção e restrição de liberdades civis. A promessa da revolução de 1930, que pôs fim ao *ancien régime* republicano, era de outorgar o poder ao povo, antes subordinado às oligarquias regionais (FAUSTO, 1995, p. 9–11).

As oligarquias regionais supramencionadas, donas do poder, não eram ubíquas a nível de Brasil: compunham a *landed gentry* de São Paulo e Minas Gerais, regiões que usurpavam a função nacional de centro político e diretivo do país, anteriormente pulverizado entre Nordeste e Sul — mais especificamente, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul — durante a monarquia, decidindo a presidência da República entre os cabeças de partido paulistas e mineiros na Política dos Governadores (PERISSINOTTO, 1994, p. 100–103). Havia, portanto, ressentimento a ser explorado pelos outros oligarcas de pequena e grande monta distantes do novel centro político brasileiro.

Ademais, desta disposição de um Estado controlado por uma oligarquia essencialmente agroexportadora centrada no corredor econômico do café com leite no Sudeste brasileiro é surge o abandono à crescente população urbana e à nova burguesia que emergia. De um lado, os ruralistas digladiavam-se na disputa entre São Paulo e Minas Gerais pelo controle do Executivo: por consequência, o Estado brasileiro dotava boa parte de seu orçamento

¹⁷ Democracia, relembramos o conceito aristotélico, é o governo dos cidadãos, e não do povo (BOBBIO, 1998b, p. 320–321). Neste sentido, considerando o sufrágio universal dos detentores de cidadania, que eram os libertos, é coerente afirmar que o Brasil era um país democrático. Observar a democracia de outrora pelos parâmetros hodiernos, em que não existe distinção entre libertos e escravizados, é anacronismo.

¹⁸ Depois do “golpe da maioridade”, em 1841, quando o Imperador passou a reinar antecipadamente, apesar de disposição em contrário da Constituição, não houve alteração na normalidade constitucional do país até o golpe da República.

¹⁹ Embora Pedro II tenha se tornado imperador constitucional do Brasil em 1831, só passou a reinar efetivamente 10 anos depois, ao atingir politicamente a maioridade por medida parlamentar de constitucionalidade questionável.

público para remunerar grandes latifundiários em prejuízo com a exportação de café, diminuindo a produção agrícola de outros itens da cesta básica e dobrando o custo de vida entre a Primeira Guerra Mundial e a revolução de 1930, acrescentando os custos do desempenho monetário estatal (SIMONSEN, 1973, p. 40 *apud* FAUSTO, 1995, p. 93–97).

De outro, emergia uma nova burguesia urbana, parcialmente emigrada com o capital econômico rural, e formada por industriais, profissionais liberais, militares e burocratas, desatendidos em absoluto com o Estado, mas que absorviam junto à avassaladora massa pobre da população do país — população urbana centrada em cidades como o Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Belém, Porto Alegre, etc. — a remuneração das oligarquias agroexportadoras da zona rural paulista e mineira por meio do custo de vida (CARDOSO; FALETTO, 1975, p. 64–66). A República Velha, portanto, disparava os fusos de uma bomba contra si ao apenas atender à sua própria elite, deixando contra a própria sorte as classes que detinham, respectivamente, a força do dinheiro e das armas²⁰.

Realizadas as eleições de 1930, em que se contrapunham Júlio Prestes e Vital Soares, respectivamente presidentes de São Paulo e da Bahia²¹, a Getúlio Vargas e João Pessoa, chefes do Executivo do Rio Grande do Sul e da Paraíba, venceu a candidatura paulista. A “Aliança Liberal”, grupo formado pelos interesses urbanos contrários à política econômica voltada à agroexportação e à centralização do poder em São Paulo — posto que Minas Gerais, antes sustentáculo do revezamento da presidência entre as elites agrícolas, tivera a candidatura de seu presidente do Estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, negada (FAUSTO, 1995, p. 96) — entendeu a eleição como fraudulenta e partiu para a insurreição armada. A guerra civil foi evitada por golpe militar do Exército, que empossou na chefia provisória do Poder Executivo federal ao candidato derrotado Getúlio Vargas.

O que nos interessa na revolução de 1930? De que nos vale, considerando a análise do populismo hodierno brasileiro, entender um evento que se passou quando não éramos vivos, nem possivelmente nossos pais e, talvez, nossos avós? Porque seus reflexos ainda pautam o

²⁰ O tenentismo e a Coluna Prestes foram sinais claros, ainda que desapercibidos pelo governo oligárquico dividido entre São Paulo e Minas Gerais, da insatisfação da classe das armas. Não lhe foi dada a devida atenção, todavia, porque o grosso do contingente militar, quando não distante dos centros políticos, estava centrado no conflito político-militar que se desenrolava, ainda que esfriado desde 1923, no Rio Grande do Sul, região que concentrava mais da metade das forças militares (CARVALHO, 2005). Com a resolução dos conflitos e a unificação gaúcha em torno de seu então presidente estadual Getúlio Vargas, em 1929, tornou-se viável uma insurreição (FAUSTO, 1995, p. 91).

²¹ Até o ano de 1930, o chefe do Poder Executivo dos Estados da Federação tinha por título, na ampla maioria dos casos, de “Presidente”. Neste sentido, o art. 6º da Constituição de 1891, em seu inciso II, alínea “k”, estabeleceu: “Art. 6º. O Governo federal não poderá intervir em negocios peculiares aos Estados, salvo: [...] II - para assegurar a integridade nacional e o respeito aos seguintes principios constitucionaes: [...] k) a não reeleição dos Presidentes e Governadores; [...]”.

debate político de hoje. À semelhança da Argentina — embora de modo absolutamente não escancarado — o debate político se divide entre defensores e detratores dos aparelhos de Estado legados ao Brasil pelo getulismo. As rupturas geradas por consequência da revolução de 1930, ademais, alcançam o presente.

Sob a primeira ditadura de Getúlio Vargas, começada sob os auspícios de um golpe de Estado dito preventivo (para evitar uma guerra civil) pelo Alto Comando das Forças Armadas, deu-se início a um ambicioso projeto de nova matriz econômica para o país. Como liderança populista carismática, Vargas controlava, ao mesmo tempo, com apoio quase irrestrito, as massas trabalhadoras e os interesses das novas elites urbanas e industriais, conciliando-os na derrocada da incipiente democracia liberal brasileira (GROPPO, 2010, p. 19–22). Regulava-se, ainda que muito incipientemente, o mercado; buscava-se a industrialização de natureza pesada do país, por meio de indústrias estatais e, raramente, privadas; e, ademais, tentava-se nacionalizar a infraestrutura básica, sob controle de acionistas estrangeiros (BASTOS, 2006, p. 240–248).

Tendo ocorrido no ano de 1932 uma revolta popular centrada no Estado de São Paulo — pactuada entre a velha aristocracia da República Velha, latifundiários e minifundiários, cidadãos dos campos e das urbes — pelo crescente autoritarismo e pela sua posição integrada ao tenentismo, movimento populista de caráter militar e reformista, especialmente antagonizado naquele estado, é que sua primeira ditadura viu-se obrigada a recuar, convocando uma assembleia constituinte (GROPPO, 2010, p. 200–209). O fruto desta constituinte foi uma *magna carta* corporativista e referendadora de amplos direitos aos trabalhadores, atraindo novos grupos sociais antes não-contemplados pelo Estado (VANNUCCHI, 2019). Política, aliás, inaugurada ao outorgar, por decreto, o direito ao voto de uma metade politicamente marginalizada do país: as mulheres (BRASIL, 1932).

O retorno — ou, pelo alistamento eleitoral universal e voto secreto, a concretização — da democracia liberal, contudo, trouxe problemas às políticas reformadoras de Vargas. Os interesses políticos regionais, sobretudo os legítimos, renovaram os impasses da República Velha (GROPPO, 2010, p. 228–236). Era-lhe especialmente recalcitrante a insubordinação do capital estrangeiro, apontado como inimigo do desenvolvimento do Brasil (BASTOS, 2006, p. 251–252). A independência das classes industriais, burguesas e liberais, frente ao seu ideário político-econômico, crescentemente nacional-desenvolvimentista e contraditoriamente conciliador com as antigas oligarquias rurais — haja vista que continuou Vargas subsidiando a remuneração dos produtores de café, comprando-lhes o excedente para queima (FAUSTO, 1995, p. 105) — e subsequente oposição, ia longe demais.

De mais a mais, mesmo com o ímpeto transformador que lhe aproximara do tenentismo, de parcela da classe média e de amplos setores da classe trabalhadora, o poder escapava das mãos de Getúlio Vargas. O art. 52 da Constituição de 1934 vedava-lhe a reeleição, senão quatro anos depois, em 1942 (BRASIL, 1934). O integralismo, doutrina que propunha abertamente um regime fascista, disputava-lhe a atenção do eleitorado, ganhando apoio entre a intelectualidade, sociedade e membros do clero: dentre os camisas-verdes²² estavam Abdias do Nascimento, o marinheiro João Cândido (líder da revolta da Chibata), e o então padre Hélder Câmara. Ao mesmo tempo, a Aliança Nacional Libertadora, movimento comunista, conquistava importantes espaços na classe operária. Integralismo e comunismo ganhavam a ribalta política às custas do varguismo (GROPPO, 2010, p. 240–252).

A tensão crescia, sobretudo, com as ameaças de tomada do poder de ambos os grupos pelo voto ou pela força das armas. Em 1935, valendo-se do temor de levantes, Vargas fez aprovar a Lei de Segurança Nacional, texto que punha na ilegalidade, em seu art. 30 — sob o pretexto de proibir “a existencia de partidos, centros, agremiações ou juntas, de qualquer especie, que visem a subversão, pela ameaça ou violencia, da ordem política ou social [*sic*]” (BRASIL, 1935) — o Partido Comunista Brasileiro e a Aliança Nacional Libertadora. A lei Monstro²³ precipitou a Intentona Comunista de 1935, limitada a quarteladas no Rio de Janeiro e em Recife, e que ocupou por três dias o governo do Rio Grande do Norte, tendo mais significância histórica para o anticomunismo de que real ameaça de tomada do poder (GROPPO, 2010, p. 252–254).

Com o anticomunismo alimentado por algo tido como ameaça real, com o integralismo batendo às portas do governo, e com a democracia liberal concorrendo ao poder sob a candidatura de Armando de Salles Oliveira, sobraram motivos a Vargas para uma aventura autocrática. Não havia mais, outrossim, antagonismo das massas pobres, em vista da criação de um salário-mínimo, propagandeado como liberalidade do presidente da República em 1936, em vez de política constitucionalmente estabelecida em 1934 (WEFFORT, p. 51-73 apud GROPPO, 2010, p. 268–272). Com base em tudo isso, e apoiado nas Forças Armadas, dera novo golpe, instaurando o Estado Novo (CARVALHO, 1999, p. 66–69).

O Estado Novo foi o acúmen do modelo propugnado pelo populismo no Brasil. Dispersava os partidos políticos, postos todos na ilegalidade. Extinguia o referendo do

²² A cor do uniforme integralista — característica indissociável de quase todos os fascismos abertos — dava-lhes a alcunha, do mesmo modo que os fascistas italianos eram conhecidos como camisas-negra, e os nazistas como camisas-parda.

²³ Nome utilizado pelos órgãos de imprensa próximos da Aliança Nacional Libertadora à Lei de Segurança Nacional.

Congresso Nacional, dando os poderes de legislar ao presidente da República. Eliminava a influência política dos Estados, que perdiam suas características peculiares, seus governadores eleitos, e submetiam-se integralmente à União. Retirava toda a mediação entre povo e líder, não existindo mais intermediários entre o povo — personificado na frase “trabalhadores do Brasil”, com que abria Vargas todos os seus discursos — e o chefe nacional. E presenteava, não como conquista da massa operária — como emanado de sua graça divina (WEBER, 1999, p. 737) — mas presente vindo do alto, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), amplo código de direitos trabalhistas (GROPPO, 2010, p. 277–279).

Ademais, estabelecera o Estado Novo o modelo do culto à personalidade para os futuros populistas brasileiros. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) censurava a atividade jornalística e garantia que a figura do presidente da República fosse sempre apresentada como modelo inquestionável de virtudes. Sua figura, enaltecida pelas ondas de rádio por meio do programa “A Hora do Brasil” — hodiernamente ainda veiculado às 19 horas em cadeia nacional, sempre sob os apoteóticos acordes da *ouverture* d’O Guarani, de Carlos Gomes — ganhara o sinônimo de “pai dos pobres”, sobretudo com o advento da CLT, em grande parte *fac-símile* da *Carta del Lavoro* de Mussolini. A legitimidade do mandato, que não tivera pela renovação do voto, assim era exitosamente conquistada, em preparação à transição eventual para a democracia (CAMARGO, 1999, p. 17–18).

Não por acaso, sua queda do poder por novo golpe de Estado, desta vez dado pela oposição, fora mero interstício. Em cinco anos, retornando pelo voto popular, decidira apostar em uma roupagem diferente para seu populismo político, tornando-o um populismo acatador da democracia liberal e da Constituição. De fato, todo o sistema político da época — e, em verdade, até 1964 — estava organizado ao redor de Getúlio Vargas: de um lado, o Partido Social-Democrático (PSD), que representava os interesses da burguesia, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), seu próprio partido, de orientação sindicalista e corporativista, compunham seu elenco político de apoio; de outro, a União Democrática Nacional (UDN) congregava-se como polo opositor do getulismo (D’ARAÚJO, 1999, p. 98–99).

A principal tônica de seu governo democrático²⁴ era o nacionalismo econômico. Intervir, estatizar e “empreender um desenvolvimento alavancado pelo Estado” (D’ARAÚJO, 1999, p. 101), naquilo que vir-se-ia a chamar de modelo nacional-desenvolvimentista, eram os preceitos que moviam seu populismo. No debate econômico de fundo nacionalista, Vargas

²⁴ Em contraposição aos seus períodos ditatoriais entre 1930 a 1934, e 1937 a 1945, apodaremos o período de 1951 a 1954 como democrático, posto que respeitou Vargas os princípios constitucionais.

mobilizava as massas por meio de grandes campanhas públicas alavancadas por comícios e chamadas de rádio, como as campanhas “O petróleo é nosso” ou da Lei de Remessa de Lucros — que limitava a retirada de mais do que 10% dos lucros obtidos por companhias estrangeiras — prometendo soluções que enriqueceriam o país e torná-lo-iam independente economicamente das grandes potências (D’ARAÚJO, 1999, p. 107–110).

A permanente tensão entre o varguismo, populista até a medula, e o udenismo que lhe fazia oposição, seguiu-se mesmo após o suicídio de Vargas, em 1954 — um esforço vitorioso, nas palavras de Maria Celina d’Araújo (1999, p. 103), posto que manteve as massas mobilizadas ao redor de seu líder depois de sua morte física. O udenismo era, de seu próprio direito, um movimento político populista a denunciar a corrupção do getulismo, inimigo do povo por excelência, como panaceia, propondo permanentemente a intervenção das Forças Armadas — isto é, golpe militar — contra a subversão e pela preservação da democracia, algo antitético (BENEVIDES, 1981, p. 59). Foi o nascedouro político, em termos de debate eleitoral e partidário, da direita populista.

O getulismo, como apontávamos antes de encetar uma digressão sobre a oposição udenista, legou uma escola política. O populismo econômico — ora voltado para metas de desenvolvimento econômico agressivas (BENEVIDES, 1981, p. 75), que teriam por resultado uma grande elevação do Produto Interno Bruto (PIB) do país, mas também passivos impagáveis baseados no déficit fiscal e resultado em escalada inflacionária (CASTRO; RONCI, 1991, p. 159–160) — marcou a gestão nacional-desenvolvimentista e getulista de Juscelino Kubitschek. O populismo político de fundo econômico e social, por sua vez, maximizou-se durante o governo de João Goulart, havendo intensa integração entre movimentos sociais cooptados em favor do governo e o próprio Estado, que a elas reagia com as reformas políticas e sociais de base (BENEVIDES, 1981, p. 87–89).

Já o populismo udenista, por sua vez, não tinha pensamento econômico unificado. Era, em verdade, incoerente: muito embora fizesse uma defesa retórica empedernida do liberalismo econômico, associava-se pontualmente ao estatismo nacional-desenvolvimentista quanto às questões setoriais, variando de posição conforme o discurso parlamentar em evidência (id., 1981, p. 147–150). O que importava, discursivamente, era a reforma ética do Estado contra as elites corruptas, mote acentuado na grande mobilização de massas resultante na eleição de Jânio Quadros (id., 1981, p. 79), sob o mote do símbolo da vassoura a moralizar a administração pública (QUELER, 2008, p. 46). Contudo, a falta de soluções em termos de políticas públicas — tão típica do populismo (WEYLAND, 2017, p. 87) — e a falta de autoridade presidencial, levaram à renúncia de Jânio (BENEVIDES, 1981, p. 82–83).

O cumular do udenismo deu-se, todavia, com a ditadura militar. Segundo Castro e Ronci (1991, p. 161–164), a ditadura militar instaurada após o golpe contra o governo de João Goulart, em 1964 — fruto de intensa mobilização udenista (BENEVIDES, 1981, p. 92–96) — manteve, curiosamente, uma postura alinhada ao nacional-desenvolvimentismo getulista à busca de uma legitimidade não-obtida pelo voto. Tentava manter o desenvolvimento econômico mediante intervenção estatal e capitaneado por empresas públicas e “campeões nacionais”, resortando-se ao endividamento externo excessivo como contrapeso às medidas contra escaladas inflacionárias consequentes ao expansionismo econômico (HERMANN, 2005, p. 86–88).

Incorria o regime autoritário, em suma, no preceito básico do populismo econômico brasileiro, conforme a máxima de Castro e Ronci (1991, p. 165): a manipulação das ferramentas econômicas com ágio no voto e legitimidade. Nisto, não diferiu do varguismo, senão pela sofisticação de parecer não o fazer, justamente com o fito de soar moralizador e antipopulista, porquanto cúmulo de uma filosofia de governo interessada na soberania nacional, e que, intervindo em tudo, dizia intervir apenas no que era estratégico.

No retorno à democracia, sob o governo de José Sarney, de 1985 a 1990, a lida com as consequências econômicas e sociais do populismo varguista retomava a tônica política. Não se tratava de requalificar o debate econômico nacional, todavia. Tratava-se de manipular a economia, e, conjuntamente, o emocional da massa política, de forma a lograr apoios à coalizão de sustento do presidente da República no Congresso Nacional e na Assembleia Nacional Constituinte, que teve início em 1986, com medidas que, a curto prazo, geravam impactos positivos na queda do custo de vida, mas que, a longo prazo, geraram incalculáveis passivos monetários para os governos sucessores (CASTRO; RONCI, 1991, p. 184–187).

Eis um exemplo culminante do populismo econômico brasileiro a comprovar, sobretudo, quão fundamental é discutir o aspecto econômico do populismo. À beira das eleições de 1986, o Governo Federal decidiu lançar o Plano Cruzado, que previa o congelamento de preços e do câmbio, indexação inflacionária dos salários, e diminuição do valor de face da moeda em quatro casas decimais. Ademais, o cidadão ficava empossado simbolicamente na função de “fiscal do Sarney”, para garantir o congelamento dos preços ao consumidor (AVERBUG, 2005, p. 220–221). Foi, de fato, uma campanha que mobilizou a cidadania, que se viu imbuída do papel fundamental de garante do cumprimento do programa econômico governamental.

O empresariado, mesmo o pequeno burguês, como o quitandeiro, o açougueiro etc., fora alçado à categoria de inimigo do povo. As massas, incitadas pelo Presidente da República,

lideraram o fechamento de lojas, sob reforço policial, que porventura desviassem do preço fixado por tabela. O resultado inevitável foi a escassez de bens de consumo, a diminuição da qualidade dos produtos, a cobrança de ágio e a queda massiva da produtividade industrial, que, sem insumos gerados pela escassez, não pôde responder proporcionalmente à explosão do pequeno consumo (id., 2005, p. 224–225).

A consequência, por sua vez, deu-se em nova expansão inflacionária, emissão excessiva de moeda para recobrar as perdas, aumento da dívida externa e instabilidade econômica, gerando perda do poder de compra do cidadão-comum, beneficiário hipotético deste plano econômico e dos outros que se sucederam durante o governo de José Sarney (CASTRO; RONCI, 1991, p. 166–167). E esta, afinal, conforme a definição de Acemoglu *et al.* (2013, p. 771–772), é a consequência do populismo econômico: o beneficiário das políticas econômicas torna-se delas mesmas a vítima final, porquanto a própria economia nacional é feita vítima sacrificial.

À presidência subsequente, sob Fernando Collor de Mello, o populismo retoma sua carga eleitoral. O debate varguista é repaginado, com Collor, em campanha, montando a vassoura do janismo: tratava-se, agora, do “caçador de marajás”, que limparia o Estado das elites corruptas a lucrar com a miséria do povo, e reformaria o Estado legado por Getúlio Vargas (BASTOS, 2012, p. 780). O populismo de Collor estava sintonizado com as tendências correntes do populismo latino-americano de seu tempo: adesão aparente ao dito receituário neoliberal (LA TORRE, 2017, p. 254–256), ainda que sem compromisso real com quaisquer reformas do Estado. Muito por isso, tirantes umas incipientes privatizações, e tendo por único legado, para além da explosão inflacionária, a abertura da economia à importação de insumos e bens de consumo (GENNARI, 2002, p. 41–44), logo seu governo caiu.

Sob os governos subsequentes é que se começou a superar, com dificuldade, a lógica político-econômica implementada pelo varguismo. O Estado brasileiro, refundado no regime de Getúlio Vargas, tinha por base um modelo de regulação econômica excessiva e de consideração do Estado como agente empreendedor, alocando os recursos para o desenvolvimento econômico em potencial, que jamais chegou (CASTRO; RONCI, 1991, p. 168). Se tanto nos detivemos neste tópico, é porque o populismo brasileiro, afinal, manteve-se completamente atrelado ao fantasma de Vargas até 1994, quando o debate proposto por Fernando Henrique Cardoso levantou uma discussão democrática de novas bases para o Estado brasileiro, distantes da lógica populista.

Isto nos significou a superação do populismo, todavia? Não, posto que, uma vez tivéssemos superado, não discutiríamos nesta dissertação o populismo bolsonarista. Nem o

discutiríamos, ademais, não houvesse a tensão contínua entre o bolsonarismo e os movimentos que amalgama e, em contrapartida, o populismo de esquerda representado pelo lulismo, antagonistas um do outro (ANDRADE, 2021, p. 344–361). Apenas, todavia, diversificamos o modelo de nosso populismo. Se antes o populismo brasileiro usava como técnica primária, mais do que abordagem, o populismo econômico, a distensão da musculatura política trazida pelo lulismo e pelo bolsonarismo aglutinou um novo método: o populismo digital.

Oportunamente, quando discutirmos mais profundamente os aspectos identitários do bolsonarismo, voltaremos a abordar todo o escopo dos populismos lulista e bolsonarista. Interrompemos, contudo, a nossa digressão histórica neste ponto exato da história — 1995, ano da posse de Fernando Henrique Cardoso na presidência da República — porque nele é que o varguismo é superado. Não superado porque o Estado varguista fora desmontado, porque não o foi e persiste quase incólume à segunda década do século XXI. Superado porque emergiu, sob a hegemonia do lulismo no debate populista, uma nova polarização política que alijou, finalmente, as memórias de Getúlio Dornelles Vargas do debate público. É sob a era Fernando Henrique Cardoso que o populismo lulista ganha força pessoal na figura de um novo líder carismático²⁵, antagonista político que ser-lhe-ia sucessor.

Ademais, é importante, antes de tratarmos especificamente do populismo digital e, de modo passageiro, a respeito de sua ocorrência no cenário político brasileiro, que façamos três adendos importantíssimos. Façamo-los por ordem. Em primeiro lugar, não é que nos seja conveniente, por força da generalização, banalizar o populismo como onipresente nos governos republicanos da Era Vargas ao presente. Se os governos tomaram, geralmente, o caminho do populismo como sustento político, é porque nosso modelo de Estado escolheu-o como única possibilidade. Desde o princípio, e salvo por curto interstício entre 1961 e 1963, adotamos o regime presidencialista.

Mas, no que o presidencialismo exige do líder político o populismo? Em tudo. O eleitor espera um líder forte, cujo carisma contraste com a dispersão política do parlamento, e imponha ao último sua agenda. As assembleias constituintes sucessivamente, desde 1934, optaram pelo presidencialismo como sistema de governo — e, diante do multipartidarismo, presidencialismo de coalizão. Não há, inferimos, diante de um sistema político problemático em equacionar sustentação parlamentar e popular, aplacando as necessidades de representação do eleitor e de um grande polo de partidos associados, outra opção à liderança política senão

²⁵ Embora tenha disputado as eleições de 1989 e chegado ao segundo turno, contra Fernando Collor de Mello, compreendemos, como arguimos adiante, que o lulismo, enquanto filosofia política centrada na figura de seu líder (SINGER, 2012), começa a emergir à oposição de Fernando Henrique Cardoso.

um impulso populista, posto que as sucessivas Constituições instrumentalizam o caminho dos sabotadores constitucionais (BUSTAMANTE; MEYER, 2021, p. 9–12).

O segundo adendo que nos cabe é pontuar novamente — o que repetiremos à exaustão, para que nunca cesse a clareza — que o populismo, enquanto ideologia, é distinto de suas técnicas. Qualquer líder político não-populista pode fazer uso dos instrumentos que o populismo consagrou. Na América Latina, por exemplo, são técnicas indiscriminadamente usadas pelos líderes de mais distintas naturezas o populismo econômico e, hodiernamente, o populismo digital. O emprego reiterado de uma técnica do populismo por lideranças de diferentes matizes pode se dar por uma miríade de razões. No caso brasileiro, como oportunamente pontuaremos nesta dissertação, isto se dá em razões do ordenamento jurídico e da jurisprudência, que requer do Presidente da República seu emprego, ainda que despropositadamente, desde a Constituição Federal de 1934.

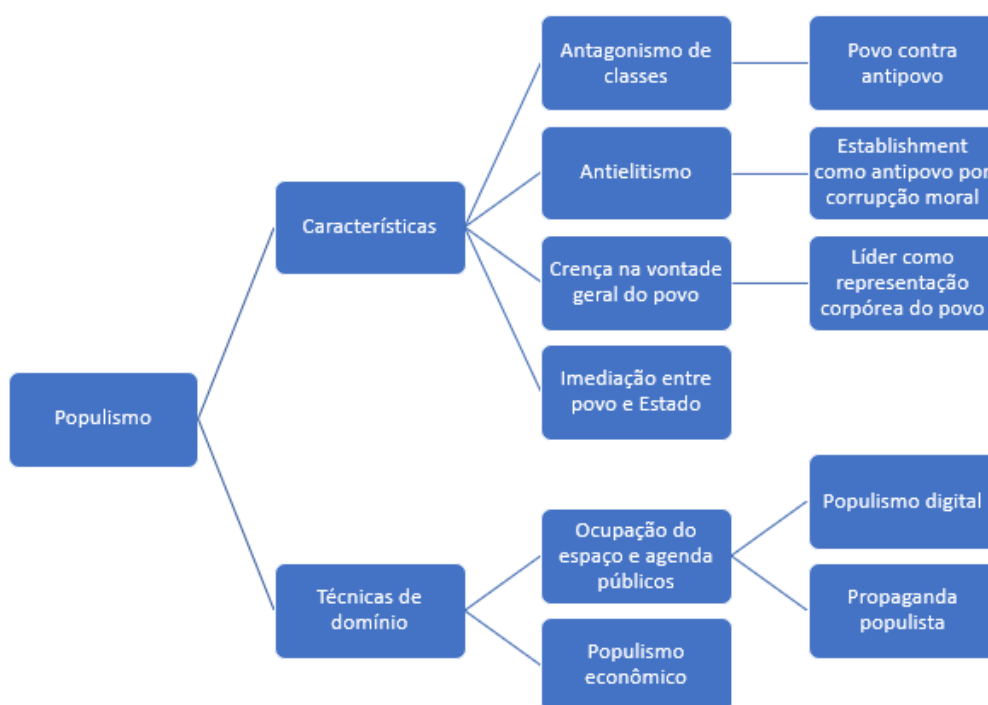


Figura 2 - Distinções entre características e técnicas de domínio no populismo

O terceiro e derradeiro adendo, necessário em vista do clima de polarização política do tempo presente, é da impossibilidade de falarmos sobre o bolsonarismo sem tratarmos do lulismo à exaustão. Não se trata, aqui, de dizer que são equivalentes semânticos. Contudo, o bolsonarismo emergiu *suo proprio jure* entre 2016 e 2017 como uma ideologia populista, hegemônica e fagocitando grande parte da direita política, como antagonista do petismo. Do mesmo modo, o petismo, que indiscutivelmente é a mais poderosa força política populista da

América Latina na contemporaneidade, resolveu tomar o bolsonarismo — diante da morte por inanição do PSDB, após a fragorosa derrota de Geraldo Alckmin às eleições de 2018 — como seu antagonista natural. Esta eleição de antagonistas não é nossa, mas, respectivamente, do petismo e bolsonarismo. Limitamo-nos a estudar o fenômeno.

O populismo digital

Falamos anteriormente de uma das técnicas — também tidas como abordagens — que ser-nos-ão caras para compreender a formação identitária e o *modus operandi* do bolsonarismo. Trata-se do populismo econômico, que diz respeito à manipulação macroeconômica para a fidelização das massas. Alongar-nos-emos, contudo, ao tratar de outra técnica que diz respeito não apenas à compreensão da emergência do bolsonarismo enquanto movimento político, mas também do estado da arte do populismo: o populismo digital.

Trata-se o populismo digital de uma técnica de comunicação intrínseca ao populismo contemporâneo que considera as estruturas de oportunidades *online*, jungindo: as ideologias de soberania popular ao potencial democratizante da internet, do centramento na figura mítica do “povo” à conexão direta às audiências, e do antielitismo aos agentes fora da elite, bem como da exclusão do “outro” à homofilia; o ator, que é o líder carismático, à comunicação personalizada com a massa; o estilo comunicativo da simplificação, emocionalização e negatividade à economia da atenção; e as estratégias de poder, mobilização e legitimidade às massas não-institucionalizadas (ENGESSER; FAWZI; LARSSON, 2017, p. 4). Nesta técnica explora-se, sobretudo, o uso das redes sociais para a mobilização de massas (GERBAUDO, 2017b, p. 485–487), vinculando a participação *online* à cidadania.

Steve Forti (2021, p. 74–79), a respeito da insuficiência da ciência política em tratar o populismo digital como uma abordagem de populismo ou de fascismo *suo proprio jure*, explica que nele residem diferenças substanciais, porque, apesar de utilizar ferramentas do populismo, não está de todo adstrito a ele, sendo geralmente marcado em suas manifestações pelo nacionalismo e identitarismo, mas sem propor um Estado unipartidário, nem tampouco seguir uma mesma lógica econômica unitária. Por isso, propõe chamá-lo de pós-fascismo ou extrema-direita 2.0. (*id.*, p. 78-79). Em nosso entendimento, tem parcial provimento esta lógica. Todavia, ao supramencionado Forti escapa justamente a parte central de seu argumento: a utilização de ferramentas do populismo (*id.*, p. 76). Por isso é que entendemos o populismo digital como ferramenta do populismo, não como tipo ideal ou abordagem.

Os principais autores da área dão ao populismo digital, conceito de nossa preferência, uma miríade de nomenclaturas. Segundo Giuliano Bobba (2021, p. 457–459), entre os termos mais comuns a abarcar esta abordagem e técnica do populismo, estão “populismo *online*”, “web-populismo”, “ciberpopulismo”, “populismo 2.0.” (relacionado à era da rede 2.0. de Internet), e “populismo de mídias digitais”. Preferimo-lo, contudo, à mesma medida de Bobba (*op. cit.*, p. 458), porque o populismo digital não está restrito à internet: tem efeitos presenciais e que também mobilizam as ruas. As redes sociais são uma ferramenta preferencial de comunicação, mas o contato entre líder e massa não é integralmente a elas adstrito.

Exemplos clássicos estão, a nível internacional, na Primavera Árabe, no movimento europeu de indignados contra as políticas de austeridade, no *Occupy Wall Street*, e, a nível nacional, nas jornadas de junho de 2013: as massas foram mobilizadas pelas redes para as ruas e das ruas para as redes, bifurcando a ágora pública em presencial e digital, mas ocupando-as maciçamente e impondo sua presença (GERBAUDO, 2017a, p. 1–2). Enquanto técnica correlata a uma ideologia parasitária, faz empréstimo dos conceitos de uma outra ideologia nascente: o cidadanismo.

O cidadanismo modifica a variável “povo” do populismo pela do “cidadão”, e a da “elite” pela “oligarquia”, propondo o retorno do poder ao cidadão-comum (GERBAUDO, 2017a, p. 7–10). Muito embora qualifique Gerbaudo ao cidadanismo como contraposição ao populismo de direita emergente, como o Trumpismo, entendemo-lo como parte do mesmo fenômeno, posto que o nacionalismo ou patriotismo é-lhes vinculado à identidade da cidadania enquanto canalização das frustrações com a oligarquia governante (BENFIELD; HOWARD; MORRIS, 2012, p. 43–47). É inevitável compreender que o cidadanismo, enquanto tipo de populismo, e dentro de sua absorção pelas técnicas do populismo digital, é multifacetado, apondo identitariamente a cidadania enquanto qualidade contraposta às identidades do outro.

É uma característica muito marcante no populismo digital a maneira cesarista e plebiscitária com que são envolvidos os seus partícipes. Não há discussões entre massa e líder. Nas redes sociais onde atuam, as mensagens são postadas em nome do líder ou, mais raramente, pelo próprio líder. O referendo, então, é feito pelos militantes quando expressam sua aprovação em curtidas ou compartilhamentos de conteúdo, recebendo sua responsabilidade ativa enquanto membro do movimento no momento de divulgá-lo e de levar adiante as palavras de sua liderança. Esta participação ativa em aprovar simbolicamente a mensagem e compartilhá-la é o que gera a ilusão de divisão democrática do poder decisório no movimento (KRÄMER, 2017, p. 1297–1299).

Ocupa o populismo digital, hoje, o espaço que pertenceu ao telepopulismo dos anos 1990 a 2000; ao populismo radiofônico da década de 1950 em diante; e, antes disso, à *agitprop* tradicional. “Ocupar”, em verdade, é o verbo correto para que tratemos desta técnica do populismo: trata-se de uma metodologia de ocupação dos espaços públicos adaptada à liquidez da contemporaneidade, que trasladou a ágora pública à fluidez das nuvens. Tudo é transplantado para a realidade digital. Se antes, os panfletos mimeografados, os cartazes e os *samizdatov*²⁶ portavam, com menor alcance, a voz da dissidência política, adaptou-se o populismo aos textos em blogs e redes sociais, imagens e vídeos curtos no Instagram e no *Twitter*, e às correntes de mensagem no *WhatsApp*.

A cada tempo, o populismo se caracteriza pelo uso de uma técnica de domínio com apelo às massas que lhe sejam hodiernas. Na era do totalitarismo, importava o controle das massas pela demonstração de força e unidade porquanto prova física de que o povo detinha o poder. Na pós-modernidade, o populismo econômico era a técnica preferencial, posto que a distribuição de privilégios e benesses para uns, cassação de benefício para outros, dizia ao povo que a ele pertencia o Estado. À contemporaneidade, o populismo digital se firma como técnica de dominação preferencial, porque em vez da unidade na força do povo contra o antipovo, ou na redistribuição econômica de antipovo para povo, a bola da vez é a imediação entre Estado e cidadão.

O populismo modificou o caminho da *volonté générale* conforme a ordem de seu tempo. Tornou-se cada vez mais imaterial. Na era moderna, tratava-se de demanda absolutamente material: tomar fisicamente o todo representado pelo conjunto de Estado e povo para, controlando os corpos, controlar os espíritos. Com a paulatina derrota do totalitarismo e o avanço do capitalismo em escala global, o populismo evoluiu para acompanhá-lo, vinculando a demanda do povo à participação no consumo desenfreado e sua volúvel relação de fetichismo. No tempo presente, auge da liquidez do homem, nova criatura divinizada pela onipresença facultada pelo acesso à internet, e pela busca incessante da onisciência pelo excesso de informação, o populismo se adaptou. Hoje, importa sobretudo controlar o espírito do homem para, por meio dele, controlar a massa.

A evolução do populismo não eliminou seu destino totalitário. Pelo contrário, apenas amoldou a vocação à efetividade prática para o poder real. A fragmentação do homem pelo avanço tecnológico fez com que a principal ameaça à sua integridade não fosse mais a física,

²⁶ *Samizdat*, do russo *самиздат* (no plural *самиздатов*), literalmente “autopublicado”, eram os jornais batidos à máquina pela dissidência política e repassados em correntes por editores anônimos.

pelo exercício da violência, mas a digital. Por mais que no presente ainda haja a guerra tradicional, com trincheiras, tiros e bombas, a principal luta se trava no controle dos algoritmos. Cerceia-se mais a liberdade do homem pela perda do controle de seus acessos digitais, posto que, crescentemente, somos mais incapazes de dissociarmos o uso das tecnologias para a nossa vida humana, do que pela prisão física.

Adiantou-se o populismo às demais ideologias na percepção do estado da arte da humanidade. Enquanto o socialismo e o liberalismo permaneciam focados na dicotomia entre equidade e liberdade no acesso aos bens de consumo, adaptou-se o populismo da era da informação ao mote de Francis Bacon: *scientia potentia est*. O combustível fundamental do homem foi a força, passou ao dinheiro, e hoje é a informação, no sentido algorítmico da palavra, sua principal demanda. Das classes mais baixas às mais altas, dos menos escolarizados aos mais escolarizados, as atividades são cada vez mais remotas e menos presenciais, seja de trabalho ou consumo. Até o crime tem cada vez mais relação com o ciberespaço do que com as ruas.

Por isso, a atividade política digitalizou-se. E, com a digitalização, em vez das pesquisas analógicas a captar a tendência do público, passou-se a fazer política com base nos rastros digitais em redes sociais deixados por eleitores em mensagens captadas pelos algoritmos (DA EMPOLI, 2019, p. 22–24). Uma vez percebida a tendência do momento é que o líder populista se pronuncia, segundo o próprio *modus operandi* do populismo: propondo soluções fáceis e atacando o *establishment*, um processo descrito no caso do italiano *Movimento 5 Stelle* por Giuliano da Empoli (id., p. 24), mas que tem um caráter universal em se tratando da nova política em redes. Tal processo é reforçado pela reprodução, da parte de centenas de *bots* treinados para simular o comportamento político de humanos em redes, de mensagens personalizadas para manipular a opinião pública (FORTI, 2021, p. 137–138).

A estrutura de um movimento populista baseado no algoritmo tende a reproduzir a própria lógica das redes sociais. Nela, todo o poder de voz é horizontalizado, sendo o indivíduo integrado ao movimento, ele mesmo, uma representação do todo e do próprio líder — um processo que pode ser descrito como fractalização do corpo digital do rei e consubstanciação do corpo de seguidores (CESARINO, 2019, p. 533–535). Assim, pela identificação do membro como o próprio movimento, a presença da agremiação populista é ubíqua na internet.

Contudo, por mais descentralizada que pareça esta horizontalização, trata-se de uma estratégia autocrática: só quem detém o poder real dentro de um movimento tal é aquele que detém a moderação: a equipe burocrática vinculada ou por trás do líder. Deste modo, dissidentes públicos são eliminados do processo intrapartidário sem direito à defesa e aderentes

que tenham ressonância pública em número de seguidores e gerem visibilidade, independentemente de sua natureza, são promovidos internamente — tudo isso sob vigilância estrita e sob a aparência de um processo democrático *interna corporis*. Reproduzir conteúdo preparado pela burocracia partidária e aumentar o alcance de postagens são os deveres do membro da organização populista (DA EMPOLI, 2019, p. 28–30).

Causar burburinho e gerar conteúdo para consumo na *internet* em nome da causa populista: esta é a máxima. Este perfil de seguidor, conhecido no jargão cibernético como *troll*, tem o papel de energizar os seguidores em prol da causa e servir de ponto focal, desde suas páginas principais em redes sociais, para a reunião de novos seguidores, ditando o ritmo e a própria norma do debate político (BULUT; YÖRÜK, 2017, p. 4094–4095). É muito comum, inclusive, que venham a se tornar a face de seu movimento populista a nível parlamentar, tratando ao espaço físico da assembleia como extensão de seu estúdio de filmagem e dedicando seu tempo no exercício da função pública a criar conteúdo em vídeo e implodir o debate parlamentar tradicional.



Figura 3 - Deputados federais gravando conteúdo na sala das sessões da Câmara dos Deputados

Fonte: MARENCO, Daniel; Agência O Globo. 2019.

Muito por isso, em casos como o do *Movimento 5 Stelle*, é obrigatório entregar à burocracia intrapartidária o controle de sua presença digital, sendo o mandato parlamentar mero instrumento de visibilidade pública do movimento populista: para além de garantir a unicidade das vozes da causa e inviabilizar a emergência de dissidência, deslegitima-se também a lógica da democracia liberal (DA EMPOLI, 2019, p. 31–32). O parlamentar partícipe do movimento populista, dentro deste esquema, não se responsabiliza politicamente por sua atuação, nem necessita se ater às regras do jogo. De igual modo, o líder populista preserva sua habilidade de

atacar as instituições, sobretudo as parlamentares, sem atingir negativamente aos seus representantes nas assembleias públicas.

A implosão do debate parlamentar tradicional, sempre publicizada por vídeos nas páginas dos próprios parlamentares populistas em redes sociais populares, como o *Twitter*, o *YouTube* — difundida viralmente e consumida pelos homens-massa que participam do corpo dos movimentos — é parte da economia do ódio, força motriz que impulsiona o populismo digital. Aponta-nos Giuliano da Empoli (2019, p. 42–51), a respeito do poder de viralização do discurso de ódio, que a exploração da cólera dirigida contra alvos fáceis dentro da lógica do ataque ao antipovo tem sido estratégia algorítmica legitimada por números a explicar o crescimento da extrema-direita em países como Alemanha, Brasil, Estados Unidos, Hungria e Itália. A exploração do fator emocional é garantia de engajamento em rede (*id.*, p. 51).

Peter Sloterdijk (2010, p. 60–66), a respeito da economia do ódio enquanto combustível político, explica-nos que a vingança pessoal como expressão inefetiva do narcisismo passa a dar lugar a uma empresa coletiva que se organiza não mais em ataques, mas investimentos planejados, transcendendo o desejo particular de vingar-se do outro à arena política. A política tornou-se arena de reunião de afetos dispersos pela individualização da vida pós-capitalista (SLOTERDIJK, 2010, p. 203–213). Vale-se o populismo digital da mobilização destes afetos, tornando-se as redes sociais ponto de informação sobre a demanda do ódio, de personalização da mensagem, de partilhamento coletivo, de reforço das aspirações, e de engajamento em protesto (NORRIS, 2012, p. 56–59).

Portanto, tendo conceituado o que é o populismo digital enquanto técnica de domínio e mobilização de massas, depois de termos passado por uma longa explanação sobre as abordagens e conceitos de populismo, o populismo na história e o populismo no Brasil, cumpre-nos adentrar propriamente o nosso estudo de caso. Doravante, buscamos compreender como se forma a identidade do bolsonarismo, movimento que — hipotetizamos-lo fundamentalmente, objetivando verificá-lo por meio de nossa pesquisa — é, até aqui, a expressão do estado da arte do populismo digital no Brasil.

Aspectos identitários do bolsonarismo

Atribuem — e, aqui, o sujeito a descurar dessa oração diz respeito à academia, à mídia e aos agentes da seara do comentário político — um sem-número de teses a justificar a emergência do bolsonarismo. Variam, em consistência, desde as mais atinentes à realidade, às mais dissonantes. Tal consistência ou dissonância — com relação à leitura da história política da contemporaneidade — varia conforme o comprometimento político do agente acadêmico, midiático ou comentarista, compreensivelmente transformando experiências em evidências e, ademais, volições ou ideais em fatos, ao ponto de desfigurar, enfraquecer ou afrouxar conceitos e terminologias sólidas (SARTORI, 1987, p. 77–82). Este processo da comunicação, todavia, não diz respeito apenas à revisão bibliográfica da pesquisa, mas à própria identidade do bolsonarismo. Explicamos.

Pensemos, por ora, no conceito encerrado em “golpe de Estado”. Trata-se de algo muito caro ao bolsonarismo, como já veremos, tanto por sua defesa de um regime emergido de um golpe de Estado, quanto pela aspiração concretizada em tentativa por sua massa e líderes em 8 de janeiro de 2023. Ademais, é caro também àqueles agentes opositores do próprio bolsonarismo vinculados, em relação de comensalidade política, ao seu antagonista também imerso no populismo, como também discutiremos adiante. Por ora, fiquemos com a definição deste conceito:

“Na grande maioria dos casos, o Golpe de Estado moderno consiste em apoderar-se, por parte de um grupo de militares ou das forças armadas em seu conjunto, dos órgãos e das atribuições do poder político, mediante uma ação repentina, que tenha uma certa margem de surpresa e reduza, de maneira geral, a violência intrínseca do ato com o mínimo emprego possível de violência física.” (BARBÉ, 1998, p. 546).

Uma parcela considerável dos estudiosos, comentaristas e agentes diretos da política brasileira crê e difunde a tese de que a presidente Dilma Rousseff sofreu um golpe de Estado em 2016. Sem maiores discussões jurídicas, o impedimento, deposição e sucessão da presidente Rousseff ocorreu de modo perfeitamente legal e constitucional, conforme a legislação vigente à altura e as disposições da *magna carta* brasileira. Não houve, à altura, tanques de guerra às ruas, coação de parlamentares por agentes armados, nem tentativa de abolição do Estado de direito à força. Mas, de que isso nos importa?

Importa-nos, em verdade, por muitas razões. Em primeiro lugar, elastece o conceito de “golpe de Estado”, modificando-o de tomada armada do poder e abolição do Estado de direito para remoção, pelos instrumentos tradicionais das democracias, de um governante sem sustentação parlamentar da preferência do agente elastecedor por outro de quem não se gosta. Este elastecimento banaliza o conceito de tal modo que o agente opositor, especialmente em se tratando de um interessado na tomada violenta do Estado — caso do bolsonarismo, diga-se de passagem — ridicularize a contestação a quaisquer atos preparatórios de um golpe real. Em resumo: se o impedimento e vacância da Presidência da República em 2016 foi um golpe de Estado, qualquer coisa é golpe de Estado e nada é golpe de Estado, eis a narrativa.

Em segundo lugar, importa-nos porque, em vez de termos os protestos populares no interstício entre as jornadas de junho de 2013 e a sucessão de Dilma Rousseff por Michel Temer, em 2016, como eventos agregadores da massa que formaria o bolsonarismo, agora temos, pela transformação da volição em fato, da experiência em evidência, a verdade incontestável — para parcela politicamente comprometida da academia — de que a emergência do bolsonarismo se deu no esteio de um golpe de Estado neoliberal e fascista. Citamos, neste sentido, Rubens Casara (2020), Pedro Paulo Zahluth Bastos (2017), mas não apenas.

Para nós, em nosso entendimento adstrito a esta pesquisa, não há elasticidade no conceito de “golpe de Estado”. Golpe de Estado consiste na usurpação da titularidade do poder, ao arrepio dos preceitos constantes na carta constitucional, escrita ou não, vigente, rompendo cabalmente a ordem jurídica, e, via de regra, outorgando-se para si o condão de revolução com o fito do chamamento do poder constituinte originário (TEMER, 2007, p. 32–37). Golpes de Estado com “adjetivo”, como a aplicação do uso de “golpe parlamentar” para classificar o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, está em seara distante da análise do direito, como o da sociologia e o da ciência política, o que importaria em outra natureza de debate, mas não do debate jurídico.

A universidade pública teve um papel importante na consolidação quase pétrea da narrativa feita fato — pela disputa de construção de sentidos semânticos entre os campos que buscavam substituir “*impeachment*” por “golpe” (COSTA, 2020) — de que houve um golpe de Estado. Disciplinas acadêmicas foram oferecidas, no âmbito do gozo da liberdade de cátedra, a respeito do “golpe de 2016”. Com selo de editora institucional, publicou-se um livro chamado “O golpe na perspectiva de gênero” (RUBIM; ARGOLO, 2018) em que, dentre outras

uconias, sustenta que os atos executórios do “golpe” objetivavam cassar a cidadania de mulheres, negros, trabalhadores e homossexuais (MANO; MACÊDO, 2018, p. 98–99).²⁷

Muitas instituições públicas de ensino superior promoveram seminários, disciplinas e publicações — por meio de suas editoras institucionais — sobre o “golpe de 2016”, anunciando catastroficamente o fim do Estado de direito no Brasil. Foi o caso da Universidade de Brasília, pioneira no lançamento de disciplina com ementa a esse respeito (MARQUES, 2018), visando deslegitimar o então governo legítimo em funções. A Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Universidade Estadual de Campinas, a Universidade Federal da Bahia, a Universidade Estadual da Paraíba e a Universidade Federal do Maranhão, apenas para citar algumas instituições de ensino superior públicas, aderiram à agenda da cantilena do “golpe”.

Não o pontuamos por crítica, e nem tampouco por autocrítica. Ocorre que o elastecimento conceitual de “golpe de Estado” e a consolidação desta narrativa proveniente da experiência e volição, em detrimento da evidência fática do impedimento constitucional, por parte de uma universidade de vanguarda intelectual, resvala em dois aspectos caros ao bolsonarismo. O primeiro, e mais importante, é o da guerra cultural sintetizada na propagação do discurso de Olavo de Carvalho, ideólogo-profeta do bolsonarismo. Com isto, reforçou-se a crença — mais uma vez consolidada em experiência e volição, em detrimento da evidência fática de que o debate político faz parte do empirismo na ciência — de que a universidade pública é uma fábrica de militância política. Em segundo lugar, abriu-se precedente para o uso da máquina pública, especialmente na seara da educação, para a promoção do discurso político bolsonarista.

Parabolicamente, este longo registro sobre os eventos de 2016 toca em alguns pontos importantes da identidade bolsonarista. De uma simples questão como a disputa narrativa entre o uso de “golpe” e “impeachment”, emergiu uma preocupação em promover a guerra cultural em defesa do reacionarismo de costumes enquanto contraponto à influência exercida pela academia. De mesmo modo, da quase-petrificação da tese do “golpe” como fática na academia, com sanção oficial, reforçou-se o ocultar, da parte do bolsonarismo, de seu iliberalismo sob uma bandeira liberal, pelo apontar de uma suposta apropriação da máquina pública na

²⁷ Ao tratarmos especificamente do caso das universidades públicas na resignificação e elastecimento do conceito de “golpe de Estado” para o supramencionado evento histórico, objetivamente não visamos censurar a conduta institucional, mas de explicar, por meio de atos isolados, o poder de ressonância das universidades no processo político da sociedade brasileira, sobretudo quanto à emergência do bolsonarismo.

universidade pela narrativa petista. O antipetismo refestelou-se por atinar que, de simples questão, podia-se inferir como verdade toda a narrativa bolsonarista.

Várias questões históricas, e a questão da supramencionada disputa narrativa é apenas uma delas, despertaram confirmações de cognição naquilo que seria amalgamado pelo bolsonarismo. Os períodos dos dois primeiros governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, era que segue de 2003 a 2016, abarcam muitas manifestações importantes da formação identitária bolsonarista, mas não são os únicos de sua sementeira e florescer. Muito provém de tempos mais distantes, como o período do último regime militar, de 1964 a 1985. Outro tanto é importado de conflitos culturais em outros países.

À semelhança de Avelar (2021, p. 5), concordamos que as jornadas de junho de 2013 tanto trouxeram à baila a possibilidade de levantes populares, quanto marcaram o início do fim da dinâmica do presidencialismo de coalizão como único arranjo possível para a República. Todavia, não podemos concordar com afirmações no sentido de que estes mesmos protestos de junho de 2013 abriram o espaço — e, implicitamente visavam-no — para a tomada de poder pela extrema-direita, como afirma Mattos (2022, p. 27–28). Nem tampouco diremos que tudo é consequência do presidencialismo de coalizão, à semelhança de Nobre (2022). Como todo processo político de relevo, há muito mais a ser visto, para além do que podemos palpar, no campo dos costumes, da cultura e dos conflitos históricos.

Encontramos no bolsonarismo — à semelhança de tantos movimentos populistas — porquanto esteio principal a questão da legitimidade do exercício do poder. Todo e qualquer movimento populista, quando fora do mando efetivo e em busca deste, difunde a tese de que o poder foi usurpado por uma classe hegemônica daquele que é o legítimo detentor da soberania, o povo (PANIZZA; STAVRAKAKIS, 2021, p. 41–42). Se mencionamos anteriormente a disputa narrativa entre “golpe” e “impeachment” a respeito da deposição de Dilma Rousseff, em 2016, é para dizê-lo com clareza: a deslegitimação do processo político e a defesa da existência de uma ruptura institucional grave, por parte de um setor político de sobranceira importância, estabeleceu um grande precedente à força agonística que surgiu no bolsonarismo para deslegitimar, também, as instituições democráticas.

O Brasil, à maneira como mencionamos no capítulo primeiro, nunca foi um país de grande continuidade democrática. O período mais longo sem rupturas constitucionais e de plena vigência das regras do jogo deu-se em tempos muito distantes à memória da presente geração, entre 1841 e 1889. Desde então, em meio a diversos golpes de Estado — com exílio, tortura, fuzilamento, cassações arbitrárias e todos os violentos elementos costumeiros — vivemos, à Nova República, desde 1985, o mais longo período de tradição democrática. O

rompimento da quase unanimidade de que vivíamos, institucionalmente, em uma democracia legitimamente constituída, arguo, levou ao desprestígio, por parte de uma parte da população, da própria normalidade democrática.

Portanto, doravante tocaremos, em subcapítulos temáticos conforme os valores de face do bolsonarismo, no que é fulcral a este movimento político da história do tempo presente. Trataremos da exaltação ao passado autoritário do Estado brasileiro, da guerra cultural em defesa do reacionarismo de costumes, da existência de um iliberalismo *soi-disant* liberal (SANTOS; MACIEL-BAQUEIRO, 2023, p. 175–176), e, por fim, do ponto que centraliza o bolsonarismo: a escolha — que foi feita como mútua, diga-se de passagem — de um antagonista perfeito no petismo, e do antipetismo porquanto valor supremo de face do bolsonarismo.

O mito fundante do soldado-cidadão

O bolsonarismo, porquanto movimento populista, tem certas peculiaridades que se aproximam da religiosidade e das aceitas. Há, em seu seio, o emprego de um linguajar próprio, diferente do socialmente comum; há uma série de ritos a se seguir, em que se expressam os remanescentes da magia; há os magos, que operam os ritos próprios; e há um mito fundante, um cânone sob o qual se sustenta toda a crença. E, afinal, há mesmo a representação dos efeitos concretos, ideais, personalizados, que sustentam a mitologia (MAUSS, 2002, p. 48–53). Ao contrário da teoria da magia de Marcel Mauss, começaremos a vivissecção do bolsonarismo pelo mito fundante: o de uma sociedade ordeira, patriótica e feliz, refundada pela “revolução”²⁸ de 1964.

Há a realidade cruel do que se passou na vintena entre o golpe de Estado, em 1964, e a devolução do poder à cidadania, em 1985. Mas, dela, não falaremos ainda. Trataremos da representação simbólica construída, por parte dos apoiadores do antigo regime, daquele período como um verdadeiro paraíso na Terra, digno das imagens bíblicas das revistas das Testemunhas de Jeová, com tigres pastando calmamente ao redor de famílias felizes e sorridentes, colhendo uvas e cerejas em comunhão com a natureza.

²⁸ Entre os defensores da última ditadura militar, a nomenclatura de “revolução de 1964” é a preferida em referência ao golpe militar. Esta nomenclatura deriva do ato de se arrogar, por parte do Alto Comando das Forças Armadas, sob o título de “Comando Supremo da Revolução”, de poderes constituintes originários, capazes de outorgar ou revogar, em sua inteireza, excertos ou o texto inteiro constitucional vigente, por meio de Atos Institucionais.

Como todo mito fundante, há a necessidade ou agrura que precede o trilhar do caminho mágico. Na pia crença afetiva da “revolução” de 1964 como panaceia que salvou o Brasil, ou mesmo, como dir-se-ia, contrarrevolução, há também a presença de uma urgência a justificar a tomada dos arreios nacionais pelas Forças Armadas. Esta mitológica urgência está, no caso, na iminência de uma tentativa de tomada do poder pelos comunistas, que objetivavam transformar o Brasil em “uma ditadura, a exemplo de Cuba e outros satélites do movimento comunista internacional” (BRILHANTE USTRA, 2016, p. 27).

Explica Ustra (2016, p. 38–41), desde sua autoproclamada posição de arauto da contrarrevolução, que desde 1935 vinha o Partido Comunista Brasileiro, o Partidão, tentando tomar o poder por meio de infiltrações em quartéis e na imprensa, primeiro por uma fracassada tentativa de golpe de Estado, e depois por ações de longo prazo, objetivando a aceitação do povo das genuínas boas intenções dos comunistas. A intentona comunista de 1935, tentativa fracassada de golpe de Estado promovida pelo Partidão, quase sem repercussão no país — e que resultou em meros 33 mortos, número insignificante para uma tentativa de revolução com confronto armado fático — é apresentada por Ustra como demonstração do perigo da ameaça comunista, em franca delusão propagandística (BRILHANTE USTRA, 2016, p. 47–53).

Parece, à primeira vista, coisa de menor importância a passagem de Brilhante Ustra a respeito da intentona comunista de 1935. Contudo, é assaz reveladora a respeito do superdimensionamento em importância do poder de bastidores — e da capacidade de promover uma revolução — do comunismo, por parte do posicionamento ideológico dos militares, a quem se arroga Ustra o condão de representar. Somente deste modo é que encontram esteio para tentar convencer, discursivamente, de que era iminente a tomada do Estado brasileiro pelos comunistas, e que o golpe de 1964 era uma necessidade. Percebe-se, por exemplo, em justificativas no seguinte estilo, narrando as consequências da renúncia de Jânio Quadros à presidência da República:

“A nação, atônita, a tudo assistiu, inconsciente e, novamente, vítima indefesa da ação dos comunistas, que viram no momento político excelente oportunidade para incrementar seu trabalho de massas. Os acontecimentos, na ótica dos comunistas, sem dúvidas, queimavam-lhes etapas no rumo do poder. Eles estavam à vontade e tinham toda a razão para pensar assim. O ‘determinismo histórico’ dos conceitos marxistas parecia realidade inquestionável.” (BRILHANTE USTRA, 2016, p. 60).

Coisas de menor importância, repentinamente, eram elevadas ao parâmetro de certeza. A existência de diálogo entre João Goulart, presidente anterior ao golpe militar de

1964, e órgãos de representação classista, parlamentares apontados como membros clandestinos do Partido Comunista Brasileiro, é apontado, dentro da mitologia estabelecida por Brilhante Ustra (2016, p. 61–63), como indício forte da iminência da revolução socialista. Greves e rebeliões eventuais e de pequeno porte de praças das Forças Armadas, existência de panfletagem à esquerda, realização de congressos estudantis e comícios, e declarações bravateiras de Luís Carlos Prestes, Carlos Marighella ou dirigentes socialistas, dentre outras coisas factíveis e até corriqueiras em uma democracia, demonstram, na lógica tortuosa do pensamento de Brilhante Ustra (2016, p. 64–68), o poderio da “subversão”.

As Ligas Camponesas de Francisco Julião, apontadas por Brilhante Ustra como predecessoras em métodos e em objetivos — supostamente os de instaurar guerrilhas rurais para a tomada de poder, como em Cuba, pela aparência de luta pelo direito à reforma agrária — ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, são magicamente transformadas em institutos subversivos de imenso apelo e poder de fogo (BRILHANTE USTRA, 2016, p. 65–72). Folhetos irrelevantes de projetos de guerrilha eram alçados a uma atenção e fidedignidade que jamais tiveram entre seus próprios quadros (*id.*, 73-77). Grupos que, à altura, eram minoritários na Igreja Católica²⁹, foram elevados à categoria de dicastérios potentes a aliciar um país, por meio da fé cristã, ao comunismo — sancionado oficialmente como “obra de Satã na terra” pela igreja brasileira (SIGAUD, 2012, p. 52)³⁰.

Este pensamento se alinha, é importante salientar, a duas escolas de pensamento católico bastante eminentes nos componentes da caserna ao tempo de Ustra, e que, conforme seus escritos revelam, são coincidentes com seus pontos de vista. Trata-se, primeiramente, do integrista católico, que alertava sobre os perigos do liberalismo de costumes, do modernismo e da influência — em tons francamente conspiratórios — da maçonaria, do livre-pensamento, e do judaísmo nos poderes e na sociedade brasileira. E, em segundo lugar, também se associa o conservadorismo da Ação Católica Brasileira, que inseriu, para além do combate ao laicismo e da defesa das tradições católicas, o temor da revolução comunista (WINK, 2021, p. 93–116). Muito além da proximidade ao pensamento de Brilhante Ustra, ambas as escolas — sob o comando de próceres entre o laicato e o episcopado ultraconservador brasileiro, como Plínio Corrêa de Oliveira, que gerou a associação-seita “Tradição, Família e Propriedade” (TFP), ou

²⁹ A esquerda política apenas ganharia tração, no escopo da Igreja Católica brasileira e latino-americana, à década de 70, ao esteio da implementação do Concílio Vaticano II e das reformas da doutrina social da Igreja, pela Teologia da Libertação (GUTIÉRREZ, 1975, p. 15–18).

³⁰ É curioso notar que o supramencionado D. Geraldo de Proença Sigaud S.D.V., arcebispo emérito de Diamantina e um dos mais celebrados anticomunistas de seu tempo, foi o autor da frase, em justificação às violações da Ditadura Militar: “confissões não se conseguem com bombons” (GASPARI, 2002, p. 19). Esta frase foi proferida ao tempo de seu arquiépiscopado.

o supramencionado arcebispo D. Geraldo de Proença Sigaud, ou o bispo D. Antônio de Castro Mayer, da diocese de Campos dos Goytacazes³¹ — contribuirão fortemente ao pensamento de Olavo de Carvalho e das vertentes mais rígidas do bolsonarismo.

Mas, não bastasse ser superlativo, para Brilhante Ustra, o perigo fático da revolução comunista no Brasil a qualquer tempo, também era superlativo o apoio popular ao golpe de 1964, de acordo com a sua própria verdade “sufocada”. Toda a imprensa — que, aliás, em páginas anteriores, era referida como inteiramente infiltrada por comunistas — era, *d’après lui même*, tornada de súbito favorável à tomada do poder pelos militares (BRILHANTE USTRA, 2016, p. 78–82). Nisto, inclusive, basear-se-á Jair Bolsonaro, durante os debates eleitorais em 2018, para proclamar a legitimidade da Ditadura Militar de acordo com a própria a imprensa, que lhe questionava o apoio ao antigo regime. É-nos importante mencioná-lo para que vejamos a semente de um discurso florescendo no outro:

“Essa mesma imprensa que, em 1964, pedia a renúncia de Jango ou a ação imediata da sociedade brasileira, para pôr fim à desordem, hoje, é tomada por estranha amnésia, fruto, certamente, dos profissionais da esquerda que povoam e dominam as suas redações. Ontem, bradava por uma contra-revolução para impedir a tomada do poder pelos comunistas. Hoje, esquecida, chama de ‘golpe’ a reação dos militares atendendo ao chamamento que ela, impulsionada pela sociedade, fez. Incoerência ou nova insensatez em marcha? (*sic*)” (BRILHANTE USTRA, 2016, p. 82).

Há, aqui, elemento muito importante no discurso, que ecoará na identidade do bolsonarismo: a repetição, tornada verdade para uma parcela do eleitorado brasileiro, de que as Forças Armadas só agiram preventivamente em 1964, tomando o poder, pelo chamado premente da imprensa e da população. Como se em 1889, por exemplo, não tivesse ocorrido um açambarcamento do Estado pelo Exército, à revelia de qualquer escuta da sociedade (OURO PRETO, 2017, p. 61–70). Ou, tivessem sido chamados pela sociedade e imprensa, à altura censurados, em 1945. Ou, em quaisquer das tentativas, com sucesso ou fracasso, que ocorreram a qualquer tempo. Para que se considere chamamento unânime, segundo a filosofia de Brilhante Ustra, basta ecoar um punhado de vozes: serão, sempre, superlativizadas.

Os chamamentos a um golpe de Estado aguardados pela soldadesca são pretextais. Em verdade, a peremptória afobação do Exército — e, em menor grau, conforme seu tamanho, a Marinha e a Força Aérea — em querer tomar as rédeas do poder nasce da crença, forjada nas

³¹ D. Antônio de Castro Mayer, para além de sua militância política, foi uma das figuras mais eminentes do ultraconservadorismo católico mundial, durante e depois do Concílio Vaticano II. Junto ao arcebispo francês D. Marcel Lefèbvre, estimulou a desobediência aos Papas Santos Paulo VI e João Paulo VI, sendo excomungados após sagrarem, juntos, quatro bispos sem autorização da Santa Sé.

academias militares, de que a classe civil não tem competência para gerir os desígnios do país. Creem-se o verdadeiro poder moderador, capaz de circundar os interesses cridos por escusos na democracia, e, dotam-se a si mesmos de uma aura de incorruptibilidade.

Tal ideologia, infundida à tropa desde a tenra juventude, ao momento de seu juramento de incorporação, tem nome e uma longa história nas Forças Armadas. É o positivismo, inculcado na doutrina militar brasileira desde o fim da Guerra do Paraguai. As academias militares passaram a investir em disciplinas que supostamente capacitariam o jovem oficial como o mais superior dos cidadãos, investido apenas no supremo interesse da pátria, e não nos interesses particulares, e pronto a intervir em todas as matérias em que a insuficiência do poder civil ficasse demonstrada (CARVALHO, 2005, p. 24–29). Era, em outras palavras, a ideologia do soldado-cidadão, que, além de servir à afirmação identitária do elemento militar, ecoava o ressentimento em relação à sociedade civil e à elite política (CARVALHO, 2005, p. 38–39).

A ideologia do soldado-cidadão assistia-se, conjuntamente, de outra escola ideológica complementar: a do soldado-corporação, que propunha ao Exército e à Marinha como únicas instituições capazes de servirem de árbitro entre os interesses de Estado e os interesses políticos. Distinguia-se da ideologia do soldado-cidadão por, em vez de fomentar a política dentro das Forças Armadas, querer formular a própria política das e pelas Forças Armadas, secundando a política institucional como jogo arbitrado pela oficialidade armada (CARVALHO, 2005, p. 41–43). Tal ideologia, que entrou em voga nas academias militares entre as décadas de 10 e 20 do século XX para nunca mais sair, formou os aspirantes na revolta armada de 1922, que eram os mesmos tenentes na revolução de 1930, os oficiais superiores do manifesto dos coronéis de 1954 e generais no golpe de 1964 (MURICY, 1981, p. 91–132).

Por consequência da difusão das ideologias do soldado-cidadão e das Forças Armadas como poder moderador-interventor àquela altura, encontramos duas movimentações paralelas na história, autônomas e ligadas tenuemente entre si, que se encontrarão adiante à emergência do bolsonarismo. A primeira, formada junto ao corpo da tropa de conscritos, cidadãos que prestam o serviço militar como soldados ou oficiais-temporários, feita ecoar na sociedade, é a movimentação ideológica de que a caserna representa o que há de melhor para o país. A segunda, forjada junto às novas levas de oficiais-combatentes (de carreira), que perderam o prestígio com o fim da ditadura militar, é a de que é preciso que as Forças Armadas retomem o controle para que o Brasil reviva seu passado glorioso.

Para tal efeito de solidificar a crença na superioridade administrativa do poder militar sobre o poder civil, vale relativizar tudo. Fica permitido estabelecer o mito de que era uma contrarrevolução contra um golpe de Estado pré-planejado por elementos comunistas *interna*

corporis das Forças Armadas (BRILHANTE USTRA, 2016, p. 89–114), por exemplo. Ou, de que nunca existiu tortura: no máximo, ocorriam obras assistenciais nos porões do DOI-CODI e amabilidade com presos (BRILHANTE USTRA, 1987, p. 17). Ou, de que, se existiu tortura, era uma reação ao terrorismo da luta armada, mas que jamais se poderia falar em corrupção (BRILHANTE USTRA, 1987, p. 41–103). Ou, de que, se existiu corrupção, nada tinha ligação com a linha dura do regime militar, por mais que os principais torturadores tenham sido justamente envolvidos em crimes de corrupção (JUPIARA; OTAVIO, 2015, p. 13–44).

Os ecos da palavra de Brilhante Ustra — no mundo civil, conhecido como famoso torturador; na caserna, conhecido pelo seu trabalho de oferecer a versão do estamento militar — são ouvidos justamente na ala militar do bolsonarismo, esfera mais próxima da cabeça do movimento populista. Mas, também ressoam junto ao público do chão-de-fábrica, que acampam nas rodovias e pedem a intervenção militar: são eles que, pela difusão da doutrina de Brilhante Ustra por correntes de *WhatsApp* e blogs antigos, são levados a reinterpretar o artigo 142 da Constituição Federal como autorização tácita para o exercício da ideologia do Exército como poder moderador-interventivo pelo chamamento da população. E, por isso, tantos cartazes pedindo a “intervenção militar” (MACIEL-BAQUEIRO; SANTOS, 2023, p. 16–18).

Identidade forjada no agonismo

O termo “bolsonarista”, em si, é uma identidade heterogênea. Não representa uma unidade, tendo, a bem da verdade, nascido da busca de uma série de grupos díspares por uma identificação agonística. A identidade do “cidadão de bem”, glorificada pelo bolsonarismo e seus satélites, e detratada pela esquerda, é uma ficção completa para quem a assume ou rejeita, porque ela mesma é nascida por oposição a outra identidade simbólica: a do opositor aos valores do bem e da moral, sintetizada ao adjetivo de “petralha”³² e conjugada nos valores estabelecidos, também por oposição, de “marxismo cultural”.

Como de estilo em nossa análise, façamos uma parábola, até que concluamos, afinal, no cidadão de bem. Iniciemos pelos valores contidos à maçaroca simbólica do “marxismo cultural”, irrelevante aos próprios estudos marxianos, mas, relevante à linha argumentativa do ideólogo que deu uma *raison d'être* identitária ao bolsonarismo: Olavo de Carvalho. É da

³² O termo “petralha”, muito em voga no interstício entre as movimentações pelo *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e a eleição de Jair Bolsonaro à mesma presidência — períodos caríssimos à formação de uma identidade bolsonarista — é um neologismo cunhado pelo articulista Reinaldo Azevedo, à época feroz opositor do Partido dos Trabalhadores, em que conjugava as palavras “petista” e “metralha”, em referência a “Os Irmãos Metralha”, personagens de quadrinhos que eram assaltantes de cofres.

compilação de sua obra, absorvida pelo seu público menos pela leitura de seus compêndios e coletâneas de artigos, e muito mais por vídeos escalafobéticos publicados em plataformas como o *YouTube*, *Facebook* e *X* (antigo *Twitter*), e pela intensa divulgação de sua horda de seguidores, que chegamos a um denominador comum que formará a identidade do bolsonarista. Se, de Marx, deriva o substantivo antropônimo “marxismo”, o séquito de seguidores de Carvalho dedicá-lo-á o substantivo antropônimo “olavismo” para conjugar seu pensamento. Adotemo-lo.

É importante que algo se diga: nada, à parte do histrionismo assumido pela persona, é inteiramente original quanto ao legado de Olavo de Carvalho, guru da nova direita alternativa brasileira, astrólogo profissional — com publicações sobre a temática e toda uma vida profissional antes de seu ressurgimento como ideólogo — e autoproclamado filósofo autodidata. Tudo é uma retradução de conceitos anteriormente diagramados por outras pessoas, e, *via de regra*, deformados ou readaptados às posições que Carvalho adotasse àquele momento. Tendo isto apontado, conheçamos a origem, consagrada ao avançar da formação de uma identidade bolsonarista, da terminologia do marxismo cultural para o autoproclamado filósofo:

“Estava portanto inaugurada, depois do marxismo clássico, do marxismo soviético e do marxismo revisionista de Eduard Bernstein (o primeiro tucano), a quarta modalidade de marxismo: o marxismo cultural. Como não falava em revolução proletária nem pregava abertamente nenhuma truculência, a nova escola foi bem aceita nos meios encarregados de defender a cultura ocidental que ela professava destruir. Expulsos da Alemanha pela concorrência desleal do nazismo, os frankfurtianos encontraram nos EUA a atmosfera de liberdade ideal para a destruição da sociedade que os acolhera. Empenharam-se então em demonstrar que a democracia para a qual fugiram era igualzinha ao fascismo que os pusera em fuga. Denominaram sua filosofia de “teoria crítica” porque se abstinha de propor qualquer remédio para os males do mundo e buscava apenas destruir: destruir a cultura, destruir a confiança entre as pessoas e os grupos, destruir a fé religiosa, destruir a linguagem, destruir a capacidade lógica, espalhar por toda parte uma atmosfera de suspeita, confusão e ódio. Uma vez atingido esse objetivo, alegavam que a suspeita, a confusão e o ódio eram a prova da maldade do capitalismo” (CARVALHO, 2002, p. 7).

Ab ovo, encontramos neste texto, publicado à antiga coluna hebdomadária de Olavo de Carvalho no periódico carioca “O Globo”, nos idos de 2002, a primeira vez que a teoria conspiratória do marxismo cultural surge no ideário político brasileiro. Sinteticamente, define ao marxismo cultural como uma expressão totalitária que fulcra na destruição da civilização

ocidental, pela demolição da cultura, das relações, da religião, da linguagem, da lógica, e difusão de malícia, ódio e divisão social. Seria, no pio entendimento de Carvalho, uma versão palatável, desenvolvida com estes fins pela Escola de Frankfurt — a quem eleva, sinonimicamente, como sinal igual de marxismo cultural — para consumo da burguesia incauta, da revolução proletária socialista.

Afirmamos, acima, que a terminologia do marxismo cultural encerra uma teoria conspiratória. Não o fazemos de própria lavra. Ao comentar o surgimento e ressurgimento do conceito do marxismo cultural no cânone dos movimentos populistas alinhados ao reacionarismo político, Marc Tuters vaticina que:

“Conceito central no gênero contemporâneo de manifestos à direita, o marxismo cultural é um termo comum utilizado para menoscar o cânone do pensamento marxista ocidental porquanto propagação de uma conspiração para minar os valores presumivelmente tradicionais do Ocidente. (...) O conceito de marxismo cultural pretende apresentar aos leitores não-familiarizados com — e presumivelmente desinteressados sobre — o pensamento marxista ocidental aos seus pensadores-chaves, bem como algumas de suas ideias, como uma história pérfida de operações secretas de controle mental cujas nuances podem até ser diferentes, mas as premissas básicas são similares, quando contadas por Anders Breivik³³ (2011) ou Andrew Breitbart (2011). A lenda, repetida frequentemente, conta sobre como um punhado de intelectuais judeus se infiltraram na [Estados Unidos da] América por meio das mentes de sua juventude, culminando na contracultura dos anos sessenta, que é enquadrada como o momento mais difícil da guerra cultural pela preservação dos valores tradicionais americanos. [...] Este conceito conspiratório e, frequentemente, antissemita imagina a influência corruptora e feminizador da decadência europeia como algo que se espalhou, tal como braços de polvo, no corpo político americano particularmente se infiltrando por via da academia (WALSH, 2015).” (TUTERS, 2018, p. 32–33, tradução nossa).

Este é o conceito importado, como muito de nossa colonizada cultura política. Embora, como todas as soluções fáceis ou aparentemente complexas importadas pelo populismo brasileiro, tenha sofrido atualizações com a escalada de uma, digamos, “internacional populista”, adaptamos ao nosso próprio gosto tropical, pelas lentes de Olavo de

³³ Anders Breivik é um terrorista norueguês responsável por dois atentados terroristas — um, à bomba, e outro a tiros — nas cercanias da capital norueguesa, com 319 feridos e 78 mortos. Ao realizar seus atos terroristas, publicou manifesto em que culpava ao marxismo cultural pela destruição da Europa, entregue ao islã, bem como de seus valores culturais tradicionalmente cristãos.

Carvalho, as nossas definições de marxismo cultural. Importadas, aliás, à guisa de combater o gramscismo, para estabelecer um gramscismo de fuso trocado (ABIDOR, 2020, p. 23–24).

Inferia Carvalho que, para o marxismo-leninismo, o proletariado naturalmente far-se-ia inimigo do imperialismo em virtude deste último — o imperialismo — sê-lo, ele mesmo, uma fase superior de um capitalismo em contínua expansão e desenvolvimento, mas, contraditoriamente, “a véspera da revolução social do proletariado” (LENIN, 2013, p. 148–149). Bom leitor de obras marxistas — era-o Carvalho, porque todo prestidigitador precisa dominar, ao menos, os fundamentos daquilo que vai mistificar — percebeu o conflito entre o que se esperava, em termos de uma expansão revolucionária sequencial à revolução russa de 1917, e a adesão do proletariado à agenda das potências, ou do irredentismo, que seguiu-se à Primeira Guerra Mundial (CARVALHO, 2002, p. 7)

Continuemos a dissecação da primeira pregação de Carvalho contra os males do marxismo cultural. Evoca-se, nesta invocação, a ponerologia política, teoria criada pelo psiquiatra polonês Andrzej Łobaczewski para classificar aos Estados totalitários porquanto patocracias, ou regimes voltados à doença mental — teoria esta, diga-se de passagem, que só é levada a sério nos círculos libertarianistas, paleoconservadores, ou voltados à defesa da direita alternativa (ou, populista, como compreendemos) em expansão internacional. Assim dizia o astrólogo:

“Diante de fatos de tal magnitude, um cérebro normal pensaria, desde logo, em corrigir a teoria. Talvez os interesses do proletariado não fossem tão antagônicos aos dos capitalistas quanto Marx e Lênin diziam. Mas um cérebro marxista nunca é normal. O filósofo húngaro Gyorgy Lukacs, por exemplo, achava a coisa mais natural do mundo repartir sua mulher com algum interessado. Pensando com essa cabeça, chegou à conclusão de que quem estava errado não era a teoria: eram os proletários. Esses idiotas não sabiam enxergar seus “interesses reais” e serviam alegremente a seus inimigos. Estavam doidos. Normal era Gyorgy Lukács. Cabia a este, portanto, a alta missão de descobrir quem havia produzido a insanidade proletária. Hábil detetive, logo descobriu o culpado: era a cultura ocidental. A mistura de profetismo judaico-cristão, direito romano e filosofia grega era uma poção infernal fabricada pelos burgueses para iludir os proletários. Levado ao desespero por tão angustiante descoberta, o filósofo exclamou: ‘Quem nos salvará da cultura ocidental?’” (CARVALHO, 2002, p. 7)

Deste modo, chega Carvalho à conclusão de que a cultura ocidental era o alvo prioritário da Terceira Internacional³⁴, posto que esta teria, segundo a sua leitura — que supomos terceirizada, como muito de sua obra — impedido ao proletariado de absorver a exploração da burguesia internacional, aferrando-se ao nacionalismo e ao imperialismo. E, por correspondência, conjugam-se, em Carvalho, a necessidade preconizada por György Lukács e Antonio Gramsci em reformar o *Weltanschauung* da ocidentalidade como terreno para uma revolução proletária (DOMENICHELLI, 2020, p. 126–132), para um projeto dirigido de demolição da cultura ocidental pela Escola de Frankfurt. Como de praxe em sua obra, aproveita-se de uma tese para edificar, sem nexos, uma Santa Sé da conspiração.

Compreende bem Olavo de Carvalho (*op. cit.*, 2002) o entendimento marxiano de que “em vez de transformar a condição social para mudar as mentalidades, [...] mudar as mentalidades para transformar a condição social”, algo que valia àquelas circunstâncias do período entreguerras. Todavia, valendo-se deste fato, estabelece que para a Escola de Frankfurt como um todo, e, em especial, Horkheimer, Adorno e Marcuse, a prioridade era patologizar a cultura ocidental e construir uma nova ocidentalidade por meio de uma terapia forçada, que ganha para si o nome de “marxismo cultural”, fruto da teoria crítica. E, como em toda teoria conspiratória, há um grande engano: os centros ocidentais de conhecimento receberam, pelo conteúdo aparentemente pacifista, uma teoria cujo maior voto era demolir todo o cânone cultural do Ocidente.

Com um *je ne sais quoi* do mitológico Protocolo dos Sábios de Sião³⁵, Olavo de Carvalho, ao inaugurar o conceito do marxismo cultural em língua portuguesa, encarrega à teoria crítica frankfurtiana uma série de objetivos que não eram seus: quebrar vínculos de comunidade e nacionalidade, demolir as crenças religiosas, subverter a linguagem e a lógica, confundindo a tudo e todos, adubando, concorrentemente, a culpabilização do capitalismo por todos estes males. Somaram-se a estes esforços a teoria desconstrucionista dos franceses, que veio descambar no “politicamente correto”. E, por alguma razão, que não é apresentada com nexos causal ou lógica temporal por Carvalho, todos estes objetivos foram recebidos como dogmas pela mídia, pela burguesia e a própria Igreja Católica, transformando a cultura em um terreno autossabotador de si mesmo (*id.*, 2002).

³⁴ Organização da Internacional Comunista (1919-1943), sucessora da Segunda Internacional, e que tinha por objetivo derrotar a burguesia internacional por meio da luta revolucionária e erigir, afinal, um Estado soviético internacional (TROTSKY, 1956, p. 39–47).

³⁵ O Protocolo dos Sábios do Sião é um texto fraudulento, publicado pela primeira vez em 1903, e republicado à exaustão por entidades antissemitas, e que alega existir uma conspiração judaica para o controle e tomada da civilização cristã ocidental.

Entendamos, antes, o que é o socialismo para Olavo de Carvalho, cuja implantação global vê como fim último da existência do marxismo cultural. Define, em poucas palavras, que socialismo é, “em essência, a atenuação ou eliminação das diferenças de poder econômico por meio do poder político” (CARVALHO, 2013, p. 108). Sua preocupação, em si, não está no que entende como socialismo, mas naquilo em que consiste por ameaça: o poder político do socialismo, ao usurpar dos ricos o poder econômico, não o distribui exatamente, mas passa a administrar a riqueza, ampliando o desnível do poder decisório entre as classes governantes, burocráticas e imóveis, e as classes populares, equacionando a burocracia estatal da *nomenklatura* à burguesia espoliada, levando, pela unificação do poder político ao econômico, à tirania (id. 2013, p. 108–109).

Contudo, é nas contradições do socialismo o seu verdadeiro enfoque. Aponta, por exemplo, citando a introdução do “Livro Negro do Comunismo”, a cifra de 100 milhões de mortos pelos Estados socialistas mundo afora — ocorrida em diversos contextos de guerras, ingerências econômicas ou repressões internas (COURTOIS, 1998, p. 16) — como prova inequívoca do desprezo à humanidade contido como máxima do socialismo (CARVALHO, 2013, p. 109). E define, por meio de citações descontextualizadas de Lênin, Mao Zedong, Ernesto “Che” Guevara, Engels e Marks, ao comunismo como uma ideologia lastreada no ódio e no terror como combustível revolucionário (id. 2013, p. 110–112). É o socialismo, em seu entender, uma máquina de genocídio, hedionda e nada melhor que a ideologia nazista, uma ameaça palpável na contemporaneidade, e que se programa para tomar o poder no Brasil com dinheiro do narcotráfico (id. 2013, p. 112–114).

Aqui, digressionemos. Tais pontuações feitas por Olavo de Carvalho, isoladas no contexto de artigos em jornal, podem ser tomadas como de menor importância. Contudo, salta aos olhos, sobretudo enxergando a contemporaneidade, o efeito borboleta destas ponderações. Delas derivam, por exemplo, o esforço em equacionar o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra a uma organização criminoso que atuaria, supostamente, como braço armado do Partido dos Trabalhadores, como sustentou no Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o MST o seu relator, o deputado federal bolsonarista Ricardo Salles (2023, p. 2–3). Também derivam, ademais, a tentativa de vincular o Partido dos Trabalhadores e outras agremiações de esquerda às facções criminosas centradas no tráfico de drogas, e mais notadamente, ao Primeiro Comando da Capital e ao Comando Vermelho (“Notas taquigráficas da 54ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal”, 2023).

Retornemos. Existe, no escopo do cânone de Olavo de Carvalho, um marco temporal para a massificação da ideologia socialista por meio do marxismo cultural. À semelhança de

Brilhante Ustra, estabelece como marco de seu império ao início da abertura do Regime Militar. Àquele ponto, segundo sua própria linha de raciocínio, passou a ser universal uma história militante em contraponto à história oficial, substituindo a glorificação dos laços da nacionalidade pela luta de classes, racismo e opressão, como parte de um diletantismo rebelde que busca separar coisas em boas e ruins (CARVALHO, 2013, p. 87). Por consequência, argue, a direita acovardou-se do dever de destruir a esquerda “politicamente, socialmente, culturalmente, de modo que nunca mais se levante e que ser esquerdista se torne uma vergonha que ninguém ouse confessar em público”, simetricamente a como a esquerda, em sua concepção, faria (id. 2013, p. 103).

E, neste sentido, em franco apelo à supramencionada ponerologia política, alega Carvalho, por uma espécie de “imbecilização coletiva”, terem as lideranças sociais e intelectuais substituído sua personalidade por um estereótipo ideológico — leia-se, a cada menção do termo “ideológico”, o termo “comunista”, sinônimo absorvido pelo bolsonarismo. Seria, para si, um quadro clássico de histeria a acometer grupos identitários que, por se reconhecer em uma identidade e queixar-se de mazelas sociais, como homofobia ou machismo, arrogam para si superioridade moral diante dos outros (id. 2013, p. 88–90). Isto ser-lhe-ia a causa de uma adoção cada vez mais profunda dos preceitos do marxismo cultural no Brasil.

Mas, a teoria conspiratória do marxismo cultural não anda só no cânone da literatura de Olavo de Carvalho, compilada em um sem-número de artigos publicados em jornais e sítios eletrônicos ao longo de anos no livro “O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota” (2013). Junge-se a outra que, à base, faz parte da mesma conspiração: a teoria do globalismo. Trata-se, de acordo com o astrólogo feito filósofo, de um movimento que propugna pelo estabelecimento de uma nova ordem mundial baseada no socialismo radical e administrada não mais no contexto das nações, mas de uma administração unitária para o planeta (CARVALHO, 2013, p. 147–150). Seria, alegadamente, fruto da emergência da revolução francesa e do modernismo, e somente poderia ser oposto pela prevalência dos valores tradicionais conservadores (id., 2013, p. 150).

O globalismo, apontado pelo guru como a realização final do sonho gramscista, teria como tentáculos: a infiltração na administração pública, por meio da diluição da autoridade dos Estados e transferência de competências para órgãos internacionais; da mídia global em grandes conglomerados, cujo enfoque seria a promoção da agenda do marxismo cultural; e, um fluxo, financiado pelas elites mundiais, de movimentos políticos de massa inseridos sob o disfarce de organizações não-governamentais, envoltos em causas sociais a serviço, também, do mesmo marxismo cultural (id. 2013, p. 150–152). Este governo mundial, todavia, não ficaria

sob a égide de uma remasterização da União Soviética, mas, em vez disso, realizar-se-ia por meio da Organização das Nações Unidas — encarregada, segundo a psicodelia argumentativa de Carvalho, de tutelar a ditadura global (id. 2013, p. 152–154).

Alguns dos discípulos de Olavo de Carvalho (op. cit. 2013, p. 150), como é o caso de Ernesto Araújo (2019, p. 10–13), ministro das Relações Exteriores durante o governo de Jair Bolsonaro, elevam o globalismo não mais ao patamar de ideologia sub-reptícia, mas de religião forjada em um “humanismo que desmerece o homem”, florescente em um terreno de desencantamento do mundo. Deste modo, traduzindo o alçar de propriedade agonista ao globalismo nos valores tradicionais por Carvalho, seu discípulo dir-nos-á que a demolição da “religião ateia do politicamente correto” — contida nos sinais do marxismo cultural e do globalismo — apenas poderá se dar pela reintrodução do Deus cristão como âmago da sociedade e do Estado (ARAÚJO, 2019, p. 13–14).

E é precisamente como a oposição a um modo de governar nascido do “heroísmo militar premiado pelo povo e abençoado pela Igreja” (CARVALHO, 2013, p. 158), que classifica o guru ao globalismo. Seria, muito mais, o esforço de dominação mundial de uma aristocracia metacapitalista, que transcende aos regimes, e que, surgida “da premeditação maquiavélica fundada no interesse próprio e, através de um clero postico de intelectuais subsidiados, se abençoa a si mesma” (*id.*). Muito embora reservemo-nos a falar mais adiante da visão apregoada por Olavo de Carvalho — e absorvida pelo bolsonarismo em sua integralidade — sobre a religião, cumpre-nos entender que o filósofo do reacionarismo brasileiro reserva à intelectualidade o papel do sacerdócio na religião do marxismo cultural.

A intelectualidade conversa ao marxismo cultural, sacerdotes segundo a ordem do globalismo, de acordo com o rol de crenças anunciadas por Olavo de Carvalho porquanto contra-Gramsci brasileiro, atua em três campos: o da mídia; o da educação; e o da própria religião. É-nos importante percebê-lo porque, no escopo do próprio movimento bolsonarista, proclamar-se-á guerra justamente contra os veículos de imprensa; contra a academia, sobretudo no que diz respeito à educação superior; e, primeiramente, de modo mais disfarçado — depois, em embate franco — contra o clero católico, com ataques direcionados ao Papa Francisco, à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a bispos singulares apodados como comunistas, e a figuras vinculadas às pastorais sociais, como o Padre Júlio Lancellotti. Tratemos, *a priori*, das visões de Carvalho e seguidores sobre a mídia.

O olavismo, inicialmente, cruza os sinais da indústria da informação. O cânone olavista acredita que se tornou seu papel, porquanto agência coletiva do marxismo cultural, o de desinformar e ocultar a verdade do público, sobretudo no que diz respeito à política

(CARVALHO, 2013, p. 249–251). Como exemplos supostamente inexoráveis da ocultação das verdades por parte da mídia, são citados: o desinteresse em investigar provas de que Barack Obama não nascera nos Estados Unidos, mas no Quênia; ou, o projeto engendrado pelo Foro de São Paulo quanto a uma revolução comunista latino-americana integrada e em corrente marcha — teorias conspiratórias tão amplamente desmistificadas, diga-se de passagem, que soam lugar-comum de risibilidade, e justamente por sê-lo, são apontadas como prova do “embrutecimento da consciência moral” pela ação manipuladora da mídia (id. 2013, p. 253–255).

A grande ocultação da verdade promovida pela mídia, segundo a corrente de pensamento de Olavo de Carvalho, é francamente perceptível aos autodidatas, que se informam por meio da internet: a curadoria feita pela imprensa seria, em seu ponto de visão, uma forma de doutrinação comunista, posto que os peritos, quando por ela convocados, sempre estão prontos para deslegitimar qualquer voz coerente com os fatos (CARVALHO, 2013, p. 261–262). É a divergência gerada pela crise do sistema de peritos, estimulada justamente por pensamentos que tendem ao populismo, e que se amplia pelo convite à busca ao livre-exame das informações, distante da mediação (CESARINO, 2021, p. 75–77).

Em suma: se o sistema de curadoria da mídia de massa é construído para enganar o indivíduo, cumpre-lhe buscar a verdade por si só. A curadoria, afinal, só tenderá a dizer inverdades, segundo Olavo de Carvalho (2013, p. 263–266): de que Cuba, em verdade, jamais financiou as campanhas presidenciais de Lula; de que o Iraque jamais possuiu armas de destruição em massa no seu arsenal; de que a descolonização da África era um bem para a humanidade; e, mesmo, “que Hitler era um perfeito cavalheiro, [...] que Stalin era um honrado homem do povo e Mao Tsé-tung, um reformador cristão” (id. 2013, p. 266). A imprensa, portanto, é a mãe de todas as mentiras, por estímulo da academia.

Para a doutrina católica tradicional, que, em tese, inspira a metodologia de Olavo de Carvalho, a Igreja divide-se em três: a igreja padecente, composta pelas almas que aguardam a purificação no purgatório; a igreja militante, cujos membros são os crentes fiéis; e a igreja triunfante, ou gloriosa, composta pelos santos e todos aqueles que se encontram no Céu (PAULO VI, 1964, p. 3–4). Do mesmo modo, ao equacionar o marxismo cultural a uma igreja sob a égide do globalismo, põe Carvalho os partícipes desta “religião” em três níveis: o dos idiotas úteis, público doutrinado e enganado pelo marxismo cultural, que se creem a serviço da humanidade (CARVALHO, 2013, p. 159–160); o dos mafiosos doutrinados, grupo

basicamente composto pela imprensa (id. 2013, p. 390); e o da “intelligentzia” (*sic*)³⁶, universo composto pela academia, supremo oráculo do pecado original do marxismo cultural (id. 2013, p. 316–318).

Antes de descrevermos como, para o olavismo, a academia é o grande vetor de difusão do marxismo cultural, é importante que definamos sua aparência externa: quem tem a carteirinha de membro da “intelligentzia”. A primeira seria a incapacidade de “[...] distinguir entre um fato e uma opinião pessoal, [...] entre uma análise lógica e a expressão de um sentimento” (id. 2013, p. 237). Desta, derivaria uma espécie de incompetência absoluta para descrever os fatos transposta em previsões errôneas por superestimar a própria capacidade cognitiva (id. 2013, p. 238) — em uma espécie de efeito Dunning-Kruger (PENNYCOOK et al., 2017, p. 1775–1777).

Outra marca da membratura da “intelligentzia”, conforme Carvalho (id. 2013, p. 238–239), seria o uso exacerbado da linguagem academicista com dois efeitos: o de um pedantismo garantidor de uma aparência de cultura; e, o de repelente quase imunizador às críticas derivadas das acepções errôneas geradas por aquilo que cognomina “analfabetismo funcional”, mas que se enquadra no efeito Dunning-Kruger. Em resumo: a “intelligentzia”, para o olavismo, nada mais seria que um simulacro externo de inteligência por meio de performance, à semelhança da etiqueta para a corte francesa porquanto performance probatória de nobreza.

Este desenho do que seria um membro da “intelligentzia”, para o olavismo, é um perfeito exemplo do que seria a tática de convencimento ao seguidor no sentido de que haveria uma grande conspiração. Tal tática baseia-se em expor, *a priori*, verdades geralmente escamoteadas, mas perceptíveis, para depois encetá-las com mentiras e com a comum psicodelia argumentativa onipresente em seu cânone.

Por exemplo: é fato de que uma grande parte da pesquisa acadêmica publicada nas ciências humanas brasileiras dista da cientificidade, imprimindo chavões sem-sentido porquanto sustentáculos. O fato de trazermos a baila estes exemplos que serão manifestados adiante não significam nossa desaprovação pessoal ou particular. Entendemos que é legítimo todo o tipo de pesquisa ou de debate no seio da academia. Quem não vê legitimidade, aliás, é o olavismo, e é muito por isso que nós citaremos alguns exemplos provenientes de periódicos de universidades públicas para demonstrar como funciona o argumento olavista, a começar

³⁶ Transliteração errônea do russo “intelligentsiya” (интеллигенция), substantivo que descreve a classe formadora de opiniões.

pelo seguinte trecho do artigo “Educando com o cu: introdução às pedagogias do corpo e do prazer”:

“Quando eu falo “Educando com o Cu” eu acredito muito que isso não veio do nada, as minhas últimas leituras têm passado por travestis que teorizam propostas semelhantes, como a Thiffany Odara, em *Pedagogia da Desobediência*. Desobedecer o sistema é uma forma de travestilizá-lo, porque ele não foi feito para uma travesti. Quando estamos no ensino fundamental ou no ensino médio, somos completamente excluídas desses espaços, mesmo que não diretamente cria-se todo um sistema educacional que torna insustentável nossa permanência e que nos expõe. A educação com cu tem relação com essa negação que a Thiffany fala das travestis nesse ambiente escolar. [...]” (LUSTOSA, 2023, p. 185)

Neste “artigo” a autora confessa, com orgulho, buscar acirrar os ânimos da extrema-direita brasileira (LUSTOSA, 2023, p. 188). Não há nada de errado, em si, na provocação. O que há é na pseudocientificidade coloproctológica, constante em expressões como “sistema” para ressignificar um sistema composto por homens cisgêneros, ou “travestilizar”, ou a certeza de que não debater o “cu” academicamente é a razão da impermanência de travestis na academia. Ou, em determinadas afirmações pouco zelosas, como “como é muito diferente falar de um cu de uma pessoa branca de um cu de uma pessoa negra ou indígena no Brasil – contra uma universalização do uso político do cu” (*id., ibid.*), que não dizem absolutamente nada. O que choca? Choca como um texto aparentemente inofensivo, bastante legítimo, que diz respeito apenas ao âmbito dos *cultural studies*, em que pese ter a mesma serventia de água de salsicha, tem o poder de ganhar projeção junto às redes bolsonaristas como exemplo de corrupção moral pública.

Outro exemplo é o do artigo “Delirium ambulatorium: ex/orbitâncias, opacidade e estudo radical para dissolver o Mundo Ordenado”. Estabelece o autor porquanto razões de sua escrita, em prosa semipoética:

“Fujo, desvio, deserto e ex/orbito para ganhar tempo, para (planejar) continuar fugindo. Como barricadas ou trincheiras de guerra, minhas deambulações e errâncias operam como matéria que possibilita o respiro em um ambiente hipertóxico, abalado e sitiado. Falo em delirium ambulatorium porque essas fugas se fazem a partir e demandando um certo delírio subjetivo, um refinado descentramento da “normalidade” da psique, da certeza do eu, um devir-esquizo da subjetividade e da matéria. De fato, não sou e não somos normais, pois aquelas que passaram e passam pelo que passamos não podem ser normais – como disse Lauren Olamina, personagem da ficção científica preta que tem, nos últimos anos, me

servido como guia, oráculo e entidade-matéria-força de estudo. Pessoas normais não teriam sobrevivido ao que sobrevivemos. Nosso delírio nos possibilita florescer e avançar em meio aos canhões, desviando de tudo o que modula a morte e semeando linhas (infinitas) de vida. Como Fred Moten (2021, p. 171), acreditamos na potência disruptiva da loucura como um “método – uma resistência sem significado, lise sem origem ou fim”. Nossa tática é a fuga im/possível” (GOMES, 2023, p. 51).

Deste texto, que se pretende longinquamente inspirado na obra de Deleuze, Guattari, como uma “forma anticolonial e radical de cuidado para atravessar a guerra social”, deriva-se a seguinte conclusão: “Fugindo, estudando, desertando e correndo para o além e aquém de toda redução e apreensão do Entendimento, nós buscamos dissolver o Mundo Ordenado e as ordenações do tempo, do outro e do espaço” (GOMES, 2023, p. 70). A problemática, em si, não se encontra no estranhamento de um sentido comum para o texto, que destoa metodologicamente dos cânones de cientificidade formal. Nem se trata de um problema de legitimidade, posto que a academia é lugar legítimo de discussão, até para validar o que é ciência e o que não é. Trata-se do quão servem mais como performance cultural e linguística do que como, de fato, produção científica, em que pese estarem cobertos pelo último rótulo, não pelo primeiro.

O que ambos os artigos têm em comum? A exploração do uso de uma linguagem pseudointelectual, pseudocientífica, para repelir críticas e afirmar o caráter de cientificidade e produtividade acadêmica suficiente a seus autores para, por meio da gabaritada chancela da instituição pública, participar do sistema de peritos sendo um imperito completo no campo das ideias. E é partindo deste preceito que o olavismo busca retirar a legitimidade de a academia como lumiar em oceano de enganados.

A retirada de legitimidade se dá, por exemplo, por meio das intervenções em tribunas, da parte de parlamentares vinculados à catilinária olavista, que fazem questão de citar esses trabalhos, em vídeos bem-cortados e difundidos. É o caso de duas dissertações de mestrado aprovadas pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco: “É tudo psicológico, dinheiro, pruuu e fica logo duro! : desejo, excitação e prazer entre boys de programa com práticas homossexuais em Recife”, de Normando José Queiroz Viana; e, “A folia dos cus prolapsados: pornografia bizarra e prazeres sexuais entre mulheres”, de Luciene Galvão Viana. De objetos legítimos de pesquisa sobre a psiquê humana, foram transformados em absurdos impublicáveis por uma deputada olavista em vídeos amplamente distribuídos do seguinte modo:

“A SRA. PROFESSORA DAYANE PIMENTEL (PSL - BA) - Boa tarde. Gostaria de agradecer e parabenizar o Ministro por sua vinda a esta Casa. Começo dizendo que a OCDE diagnosticou que aqui no Brasil, Ministro, nós já gastamos quatro vezes mais com os nossos alunos do ensino superior do que com nossos alunos do ensino básico. Eu não quero chocar vocês nem ofender ninguém, mas é preciso dizer aqui para onde vai muito desse investimento. Eis alguns produtos: "... desejo, excitação e prazer entre boys de programa com práticas homossexuais em Recife". Se preferir, "Folia dos cus prolapsados: pornografia bizarra e prazer sexual entre mulheres" — Universidade Federal de Pernambuco. É para onde vão nossos investimentos! Eu pergunto aos Deputados da Oposição: é isso que vocês querem que os seus filhos leiam? Porque não é isso que eu quero que nem o meu filho, nem os meus alunos leiam.” (BRASIL, 2019, p. 63–64).

Com base nestes exemplos, e da chancela acadêmica que tal contrapensamento contraproducente encontra, é que a lógica olavista ataca com a seguinte informação: a academia não entende absolutamente nada, e é o juízo comum do público — jamais dos expertos da Universidade, cancelados na luta intestina das guerras culturais — que contém a verdade (CARVALHO, 2013, p. 243). E, assim, sustenta, para apontar que o verdadeiro saber está no homem-comum e seu pensamento tradicional, jamais na academia e seu empirismo:

“Nunca o abismo entre a elite falante e a realidade da vida popular foi tão profundo, tão vasto, tão intransponível. Tudo o que o povo ama, os bem-pensantes odeiam; tudo o que ele venera, eles desprezam; tudo o que ele respeita, eles reduzem a objeto de chacota, quando não de denúncia indignada, como se estivessem falando de um risco de saúde pública, de uma ameaça iminente à ordem constitucional, de uma epidemia de crimes e horrores jamais vistos.” (CARVALHO, 2013, p. 243).

Desacreditada a academia, para Olavo de Carvalho — à tentativa franca de forjar, em seus seguidores, um outro sistema de valores alimentados não mais nas fontes tradicionais, mas às outras que derivam de si mesmo — é tempo de, também, apontar como partícipes da conspiração globalista do marxismo cultural àqueles que deveriam deter o monopólio da palavra de Deus, dentro de seu próprio sistema de crenças: a Igreja. Segundo o olavismo, a Igreja Católica era o último bastião contra o ímpeto revolucionário, disposto a salvaguardar os valores do Ocidente, até incorporar o modernismo como valores de seu aquando do Concílio Vaticano II³⁷ (CARVALHO, 2013, p. 143–144). Este é o marco histórico que transforma a

³⁷ O Concílio Ecumênico Vaticano II, ocorrido entre os anos de 1962 a 1965, entre o fim do reinado do Papa São João XXIII e o início do reinado do Papa São Paulo VI, buscou conectar a Igreja a uma sociedade em processo de desencantamento do mundo, reformando a liturgia e a teologia da Igreja Romana e promovendo o ecumenismo e

Igreja, antes sob uma perspectiva de guardiã da tradição, em colaboradora da conspiração do globalista (*id.*, *ibid.*).

Do Concílio Vaticano II, identificado como marco do conagraçamento entre o globalismo e a doutrina católica, ergue-se, para Olavo de Carvalho, uma nova bandeira: a da difusão do marxismo cultural na piíssima América Latina, por meio da teologia da libertação (CARVALHO, 2015a). Em sua lógica particular, fazia sentido: afinal de contas, escancaradamente, a teologia da libertação propunha uma Igreja na linha de frente da luta contra a pobreza e subdesenvolvimento pela adoção de bandeiras anticapitalistas e anti-imperialistas, superando as causas estruturais da injustiça social porquanto expressão popular e progressista do cristianismo latino-americano (CHAOUCH, 2007, p. 428–429).

Mas, absolutamente nada, segundo o olavismo, poderia surgir *ex nihilo*. Não foram reflexões, não foram discussões teóricas, nem a experiência prática de campo dos sacerdotes católicos em meio ao campesinato que levaram ao fomento da criação de uma teologia da libertação, de acordo com seu sistema de pensamento. Não está nos documentos públicos e nas constituições apostólicas promulgadas pelo Concílio Vaticano II. Jamais. A verdade estaria nas confissões apócrifas de um ex-general romeno que decidiu delatar as operações da Cortina de Ferro a respeito da Igreja:

“Leiam agora este depoimento do general Ion Mihai Pacepa, o oficial de mais alta patente da KGB que já desertou para o Ocidente [...]. Em 1959, como chefe da espionagem romena na Alemanha Ocidental, o general Pacepa ouviu da própria boca de Nikita Krushchev: ‘Usaremos Cuba como trampolim para lançar uma religião concebida pela KGB na América Latina.’ O depoimento prossegue: ‘Khrushchev nomeou ‘Teologia da Libertação’ a nova religião criada pela KGB. [...] Ele também nos queria para enviar alguns padres que eram cooptadores ou agentes disfarçados para a América Latina – queria ver como ‘nós’ poderíamos tornar palatável para aquela parte do mundo a sua nova Teologia da Libertação. [...] Em 1968, o CPC – criado pela KGB – foi capaz de dirigir um grupo de bispos esquerdistas sul-americanos na realização de uma Conferência de Bispos Latino-americanos em Medellín, na Colômbia. [...] O objetivo não declarado foi reconhecer um novo movimento religioso, que encorajasse o pobre a se rebelar contra a ‘violência da pobreza institucionalizada’ [...]. A Conferência de Medellín fez as duas coisas. Também engoliu o nome de batismo dado pela KGB: ‘Teologia da Libertação.’” (CARVALHO, 2015a).

a liberdade religiosa, em detrimento da milenar tradição centrada em uma liturgia contemplativa e uma vida teocêntrica.

E segue, na quinzena seguinte — tratam-se de dois artigos publicados entre os dias 15 e 29 de janeiro de 2015 no Diário do Comércio, considerados ambos canônicos pelos alunos do “Curso On-line de Filosofia” (COF) de Olavo de Carvalho, plataforma de captação de olavistas mantida pelo guru — apontando que a teologia da libertação, braço comunista na Igreja, fazia parte da estratégia gramscista de ocupação de espaços (CARVALHO, 2015b). E, como tal, decidiu, desde as Comunidades Eclesiais de Base, formar o Partido dos Trabalhadores e dar sustentação ao Foro de São Paulo, fulcrando na construção de uma revolução suave a implementar, da Igreja à universidade, da imprensa à sociedade, um planisfério sob a égide do marxismo cultural (*id.*, *ibid.*).

Todavia, o leitor mais desacostumado com a terminologia olavista pode se questionar: qual será a revolução marxista cultural em curso, que não vimos? É, como apontamos adiante, a que o olavismo chama de “ditadura do politicamente correto”, cujos pilares estariam configurados na canonização de novos modelos ideais de conduta: defesa do abortismo, gayzismo, racialismo, ecolatria, laicismo exagerado³⁸ ³⁹, e na inversão da ordem jurídica, “consagrando o aborto como direito incondicional, facilitando a prática da pedofilia, descriminalizando criminosos e criminalizando cidadãos honestos [...]” (CARVALHO, 2013, p. 468). É nisto, sinteticamente, que o olavismo acredita.

Quando grande parcela da academia brasileira se perguntava, sobretudo ao observar o desenrolar da campanha eleitoral de 2018 e as manifestações favoráveis a Jair Bolsonaro que se seguiram até 2023, de onde saíram essas pessoas com estes valores, não se reparou por um segundo de que havia um pensamento organizado doutrinário por trás. Sinteticamente, esta foi a grande contribuição de Olavo de Carvalho à gênese da identidade do bolsonarismo: juntou uma série de crenças de oposição à modernidade e à contemporaneidade e buscou dar uma nova ordem àqueles que, desencantados do mundo, buscavam uma razão para se encontrar. Forjou-se, daí, uma identidade no agonismo ao marxismo cultural — este último, entidade etérea. Faltava, para a eclosão de um movimento de massas, apenas um antagonista visível.

³⁸ Pelo uso da linguagem adotada pelo olavismo, o leitor pode eventualmente se confundir e compreender que isso significa anuência do autor. Isto não corresponde à verdade.

³⁹ Isto é: defesa do direito de escolha das mulheres; combate à homofobia; combate ao racismo; defesa do meio-ambiente e da sustentabilidade; defesa do Estado laico.

O antagonista perfeito e a emergência do populismo digital

Para o olavismo — que buscou perpetuar e avançar o conjunto de crenças previamente divulgados por Brilhante Ustra — prosperar, era premente encontrar um adversário perfeitamente culpável, contra quem todos os males do mundo poderiam ser apontados e contra quem poder-se-ia insurgir, a pretexto de rebelião, uma massa crescente de pessoas e grupos. Com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva às eleições presidenciais de 2002, apareceu, sob sua popular liderança, o antagonista perfeito: o Partido dos Trabalhadores.

A princípio, com Lula da Silva, foi empossado um governo moderadamente populista de esquerda — que, a partir do segundo mandato, caminhou em passos largos ao populismo escancarado. O Partido dos Trabalhadores (PT), que alcançara o segundo lugar nas eleições de 1989, 1994 e 1998, apostara antes na contraposição entre o povo espoliado, representado pela pureza dos princípios éticos de sua agremiação, e a elite corrupta, representada pelas forças políticas que governaram desde o princípio da Nova República, em uma curiosa espécie de udenismo de esquerda: somente o PT seria autêntico representante popular, enquanto partido de bases (LATTMAN-WELDMAN, 2006, p. 56–57).

O governo que antecederia ao do PT, na visão de Brilhante Ustra e Olavo de Carvalho, era, por si só, um governo adversário aos seus interesses e “culturalmente marxista” até a medula. Entendiam-no como um governo comunista por, dentre outras razões, ter aprovado a Comissão Nacional sobre Mortos e Desaparecidos — que investigou assassinatos durante a Ditadura Militar — e ter indenizado as famílias das vítimas (BRASIL, 1995). Ou, por ter em alguns de seus principais ministros, além do próprio Presidente da República, vítimas da Ditadura Militar que foram condenadas ao exílio, ou cassadas em seus direitos políticos, em virtude de seu trabalho acadêmico, de sua defesa aos direitos humanos, ou por sua atuação política. Ademais, mesmo sendo lido, em geral, como um governo pró-mercado, os programas sociais da gestão de Cardoso aumentaram, dentro da extrema-direita, a certeza de se tratar de um “socialista fabiano”⁴⁰.

Neste sentido, tratava-se de ainda pior pesadelo, no campo dos seguidores de Ustra e Carvalho, assistir à posse de um governo assumidamente de esquerda. Os militares tinham, com a presidência de Lula, a certeza de uma revanche histórica — que, diga-se de passagem,

⁴⁰ “Socialismo fabiano” é como convém a Olavo de Carvalho (2013, p. 522–524), no escopo de sua teoria conspiratória do globalismo, a denominar à social-democracia europeia e ao socialismo democrático da Europa Ocidental, vinculado a uma estratégia de reformas lentas, mas graduais, rumo ao socialismo global e a um governo mundial.

jamais viria em seu mandato. Ambos os grupos, militares e olavistas, alimentavam o temor de que o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, em verdade, era um grupo armado, altamente capilarizado por todo o Brasil, e que faria a revolução socialista pela ponta do fuzil (CARVALHO, 2013, p. 119–121).

Ademais, cria-se que Lula da Silva — muito ao contrário da presidência sóbria e com excelente trânsito no jogo político que exerceu no decorrer de seus dois primeiros mandatos — faria uma presidência intransigente na reforma do Estado e dos costumes. Temas como união homoafetiva, descriminalização do aborto, criminalização da homofobia, eram tidos como pautas de aprovação certa no ordenamento jurídico, segundo o próprio olavismo. Por estas razões, extremamente distantes da realidade quanto ao que se sucedeu, é que o olavismo elegeu ao petismo como seu adversário ideal.

Da parte do petismo, que também necessitava — e, aliás, ainda necessita, posto que vem de uma plataforma política essencialmente populista — de um grande inimigo para direcionar seu fogo de barragem, enxergamos uma forma de construir, pelo seu próprio esforço, a existência de um adversário ideal em quatro fases, que representarão experiências diferentes e gradualmente imersivas de populismo. Há, primeiro, um populismo de raiz, tradicional; *a posteriori*, transforma-se em um populismo mais pragmático, que dialoga com as forças antagonistas; depois, um populismo mais completo, que aposta no *tudo ou nada* com relação ao agonismo com o inimigo; e, por fim, um populismo digital, que se reinventa como tal diante da experiência do próprio populismo digital do adversário.

Traduzindo, em termos mais próprios à realidade fática: a primeira fase desta conjuntura, como apontamos ao início deste tópico, deu-se pela representação do inimigo como uma elite corrupta, personificada nas forças pactuantes da Nova República, e que era tecnicamente incompetente. Posteriormente, o adversário, que já especificamente tem um nome — o tucano — quer tomar o poder para retroceder os avanços sociais. Em um terceiro momento, a partir do governo Dilma, e até a emergência do bolsonarismo factual, o adversário é o fascista ou golpista, que quer afastar o petismo do poder. O adversário ideal só se torna o bolsonarista a partir de 2018. Expliquemo-lo, conforme este esquema, a partir de agora.

A primeira fase, do agonismo às forças políticas da Nova República — isto é, nominalmente, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido da Frente Liberal (PFL), o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) — durou do governo Collor, em 1990, até o fim do primeiro mandato de Lula da Silva na presidência da República, até a eclosão do escândalo do Mensalão, em 2005. Aos governos que se seguiram neste interstício, como os de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, esforçou-

se o PT para impor-lhes a pecha de elitistas, corruptos e incompetentes. Com foco no ataque consistente à competência e moralidade administrativa dos adversários é que a máquina política do PT logrou alcançar a segunda colocação nas eleições de 1989, 1994 e 1998, além de eleger diversos governadores e prefeitos pelo país afora.

O cultivado discurso neo-udenista de moralização ética e governo popular tecnicamente competente, com relação às eleições anteriores, gerou *recall* diante das urnas. Conjugado ao apaziguamento das posturas públicas das anteriores candidaturas de Lula — que, outrora, recusavam o diálogo com as forças democráticas desvinculadas à esquerda, bem como se contrapunham à nova *magna carta* de 1988, ou à nova lógica macroeconômica implementada pelo Plano Real em 1994 — deu-lhe sobeja vitória no segundo turno de 2002. Muito por isso, “[...] o PT construiu para si, deste modo, uma terrível armadilha: tornou-se um partido que não podia errar” (LATTMAN-WELDMAN, 2006, p. 59).

Neste sentido, ao eclodir o escândalo do Mensalão, em 2005, formou-se uma enorme fratura entre o eleitorado cativo do udenismo e o próprio PT. A internet, cuja ágora pública era, àquele tempo, centrada nas caixas de comentário de blogs e portais de comunicação, quando não em correntes de e-mail, tornou-se ressonante quanto à decepção deste eleitorado. A relação com os grandes conglomerados de imprensa — receosos, com justa razão, de tentativas de controle hegemônico do petismo à guisa de democratização da mídia — não era positiva, pelo que coube à mídia privada, mais do que à oposição parlamentar, o papel de contraponto (id. 2006, p. 60–61). Emergiu, assim, a imprensa como quarto poder — e, sob a ótica do populismo, como adversária política, portanto, inimiga e representante das elites.

A partir deste momento, inicia-se uma segunda fase na escalada populista do petismo. Como reação à posição da imprensa, organizou-se, com fortes vinculações ao petismo, enquanto iniciativa dita contra-hegemônica — e sob volumoso financiamento, por meio de propagandas, da administração pública — a chamada “mídia alternativa”, composta pelos “blogs progressistas” (DE MAGALHÃES CARVALHO, 2021, p. 102–120). Enquanto iniciativa contra-hegemônica, buscavam ocupar espaço junto ao quarto poder emergente, partido para a guerra de informações em sustentação ao governo Lula e de sua sucessora, Dilma Rousseff, oferecendo contraponto opinativo em defesa do petismo, assumindo para si o chamamento ao confronto político em curso (GUAZINA, 2013, p. 69–80).

O grande problema da autodenominada “mídia alternativa” era a sua forte vinculação à imprensa marrom. Logo, à esteira do antagonismo no debate político dos “blogs progressistas” aos conglomerados de mídia, ergueu-se uma rede de difusão de notícias falsas favoráveis ao petismo e em detração de seus adversários políticos (GRAGNANI, 2018). Parte

muito significativa da “mídia alternativa” engajou-se na atividade da desinformação em defesa das gestões de Lula e Dilma, servindo como fonte alimentadora de *trolls* políticos nas redes sociais e estabelecendo o discurso cognitivamente dissonante de que oposição democrática era sinônimo de golpismo (AVELAR, 2021, p. 146–151). Eis o precedente da futura rede de *fake news* do bolsonarismo.

O uso das redes sociais para ocupar espaços políticos de modo limitante ao debate público — naquilo que José Ortega y Gasset (2013, p. 60–63) qualificava como triunfo das massas em aniquilar toda e qualquer oposição pela sua onipresença — e atacar qualquer posicionamento independente é regra no populismo digital (BULUT; YÖRÜK, 2017, p. 4094–4097). O *Twitter* foi, àquela altura, escolhido preferencialmente pelo petismo graças à sua capacidade de aclimatar-se à temperatura da arena política (id. 2017, p. 4097).

Organicamente, o PT estabeleceu uma militância em ambientes virtuais (MAV) com fulcro em disputar a narrativa das redes (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2011), diante da insuficiência de seus *aparatchiks* da “mídia alternativa” (AVELAR, 2021, p. 318). O grande ponto quanto à MAV é que assumiu a dianteira dos ataques antes feitos pelos blogs progressistas, promovendo intensos linchamentos virtuais e difusão do discurso de ódio, em uma espécie de censura de multidão (WAISBORD, 2020, p. 1033–1034). Foi, sem dúvidas, elemento catalizador da polarização política no debate brasileiro. Deste ponto é que adentramos uma terceira fase, de um populismo que chama para si um agonismo mais intenso e pleno, e que começa a surfar nos meandros do populismo digital.

Em junho de 2013, depois de respostas insuficientes da presidente Dilma Rousseff e seu governo à intensa mobilização nas ruas, implodiu-se a coalizão a sustentar o populismo lulista no poder (AVELAR, 2021, p. 334–335). As armas da polarização, centradas na mobilização em redes sociais e páginas detratórias, estavam estabelecidas. E aqui, termina a nossa longa digressão sobre os precedentes do populismo digital no Brasil, que era seu estado latente, para discorrermos sobre seu estado agudo. Àquele momento é que eclodiu o movimento de indignados no Brasil, e, por consequência, o cidadanismo.

O cidadanismo resultante, todavia, não foi unitário. De um lado, o cidadanismo de esquerda, instigado pelo populismo petista a atacar posições e adversários políticos, logo retomou um apoio dito “crítico” ao lulismo — agora fora de seu pacto conservador — e passou a centrar seu fogo de barragem na defesa do identitarismo. Uma gestão que rifou os direitos

dos homoafetivos à cidadania plena⁴¹, que deixou o programa político de direitos humanos sob encargo do Poder Judiciário⁴², passou a encontrar suporte na parcela identitária emergente do cidadanismo sob temor do obscurantismo que outras candidaturas representariam⁴³. No outro espectro, surfando à onda da indignação, emergiu um cidadanismo de direita, ultrafocado em uma mensagem contraidentitária. Em suma, logo tínhamos dois populismos, de esquerda e direita, em disputa hegemônica e contra-hegemônica.

Não é possível, contudo, deixar de apontar que o descolamento da realidade factual e dissintonia com o eleitor, quando tratamos do arcabouço de comunicação populista no petismo, fortaleceu numericamente ao cidadanismo de direita. À emergência dos levantes de junho, sua militância virtual, fosse oficial ou *Mitläufer*, promoveu campanha de intensa desqualificação dos manifestantes, apondo-os o epíteto de golpistas e fascistas, engrossando o caldo da massa rebelde (AVELAR, 2021, p. 320). A própria academia brasileira adotou uma postura acrítica e repetidora da mensagem oficial no populismo petista, tratando aos críticos do petismo como incultos, burros, “coxinhas”, e curiosamente “incapazes de pensar criticamente”, alijando-os ainda mais de qualquer postura próxima ao lulismo.

Mas, parabolizando uma vez mais: por que apontar o dedo à academia brasileira? A universidade é “caixa de ressonância das tensões e contradições da sociedade” (MUSSE, 2009, p. 56). E, a partir da emergência de um populismo digital à direita, agregador natural de uma postura ressentida da intelectualidade, tornou-se ineditamente caixa de ressonância de tensões e contradições *para* a sociedade. Em resposta às acusações de incultura e acriticidade, explorou-se com muito sucesso, por meio das redes sociais, performances acadêmicas açambarcadas pelo identitarismo desconstrutivista, chocantes (e feitas para chocar) à moralidade reacionária da sociedade. Deste ponto em diante foi sacramentado o desquite entre

⁴¹ Em troca da manutenção do apoio da Bancada Evangélica ao governo Dilma, renovado por ocasião das eleições presidenciais de 2014, a Liderança do Governo no Senado deixou caducar o PLC 122/2006 (criminalização da homofobia), depois apensando-o ao PLS 236/2012 (Reforma do Código Penal) e, *ultima ratio*, movendo o seu arquivamento, representando a extinção do projeto (SENADO FEDERAL, 2014, p. 88).

⁴² Coube à Suprema Corte promover, por proposição do antigo Partido Popular Socialista (PPS), hoje Cidadania, em acórdão relativo à ADO 26/2019, a criminalização da homofobia e transfobia (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2020, p. 565–566). De igual modo, o Poder Judiciário, injuntivamente, promoveu a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, por meio do Conselho Nacional de Justiça (2013, p. 2).

⁴³ Convém apontar a campanha de ódio promovida contra a candidatura de Marina Silva (PSB) em 2014 (GONÇALVES, 2022, p. 91–95). A então candidata, que professa o protestantismo de matriz pentecostal, fora acusada de ser representante do obscurantismo religioso e de mover uma candidatura com o objetivo de retroagir os direitos das minorias, sobretudo no que diz respeito às orientações sexuais não-heteronormativas e às religiões minoritárias. De igual modo, o candidato Aécio Neves (PSB) fora acusado das mesmas pretensões. Curiosamente, à parte da candidatura de Luciana Genro, foram os únicos candidatos de oposição a se comprometer com a manutenção do casamento entre pessoas do mesmo sexo — ademais, no caso de Marina Silva, esta foi a única candidatura a se manifestar favoravelmente à criminalização da homofobia e à autonomia reprodutiva das mulheres, valendo-lhe o desligamento da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, da qual era membra.

a intelectualidade e a massa, ambos vendo-se como dominado e ao outro como dominante, embalados em uma economia de ódio recíproco e à realidade.

O populismo ataca às elites em quaisquer de suas formas. Sua vertente à esquerda sói delimitar como inimiga do povo à elite econômica; à direita, é alvo a elite política. A comunicação formatada para consumo no populismo digital, via de regra, traduz à própria ideologia como parte do povo comum e ao inimigo político como parte beneficiária da corrupção política (SCHWÖRER, 2021, p. 3–9). Portanto, é altamente improvável que consigamos imaginar uma mensagem de antagonismo mais engajadora, em se tratando de polarizar contrariamente o eleitorado a si, do que a ofensa máxima do petismo a qualquer laivo de cidadanismo do homem-massa em oposição: chamá-lo de “pobre de direita”. É posição assumidamente elitista e que suscita inúmeras interpretações, nenhuma delas favoráveis ao emissor.

As eleições presidenciais de 2014 marcaram claramente as fraturas consequentes às jornadas de junho, gerando uma vitória governista por margem apertada no segundo turno. A candidatura vencedora prometera não realizar ajustes fiscais, acusando a oposição de levantar falsamente a existência de uma crise macroeconômica e de pretender entregar a gestão fazendária aos bancos. Todavia, posteriormente à eleição, lançou a presidente Dilma Rousseff um grande pacote de arrocho de contas, nomeando justamente um banqueiro — Joaquim Levy — à chefia do Ministério da Fazenda, levando a uma pesada exploração pela oposição da ocorrência de estelionato eleitoral (AVELAR, 2021, p. 281). Neste contexto, toda a discussão política decorreu, durante e após as eleições, sob intenso escrutínio da massa, envolvida e opinativa, nas redes sociais.

O interstício entre as eleições presidenciais de 2014 e o impeachment da presidente foi o período em que se desvelou a face do cidadanismo digital orientado à direita. Primeiro, emergiu no debate público, sob a bandeira de renovação política e dos valores do país, dentro do eixo do antipetismo, o Movimento Brasil Livre (MBL), fazendo uso concreto de seus próprios canais de comunicação, por meio das redes sociais, para conectar a massa à liderança (YAMAMOTO; DE MOURA, 2018, p. 159–160). A estratégia de apostar na polarização com um discurso apropriado à natureza da comunicação afunilada nas redes sociais, e, em especial, no *Twitter* e *YouTube*, pretendia conectar o público repellido pela postura do petismo às ideias esposadas pelo liberalismo de mercado; todavia, encontrou eco junto à parcela mais reacionária da sociedade (DE MATTOS, 2020, p. 112–115).

À medida em que avançavam — diga-se de passagem, de forma extremamente publicizada, à margem da linha tênue da ilegalidade — as investigações da Operação Lava-

Jato, o MBL levava as massas à rua, explorando de forma assaz populista suas pautas. O udenismo, diante das revelações da Lava-Jato, ressuscitou (AVRITZER; RENNÓ, 2023). Era lugar-comum suscitar que o Brasil tornar-se-ia a Venezuela sob o comando do petismo, ou explorar acusações de fraude contra a urna eletrônica.

Tais movimentos de rua abriram espaço para que ressoassem grupos mais radicais, com canais mais personalizados e fidelizantes entre massas e líderes e mensagens mais abertamente reacionárias, no sentido de estabelecer definitivamente ao petista como inimigo aberto, e à liberdade social como corrupção absoluta de valores, dentro da lógica antagonista laclausiana (BARON, 2019, p. 191–195). Paulatinamente, a mensagem da ameaça do marxismo cultural ganhou vigor inédito e tons de verdade inquestionável: as teorias de Olavo de Carvalho e Brilhante Ustra — um, outro ou ambos, a depender do nível de radicalidade do movimento — passaram a alcançar públicos inesperados (MACIEL-BAQUEIRO; SANTOS, 2023, p. 4–6). A paranoia vermelha, antes recurso cômico do populismo de esquerda, tornou-se real para uma parcela considerável da massa.

Ao mesmo tempo, grupos menos radicalizados de oposição, liberais ou *soi-disent* liberais, como o Livres (antiga ala do Partido Social-Liberal, hoje associação autônoma) e o Partido Novo, passaram a apostar no discurso liberal de mercado como se este tivesse efeito *erga omnes* para todos os problemas do país. Em sendo, evidentemente, contrário à posição nacional-desenvolvimentista preconizada pelo PT, logo chamou a atenção dos agrupamentos mais radicais, que passaram a repeti-lo sem considerar seu próprio significado. Como todas as respostas que tinham a oferecer baseavam-se no tema da economia, logo perderam capilaridade: o Livres, por exemplo, perdeu grande parte de seus quadros com a sua saída do PSL, em 2018, e tornou-se mera associação sem rumo; o Novo, por sua vez, apostou todas as fichas em uma aliança tática com o bolsonarismo, com o fito de eleger parlamentares.

O ódio contraidentitário, em consonância com o desquite entre universidade e sociedade, ganhou novos volumes sob a mensagem populista: enfiou-se à academia, o petismo, o identitarismo, em um mesmo balaio-de-gatos, acusando-se a todos de perverter a juventude brasileira e agir em conluio para sexualizar a infância. Tais movimentos chegaram ao cúmulo de promover uma caçada contra a filósofa Judith Butler, aquando de sua presença no Brasil, sob acusações surreais de pedofilia, graças ao seu trabalho teórico sobre gênero e sexualidade (MISKOLCI; PEREIRA, 2018).

Em todos estes momentos posteriores a junho de 2013, o populismo de direita soube adaptar-se aos fluxos de interações e informações, enquadrando-se em formato palatável para pronto consumo e compartilhamento (GERONIMO; CUEVAS-CERVERÓ; OLIVEIRA,

2022, p. 297–302). Múltiplos eram os canais de informação e encontro da massa crescentemente radicalizada, sobretudo após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, quando era iminente o risco de dispersão. Faltava-lhes uma liderança que, no escopo da cultura dos memes nas redes sociais, soubesse se fazer a mais perfeita tradução do simbolismo hiperbolizado do homem-comum mítico.

De acordo com Mendonça e Caetano (2021, p. 211–212), a autorrepresentação do populista em redes é sintonizada com o momento político, sempre buscando demonstrar sua pertença ao povo nas representações em imagem e vídeo, plataformas favoritas de mensagem deste tipo de liderança carismática. Jair Bolsonaro, que capturou para si a liderança do tonitruante tropel antipetista, fê-lo parodiando-se a si mesmo, para ressoar a mensagem de que era um homem extremamente comum levado por força extraordinária das circunstâncias a disputar a presidência da República (id. 2021, p. 212).

Se a mensagem polarizante apostava, por perda da realidade, na ridicularização do adversário reacionário como cristão obscurantista, “pobre de direita”, “cidadão de bem” defensor do extermínio; e, se a incapacidade de autocritica partidária levou ao lulismo à relativização pública da corrupção, era natural que o adversário mais bem sucedido assumisse a defesa da posição antagonista. Bolsonaro fê-lo, tornando ubíqua a a mensagem de que era defensor de valores cristãos, dos direitos do homem-comum, e que a corrupção lhe era intangível (ALMEIDA, 2019, p. 200–201). Se o homem-comum não era tão culto e refinado para, truncadamente, absorver a mensagem petista, atos simbólicos de pobreza material, como o uso de canetas descartáveis ou maus-modos à mesa reforçavam a pertença de Bolsonaro ao povo (MENDONÇA; CAETANO, 2021, p. 223–226).

Em meio ao acentuamento crescente do populismo no ruidoso debate político brasileiro, todo um esforço foi feito para levar o eleitorado à mais completa dissonância cognitiva. A perda de conexão com a realidade dos fatos leva ao indivíduo cognitivamente dissonante ao desengajamento moral, postura que sumariza causar danos acreditando fazer o bem maior (MACIEL-BAQUEIRO; SANTOS, 2023, p. 13–18). É neste tipo de operação, precisamente, que o populismo digital aposta.

No caso do bolsonarismo, houve naturalização na distribuição de notícias falsas, na personalização de projetos irreais, e na assunção do corpo simbólico do candidato como o do próprio eleitor (ALMEIDA, 2019, p. 202–206). Difundiui-se às redes que o líder era uno com o povo, e atacá-lo era atacar, *ultima ratio*, ao homem comum. Defendê-lo era garantir votos a qualquer custo, mesmo que mentindo ou aterrorizando, porque o lado inimigo tramaria, de

acordo com a imagética erguida pela polarização, humilhações extraordinárias ao homem-comum. Liberou-se, portanto, o vale-tudo.

Entendemos, em teoria, como emergiu o bolsonarismo. Contudo, como sempre pontuamos, ao longo de nossa escrita, trata-se o bolsonarismo de um movimento de grupos heterogêneos, unidos fundamentalmente pelo antipetismo como cláusula fundamental. Tendo descrito de que forma o Partido dos Trabalhadores provocou, pela deliberada eleição de um inimigo em uma classe popular — a classe média, apodada de fascista — para além dos que já existiam, cumpre-nos descrever, doravante, de que forma alguns dos grupos supramencionados, emergentes do cidadanismo orientado à direita, vieram a compor a massa heterogênea do bolsonarismo.

Bolsonarismo como cultura e ação

Tratamos, no capítulo anterior, de alguns pontos que cremos fundamentais à formação identitária do bolsonarismo, porque os unem no todo: a fé na conspiração comunista, herdada da caserna e feita verbo pelo coronel, escritor e torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra; o temor do marxismo cultural e do globalismo, elevado à décima potência pela diligente ação do astrólogo e autoproclamado filósofo Olavo de Carvalho; e o antipetismo, forjado pela longa onipresença do PT no debate público nacional. Contudo, em se tratando de uma ideologia ou discurso populista, não há espaço apenas para abordarmos a ideia: é preciso que falemos sobre o aspecto feito de carne e osso, que são os partícipes da massa.

Neste capítulo, trataremos de três aspectos fundamentais para o bolsonarismo, porquanto massa e cultura. No primeiro deles, com o precioso auxílio da vivisseção feita por Georg Wink (2021), trataremos sobre os ingredientes que deram forma à massa bolsonarista: os grupos religiosos, como católicos tradicionalistas e sedevacantistas, evangélicos calvinistas e pentecostais, e espíritas kardecistas; os *think tanks*; e, os movimentos parapolíticos e políticos, como o Movimento Brasil Livre (MBL), o Livres e o Partido Novo. A seguir, trataremos sobre o elemento que ampliou a massa e ajudou a constituir sua forma final: a ação da *internet*, sobretudo no que diz respeito ao uso de redes sociais como repositório de conteúdo audiovisual e de comunicação. Por fim, trataremos do modo próprio de linguagem desenvolvido pelo bolsonarismo, pelo uso dos memes, do choque, e da iconoclastia semirreligiosa.

Os ingredientes da massa

Paulatinamente, entre o interstício do segundo governo Lula e, mais aceleradamente, até o crepúsculo das jornadas de junho de 2013, um novo tipo de pensamento vinha tomando forma nas redes sociais à altura. Entre comunidades do *Orkut* e grupos de *Facebook*, blogs, e trocas de mensagens pessoais, iniciativas autônomas, com intenção de formar uma juventude orientada ao “libertarianismo”⁴⁴ vinha tomando forma, sobretudo com a criação de instituições voltadas a difundir o pensamento de Ludwig *Edler* von Mises, Friedrich Hayek, Murray Rothbard, e outros pensadores autodenominados libertários, como o Instituto Liberal (WINK,

⁴⁴ Libertarianismo, segundo a ótica das comunidades políticas olavistas, é a tradução do “paleoconservativismo” norte-americano: defesa de um Estado radicalmente menor, uma economia razoavelmente livre, mas associado a um reacionarismo de costumes.

2021, p. 33–38). É precisamente neste momento em que o Curso On-line de Filosofia (COF) ministrado por Olavo de Carvalho começa a ganhar grande adesão entre as figuras que, politicamente, serão o sustento do olavismo político.

Carvalho, a quem tanto mencionamos, foi um dos principais fatores de união do heterogêneo arco de aliança entre grupos que gerou o bolsonarismo. Mas, de antemão, de quais grupos falamos? Optemos, doravante, ao trabalhar em grupos por blocos temáticos, em ignorar a linha de tempo evolutiva até o momento em que deixam de ser ingredientes heterogêneos para formar uma massa homogênea, aquando da sequência de acontecimentos posteriores à deposição da presidente Dilma Rousseff, em 2016. Dividimo-los nos seguintes: o bloco religioso; o bloco parapolítico, que diz respeito aos *think tanks* e associações de fomento filosófico; o bloco de organizações políticas; e, por fim, o bloco de grupos avulsos, que se associaram ao bolsonarismo na reta final de sua construção.

Dissertemos, primeiro, sobre o bloco religioso, que é mais o mais complexo — tirante, é claro, o bloco dos grupos avulsos — de todos, posto que junta em si grupos que, anteriormente, eram e até permanecem sendo, fora do escopo do bolsonarismo, irreconciliáveis. Irreconciliáveis porque reúnem, entre si, tendências do laicato católico que não dialogam e se repudiam, como sedevacantistas⁴⁵, tradicionalistas e carismáticos. Irreconciliáveis, ademais, porque, na outra ponta, jungido à massa na reta final, estão protestantes calvinistas, pentecostais e neopentecostais, que são jurados inimigos dos primeiros, e igualmente distantes uns dos outros. Para além destes, outro elemento, dentro do bloco religioso, aproximou-se do bolsonarismo de modo inesperado: o espiritismo kardecista.

O primeiro e mais relevante componente do bloco religioso, justamente por conta de suas relações com os demais blocos, é o do laicato católico tradicional. A mais antiga instituição a ele vinculada é o Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO), nome-fantasia da organização primaz de quem deriva, a associação “Tradição, Família e Propriedade” (TFP). O IPCO foi e é responsável pela formação de um laicato ultraconservador, contrário ao Concílio Vaticano II, assumidamente na oposição ao Papa Francisco — quando não sedevacantista — e às reformas da doutrina social e do magistério da Igreja. Muito embora trate-se de um grupo extremamente restrito, é extremamente profícuo em suas ações e conta com membros em setores fundamentais da imprensa e da sociedade, afirmando suas posições.

⁴⁵ Trata-se o sedevacantismo de uma heresia (no sentido canônico-teológico do termo) que acredita que o Papado está vago desde a morte de São João XXIII, em 1963, negando reconhecimento a todos os Papas que o sucederam, quais sejam: São Paulo VI (1963), Beato João Paulo I (agosto de 1978), São João Paulo II (outubro de 1978), Bento XVI (2005), Francisco (2013).

Um segundo membro de especial relevo, muito por conta de suas intensas atividades, é o Centro Dom Bosco (CDB). Autor de campanhas monetizadas nas principais plataformas de redes sociais, como o *YouTube*, o CDB, por meio de suas publicações editoradas e de seus vídeos, têm difundido sua própria versão do integrista ultraconservador com um especial apelo entre a juventude e a classe média mais literata, e sempre em franca oposição ao episcopado brasileiro (WINK, 2021, p. 222–227). Mas, do que importa ao bolsonarismo, afinal, as querelas de uma instituição religiosa como a Igreja Católica?

A *prima facie*, a grande força motriz da TFP e do CDB, mesmo em suas querelas *interna corporis* com a Igreja, é o anticomunismo. E, entendem, muito por conta do avanço da Teologia da Libertação na Igreja Brasileira, das Comunidades Eclesiais de Base nas décadas de 70 e 80, e da posição política — de bastidores, embora não raramente se escancare — do episcopado brasileiro, que o principal inimigo de uma igreja tradicional, que regrida litúrgica e catequeticamente ao *statu quo ante* do Concílio Vaticano II, é o Partido dos Trabalhadores. São posições compartilhadas por outros grupos católicos tradicionalistas influentes, como a Associação Cultural Montfort, formada por leigos; a *Opus Dei*, prelazia pessoal⁴⁶; e, os Arautos do Evangelho, associação de direito pontifício⁴⁷ (WINK, 2021, p. 122–129).

Essas posições são reforçadas, diga-se de passagem, pela postura assumida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), de repúdio a diversas ações sociais, econômicas, sanitárias e securitárias tomadas ou propagadas por Jair Bolsonaro ao longo de sua campanha e governo. Em mais de uma ocasião, desde 2018, a CNBB declarou, por meio de notas assinadas pela sua presidência ou por meio de abaixo-assinados com manifestações do episcopado, repúdio, admoestando a direção tomada. Embora claramente influenciadas não apenas pelo espírito da Teologia da Libertação, mas também pelo espírito do pontificado do Papa Francisco, não se trata de uma aderência da CNBB à oposição, ao contrário do divulgado pela TFP, CDB, *Opus Dei* e outras associações de leigos orientada à direita: faz parte do alinhamento com a Doutrina Social da Igreja Católica, e, portanto, são ações coerentes com o próprio caminho trilhado pela Igreja Católica (SOUZA, 2023, p. 170–172)

A título de experiência pessoal⁴⁸, era-nos e ainda é muito comum questionar a fiéis católicos tradicionalistas, que acreditam na necessidade premente de eleger um governante

⁴⁶ Trata-se de uma estrutura canônica assemelhada a uma diocese pessoal.

⁴⁷ É um outro tipo de estrutura canônica, que se assemelha a uma ordem religiosa, guardadas as devidas proporções dos votos professados.

⁴⁸ O autor desta dissertação foi ordenado presbítero (padre) da Igreja em junho de 2023 e, fora da academia, dedica-se a atividade de ministro de confissão religiosa. Dedicado a celebrar nos ritos antigos, como a forma extraordinária do rito romano (missa tridentina), tem intenso contato com fiéis católicos com tendências tradicionalistas, embora não coadune com seus pontos de vista a respeito da Igreja ou de sua missão política.

alinhado à Igreja, seus valores, e que esteja em comunhão regular, a razão de suas devoções particulares a Jair Bolsonaro e do ódio devotado a Lula. Ao questionar, sobretudo, perguntamos sobre o contraste de perfil religioso: Jair Bolsonaro, apesar de se dizer católico, é frequentador dominical de igrejas evangélicas; está com a sua comunhão suspensa, em virtude de ser divorciado da esposa com quem casou na Igreja e estar em segunda (aliás, quarta) união; e, em contrapartida, Lula é católico praticante, casou-se na Igreja Católica com as duas esposas (a primeira, de quem enviuvou, e a atual), e nunca manifestou adesão a outra fé. A resposta, diante do dilema, é sempre uníssona: a de que Lula seria comunista, e portanto, não poderia ser católico; e que, ao menos, Jair Bolsonaro estaria mais alinhado com os valores morais antigos do catecismo.

Por esta mesma razão, e por profunda influência das atividades panfletárias dos grupos religiosos vinculados à matriz de pensamento de Plínio Correia de Oliveira, do arcebispo D. Geraldo de Proença Sigaud S.D.V., do bispo D. João de Castro Mayer, de Olavo de Carvalho, e de outros próceres alinhados ao catolicismo tradicionalista, associaram-se a este bloco os fiéis da Renovação Carismática Católica (RCC) — que, diga-se de passagem, é tida como herética pelo próprio tradicionalismo, em virtude do ato de “falar em línguas”⁴⁹ (PEREIRA, 2009, p. 62–68). Esta intersecção se deu pela presença de padres tradicionalistas, com imensa popularidade e capilaridade porquanto influenciadores digitais, em meio às redes, canais de rádio e televisão vinculados à RCC, tais como o Padre Paulo Ricardo de Azevedo Júnior e o Padre Duarte Lara (WINK, 2021, p. 227–229).

A segunda parte, que também é de imenso relevo — a ponto de ser a parte mais visível, inclusive — deste bloco é a dos evangélicos calvinistas. Anteriormente alinhados, politicamente, ao petismo, o calvinismo — citamos, neste sentido, às igrejas presbiterianas, batistas e pentecostais, como a Igreja Presbiteriana do Brasil e a Igreja Evangélica Assembleia de Deus⁵⁰ — passou a se afastar paulatinamente ao privilegiar a discussão de pautas morais nas casas legislativas. A bancada evangélica, bloco parlamentar representante dos interesses destas igrejas, aderiu em massa à causa do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2015; aos protestos de rua mobilizados pelo cidadanismo orientado à direita, entre 2015 e 2018; e à causa

⁴⁹ A Renovação Carismática Católica estimula ao fiel, acreditando que isto é um contato íntimo com o Espírito Santo, a falar em línguas estranhas (língua dos anjos), como um exercício do dom da glossolalia.

⁵⁰ Convém notar, por exemplo, a trajetória dos deputados vinculados ao Projeto Cidadania da Assembleia de Deus, com mandatos diretamente dirigidos pelos gabinetes de seus pastores-presidentes (DE CARVALHO, 2015). Entre a 52ª e a 54ª Legislatura da Câmara dos Deputados (2003-2015), fizeram majoritariamente parte da base governista, associada à sustentação de governos petistas. A partir da 55ª Legislatura (2015 em diante), passou a compor os blocos diametralmente opostos ao Partido dos Trabalhadores

do bolsonarismo, desde o momento do lançamento da pré-candidatura de Jair Bolsonaro à presidência da República (QUADROS; MADEIRA, 2018, p. 499–508).

A tolerância entre campos que não se toleram, curiosamente, deu-se pelo chamamento à formação de uma coalizão política contra o “marxismo cultural” entre católicos e evangélicos de todos os matizes, sendo notável a influência dos vaticínios de Olavo de Carvalho, mas também de lideranças tradicionalistas católicas, à busca de uma aliança com evangélicos por sua combatividade política. Resultou frutífera, aliás, a tolerância: conviveram pacificamente, entre si, não apenas durante os protestos de rua, mas durante os quatro anos de governo, dividindo os espaços ministeriais e parlamentares, e a própria presidência da República — uma vez que, simbolicamente, Bolsonaro não se manifestava publicamente como católico ou evangélico, limitando-se a se dizer cristão (CAMURÇA; ZAQUIEU-HIGINO, 2020, p. 223–229)

Por fim, passou a compor o bloco religioso do bolsonarismo, também, uma terceira seção que, religiosamente, não dialoga com as demais. Trata-se do neopentecostalismo. O neopentecostalismo — muito comumente confundido com o pentecostalismo⁵¹ na academia brasileira que, sabe-se lá por qual razão, acredita que tudo que é prefixado por “neo” soa mais perverso, provavelmente pelo péssimo emprego da palavra “neoliberalismo” — representado por congregações como a Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Mundial do Poder de Deus ou Igreja Internacional da Graça de Deus, abandona a ascese e se afilia à teologia da prosperidade, estabelecendo finalmente uma concórdia entre os valores religiosos e os valores da modernidade consumista (CASARÕES, 2020, p. 10–11). Trata-se de um bloco que, anteriormente, alinhara-se publicamente ao petismo, sobretudo depois da expansão da classe consumidora pelo Programa Bolsa-Família (PAVEZ, 2023, p. 331–333).

O afastamento do neopentecostalismo de sua base política originária, o petismo, deu-se por duas razões. A primeira, mais óbvia, é pelo próprio projeto de poder evangélico, que passou, em busca do alcance de um país mais alinhado aos seus valores — e, por que não, à teocracia — a adentrar o terreno da guerra cultural, sob o exemplo de sua contraparte e acérrima inimiga, o catolicismo tradicionalista. Todavia, a razão de frente, que motiva os fiéis, é mais importante, embora não tão captada pela academia o quanto deveria: o entendimento de que a meritocracia, a competitividade e o avanço do consumo representam a presença da graça de

⁵¹ O pentecostalismo, majoritariamente representado no Brasil pelos ministérios diversos da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, acredita — à semelhança da Renovação Carismática Católica, que se espalhou no movimento pentecostal — na ação profética do Espírito Santo, manifestado por meio de profecias, milagres e pelo uso do dom da glossolalia. Preserva a ascese e o afastamento do mundo, típico do calvinismo, a quem se afilia.

Deus; porquanto o coletivismo e a assistência universal que dele deriva, impedem o implemento destes valores (SPYER, 2020, p. 152–153).

Em outros termos, trata-se precisamente da questão tratada por Weber (1988c, p. 163–206) em “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, mas aplicada à pequena escala das lanchonetes, mercearias e *lan-houses* das comunidades periféricas brasileiras: a graça de Deus, representada na prosperidade, é dada ao homem dedicado à mortificação corporal pelo trabalho. Quem não a recebe, portanto, é porque não se esforçou o suficiente. E, por incrível que pareça, este conflito nasce não na linha do anticomunismo religioso contra o suposto marxismo cultural, mais precisamente nas gretas ancoritas da Igreja: é oposto essencialmente à visão de que o Estado deve prover o cidadão de meios para se libertar da pobreza, incorporado à cartilha do Partido dos Trabalhadores jamais por socialismos de quaisquer espécie, mas pela Doutrina Social da Igreja por via das Comunidades Eclesiais de Base — esteio basilar do alvorecer do partido e, nos rincões de interior, espinha dorsal da agremiação até o presente — e da Teologia da Libertação.

Ademais, há uma questão de valores morais que incompatibilizam o eleitor neopentecostal do petismo, e que faz com que estes valores se alinhem ao bolsonarismo: a visão sobre a segurança pública e punitivismo. A este respeito, didaticamente, vaticina Juliano Spyer:

“Nessa visão protestante, a pobreza é um problema individual assim como o crime. Para eles, é a pessoa que decide se quer levar uma vida honesta ou se dedicar a ‘fazer o errado’. O argumento é que existem pobres que, apesar de sua condição, preferem manter distância ‘das tentações e da vida fácil’ do crime para continuarem trabalhando honestamente. Compete à pessoa escolher, e quem escolhe mal deve pagar por seus atos. Daí a defesa que aparece em alguns círculos evangélicos da redução da maioria penal e do fortalecimento de ações policiais repressivas” (SPYER, 2020, p. 152–153).

Por afinidades que se tocam nos extremos, seja pela questão doutrinária, moral, ou mesmo por visões de mundo que não coadunam necessariamente com aquela comportada pelo petismo, é compreensível a união pacífica entre religiões e tendências que, por décadas, politicamente se recusaram a conversar. Conversavam-se, ao menos, em projeto de poder. Todavia, é notável, dentro do escopo do bloco religioso, a presença de um grupo que, desinteressado de ingressar na dinâmica do poder — uma vez que há a crença de que este lhes

é naturalmente destinado, pelas profecias⁵² — jungiu-se ao bolsonarismo por questões intrínsecas à própria doutrina: a do espiritismo kardecista.

A grande aproximação do espiritismo àquilo que viria a formar, mais adiante, o bolsonarismo, se deu por meio do Movimento Nacional da Cidadania pela Vida, em contrariedade à descriminalização do aborto, e que contava com o apoio da Federação Espírita Brasileira (MIRANDA, 2014, p. 71). Até aqui, o espiritismo — em que pese a participação política de alguns de seus próceres, como o seu próprio patrono espiritual, Adolfo Bezerra de Menezes, que exerceu mandatos como deputado à época do Império — buscara se abster totalmente, enquanto religião institucionalmente organizada por sua Federação, da participação política ativa (SIGNATES, 2019, p. 142–147). A possibilidade do avanço parlamentar do debate sobre o aborto, todavia, ancorou-lhes para a vida política, mobilizando iniciativas que resultaram, inclusive, na eleição de um senador vinculado à campanha antiabortista do espiritismo, Eduardo Girão (SOUZA; TORRES, 2022, p. 228).

Paulatinamente, lideranças espíritas em convenções religiosas, que jamais tinham-no feito, passaram a se posicionar politicamente. O grande ponto de inflexão se deu em 2018, após Divaldo Franco — médium baiano do Centro Espírita Mansão do Caminho, considerado sucessor da liderança de Chico Xavier — durante a realização de palestras públicas, declarar-se contrário à ideologia de gênero; apontar a ideologia de gênero como uma obra de Marx; manifestar seu repúdio ao *kit gay*⁵³; e cancelar integral apoio a Sérgio Moro, então juiz federal responsável pelos processos que envolviam a Operação Lava-Jato (SIGNATES, 2019, p. 147–148). Tais manifestações incensaram eleitores espíritas, que, além de compreenderem ser o momento de ingressar na luta política de fundo religioso, à semelhança de católicos e evangélicos, passaram a difundir as mensagens de Divaldo Franco como um convite a aderir à campanha de Jair Bolsonaro (SIGNATES, 2019, p. 148; SOUZA; TORRES, 2022, p. 231).

A este respeito, nem mesmo a desautorização a Divaldo Franco, agravo divulgado por outros líderes espíritas desinteressados na perigosa mescla entre religião e política, surtiu efeitos: mais da metade do eleitorado espírita embarcou na onda eleitoral do bolsonarismo, sendo o restante diluído entre candidatos de menor expressão no pleito de 2018 (SIGNATES, 2019, p. 149–150; SOUZA; TORRES, 2022, p. 232). À equivalência de padres e pastores que fizeram uso do púlpito religioso para vocalizar seu apoio a Bolsonaro e suas posições, diversos

⁵² Referimo-nos, aqui, às psicografias, ditas comunicações autorais da espiritualidade desencarnada, isto é, morta, por meio de um médium hábil em transcrevê-las.

⁵³ Trata-se o *kit gay* de uma fraude política em que, supostamente, uma cartilha para estimular a sexualidade precoce em crianças seria distribuído aos auspícios do Ministério da Educação. Propagada por Jair Bolsonaro desde 2011, foi uma mentira amplamente difundida ao longo da campanha eleitoral de 2018.

médiuns de expressão, com apoio da Federação Espírita Brasileira — incluindo-se aí o supramencionado Divaldo Franco — passaram a publicar “psicografias”, nas quais espíritos superiores repetiam *ipsis litteris ipsis verbis* manifestações do então Presidente da República e seu círculo político, seja a respeito da ideologia de gênero, da não-vacinação, da culpabilização da China porquanto vetor proposital da Covid-19, da defesa do tratamento precoce com medicações comprovadamente ineficazes, e enaltecimentos abertos a Jair Bolsonaro e Donald Trump porquanto missionários da espiritualidade superior em um mundo de regeneração (SOUZA; TORRES, 2022, p. 232–234).

Derivadas das crenças religiosas destes membros do bloco informal — isto é, católicos tradicionalistas, sedevacantistas, carismáticos, protestantes calvinistas, pentecostais e neopentecostais, e, por fim, espíritas — inúmeras manifestações de caráter messiânico ou profético tomaram lugar. Estas manifestações ocorreram a todo o tempo, do nadir ao zênite do bolsonarismo. Desde profecias do Espírito Santo, que dariam a Bolsonaro o múnus da presidência eterna, até a proclamação de que o então Presidente era a reencarnação do imperador Pedro II, muitas foram as declarações sobrenaturais que o colocavam como, para além de cabeça-política, um sujeito infalivelmente guiado pela divindade. Sobre isto, falaremos mais adiante, ao tratarmos da dissonância cognitiva na massa.

Apresentamos, até aqui, apenas uma faceta do amplo bloco de alianças que formou o bolsonarismo, unindo adversários religiosos históricos ao redor da mesma causa. Contudo, esta união não se deu apenas no campo da religião. Adversários no escopo do bloco parapolítico — referimo-nos, nestes termos, aos *think tanks* de diversas matizes — também afiançaram suas credenciais em nome do bolsonarismo. Neste ponto, não apenas falamos de liberais, libertários e conservadores, a quem parcela significativa da população confunde e toma por iguais. Tratamos, também, de parcelas inesperadas. Quem, ao observar as manifestações bolsonaristas de rua, não se deparou com centenas de pessoas enroladas à bandeira do Brasil império, com a coroa imperial e a esfera armilar ao centro do brasão? É que, apesar do desprezo notável à república, o movimento monarquista, cuja presença majoritária se faz nas redes sociais, também adotou ao bolsonarismo como novo estandarte.

O primeiro e mais importante *think tank*, neste sentido, é o Instituto Liberal, de quem descendem boa parte das iniciativas associativas em defesa do liberalismo econômico no Brasil, como informam em seu próprio site: dele derivam grupos como o Instituto Mises Brasil, o Instituto Liberdade, o Instituto Millenium, o Instituto Liberal do Nordeste e o Instituto Ordem Livre. Ademais, em seus conselhos, constam grandes figuras da própria base fundamental do bolsonarismo, como Ricardo Vélez Rodríguez, que foi ministro da Educação no primeiro ano

do governo Bolsonaro, e Salim Mattar, que exerceu o cargo de secretário de Estado Especial das Privatizações (INSTITUTO LIBERAL, [s.d.]).

A influência do Instituto Liberal na formação da massa bolsonarista é especialmente notável quando compreendemos que, desde suas iniciativas de doutrinação, círculos de palestras, publicações, editoriais, e mesmo sua presença digital, toda uma massa de autoproclamados liberais — haja vista de que é incompatível, de certo modo, coadunar liberalismo ao vezo autoritário (SANTOS; MACIEL-BAQUEIRO, 2023, p. 173–178) — foi formada. Nomes como o de Rodrigo Constantino, um dos mais radicais defensores do governo Jair Bolsonaro na imprensa, surgiram desde os seus quadros. De suas iniciativas formativas, diga-se de passagem, é que nasceram tantos outros grupos de quem trataremos adiante, aquando falarmos das organizações políticas, como o Movimento Brasil Livre (WINK, 2021, p. 253).

Trata-se de uma influência que não nasceu das sedes físicas ou das ruas, mas do ambiente digital. Muito embora o Instituto Liberal e seus congêneres tenham, por meio de suas publicações, rompido inúmeras barreiras, é das redes sociais a responsabilidade por romper o *cordon sanitaire* imposto pela esquerda ao pensamento conservador nas universidades e junto à juventude. Das comunidades no *Orkut* e dos grupos do Facebook, por exemplo, é que a direita se organizou pela primeira vez em décadas para eleger chapas aos Diretórios Centrais de Estudantes (DCE) e Diretórios e Centros Acadêmicos (DA; CA) de universidades públicas. Deste modo é que surgiram, por exemplo, iniciativas como a Aliança pela Liberdade, que elegeu — e, destarte, permanece elegendo — uma chapa à direita para o DCE da Universidade de Brasília, em 2011 (GABRIEL; AGUIAR, 2018).

Iniciativas semelhantes, também, ocorreram em universidades de todo o Brasil, como a Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal Tecnológica do Paraná, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (*id.*, *ibid.*), Universidade Federal do Vale do São Francisco e a própria UFBA, que também conta com um próprio movimento orientado à direita a disputar continuamente chapas do DCE e, até onde se sabe, do CA da Faculdade de Direito. Antes autóctones, sem participação de partidos políticos ou de instituições maiores, mormente com poucos filiados a organizações partidárias, boa parte destas iniciativas encontram-se abraçadas, nos dias de hoje, pelo movimento *Students for Liberty* (SFL) Brasil, vinculado ao Instituto Liberal.

Outro grupo a ganhar impulso desde a internet e a conquistar parcelas que formariam, futuramente, o bolsonarismo, é o dos defensores da monarquia. Muito embora houvesse uma defesa da monarquia muito incipiente entre os círculos do catolicismo tradicionalista e sedevacantista, o debate sobre o retorno à forma de Estado anterior à do golpe de 1889,

impulsionado pelo plebiscito de 1993, ganhou alguma relevância no imaginário político brasileiro (BILUCZYK, 2020, p. 193–194). Todavia, passado o plebiscito, somente com o advento das redes sociais é que se passou a perceber a existência de uma minoria visível, mas defensora da monarquia.

Organizações monarquistas, como lista Georg Wink (2021, p. 245–251), existem desde o início da Nova República: grupos como a Associação Pró-Monarquia, de 1990, vinculada diretamente ao ramo de Vassouras da Casa Imperial⁵⁴; ou o Instituto Brasil Imperial, de 1994; ou o Instituto Cultural D. Isabel I, a Redentora, de 2001, foram organizados entre os círculos mais próximos dos descendentes da elite do antigo império. Todavia, desde iniciativas surgidas das próprias redes sociais, e não raramente por influência do pensamento de Olavo de Carvalho, outras organizações fora do controle do séquito da família imperial surgiram, como o Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos, o grupo “Causa Imperial”, o Círculo Monárquico Brasileiro, e o Burke Instituto Conservador (*id.*, 2021, p. 246). São dessas organizações, surgidas por iniciativa popular na internet, que se formou uma massa relevante de jovens e adultos monarquistas — com certa penetração, inclusive, nos demais blocos — que se tornaram próximos do bolsonarismo, à medida em que o tempo transcorreu rumo a 2018.

Outro grupo extremamente importante para a conformação de demandas da massa que se tornaria bolsonarista foi aquele que se associou em torno do Movimento Escola Sem Partido, que passou a difundir a tese de que, às escolas, crianças e adolescentes estariam sendo doutrinadas para a recepção de valores intrinsecamente ligados — segundo o próprio movimento, frise-se — ao petismo, como a liberação sexual e sexualização da infância, rejeição de valores religiosos e conversão à defesa do socialismo como proposta do ensino básico (ROCHA; SOLANO; MEDEIROS, 2021, p. 131–132). A iniciativa deste grupo, que contava com a participação de outras tantas associações do bloco parapolítico e religioso, mas também do bloco essencialmente político, é que avançou rumo ao eleitorado a ideia de que o *corpus* pedagógico do ensino básico deveria ser rejeitado porquanto ilegítima doutrinação (CAPAVERDE; LESSA; LOPES, 2019, p. 209–2014).

Do bloco parapolítico, centrado em iniciativas de difusão de certo pensamento político, é que se partiu para a ação. Por exemplo: desde a formação ofertada pelo Instituto

⁵⁴ A Casa Imperial do Brasil, formada pelos descendentes do imperador Pedro II, é dividida em dois ramos que disputam, entre si, a sucessão da pretensão ao trono inexistente: o ramo de Vassouras, tido como legitimista, é formado majoritariamente por membros e ex-membros da TFP, como os Príncipes Luiz Gastão (1938-2022) e Bertrand de Orléans e Bragança, que seriam, tivesse a monarquia sido mantida intacta, imperadores do Brasil; e, o ramo de Petrópolis, formado por membros de personalidade mais liberal e afeita ao comércio, sem vinculações com o tradicionalismo ou sedevacantismo católico.

Liberal, passando pela participação no movimento estudantil do SFL Brasil, é surgiu o Movimento Brasil Livre (MBL), a associação Livres, e outros blocos que foram cerrar fileiras com o bolsonarismo em 2018 e adiante. Desde a influência avulsa dos movimentos religiosos, dos movimentos monarquistas e das leituras do próprio Olavo de Carvalho, para além da própria experiência do MBL, surgiram grupos como o “Revoltados Online” e “Vem pra rua”, que fizeram toda a diferença para a formação do bolsonarismo. Centremo-nos, antes de mais nada, no MBL, mais expressivo destes movimentos políticos, embora não seja o pioneiro.

O Movimento Brasil Livre nasceu formalmente em 2014, no esteio dos resultados do processo eleitoral para a presidência da República, tendo por base política a defesa do liberalismo econômico e o antipetismo (BARON, 2019, p. 193–194). Embora objetivasse sempre mobilizar pessoas à rua, foi por meio de suas páginas nas redes sociais e de seus atos, sempre gravados em vídeo, mobilizando o público contra iniciativas que feriam a moral reacionária — como a revolta promovida a respeito de uma exposição de arte em Porto Alegre, a *Queermuseum*, em que figurava um artista plástico nu (FIDELIS, 2018, p. 419–420)— e se infiltrando em iniciativas da esquerda para gerar vídeos provocativos (WINK, 2021, p. 253).

Muito embora outros movimentos igualmente relevantes para a formação do bolsonarismo tenham sido pioneiros, com relação ao tempo de seu surgimento, nenhum logrou tanto êxito quanto o MBL em mobilizar o público. Aliás, diga-se de passagem: grupos como o Vem Pra Rua e o Revoltados Online, anteriores ao MBL, tiveram o seu apogeu ao juntar forças nos movimentos preconizados pelo primeiro, como nos protestos contra a suposta fraude na reeleição de Dilma Rousseff (2014), a favor do *impeachment* (2015-2016), ou na dita “Marcha para a Liberdade” — preconizada pelo MBL — e o subsequente acampamento no gramado do Congresso Nacional.

A respeito deste último evento, narramos a nossa experiência pessoal, como uma espécie de minidiário de campo, para que fique conhecido o grande momento do intercâmbio e conagração de todos os movimentos que desembocaram no bolsonarismo, antes de retomarmos as citações acadêmicas. Citamos o evento de memória, desde as nossas impressões desenvolvidas à época. A este respeito, narramos o seguinte: à época, fomos convidados por um deputado federal do PSDB⁵⁵ — que nos contratou, para tal feito — a viajar para Brasília, em um ônibus financiado por ele, repleto de membros de uma organização não-governamental

⁵⁵ Convém-nos não relatar o nome do ex-parlamentar, que não se reelegeu na legislatura seguinte, por conta do NDA (*non-disclosure agreement*) assinado. A experiência, contudo, passados quase 9 anos do evento, é factível de ser relatada.

chamada Prohumano, para observar o acampamento e relatar a viabilidade de captação de membros do MBL àquele partido. Chegamos ao acampamento em 30 de maio de 2015.

Muito embora o MBL fosse a grande estrela do acampamento, fizeram-se presentes muitas outras organizações e pessoas independentes de grupos formais. Acampados em frente ao espelho d'água do Congresso Nacional em centenas de barracas, sob proteção da Polícia Legislativa, havia tendas de suporte dos movimentos Revoltados Online, Vem Pra Rua e do próprio MBL, além de uma grande cozinha, estabelecida sob três tendas. Flamulando presas às barracas, eram muitas as bandeiras do Brasil Império. Quando chegamos e estabelecemos contato com as lideranças, designaram-nos a fazer a ronda noturna do acampamento, porque eram constantes as invasões por transeuntes curiosos e opositores políticos.

Tivemos a oportunidade de conversar com muitos participantes aleatórios do acampamento. Uma delas, relatou-nos ter vindo do interior de Minas Gerais, recebendo uma doação em dinheiro de um vereador de sua cidade, filiado ao antigo PRP⁵⁶, e tendo se demitido de seu emprego para vir acampar. Outro, um jovem bibliotecário de Pernambuco, na casa de seus 20 anos, relatou-nos defender o ideário do liberalismo econômico e da restauração da monarquia, à semelhança dos relatos de Georg Wink (WINK, 2021, p. 253–254).

Entre o descampado do Congresso Nacional, separados por um trecho de rua — onde se encontram as bandeiras dos estados da federação — encontravam-se acampados, aproveitando o ensejo da presença do MBL, os militantes pela “intervenção militar”, que somente chamariam a atenção da imprensa e da academia depois da tomada de poder do bolsonarismo. Eram, em números, muito maiores do que os membros dos outros movimentos somados. O MBL teve o cuidado, à altura, de se dissociar completamente deles, requerendo que acampassem do outro lado da rua. A grande marca deste acampamento dos militantes pela intervenção militar era um boneco inflável imenso, de 12 metros de altura, com a figura do general Hamilton Mourão (ÉBOLI, 2015), que viria a ser vice-presidente da República no governo Bolsonaro.

As chamadas, como nos quartéis; os hinos e as marchas militares eram constantes no outro acampamento — o dos “intervencionistas”, como se faziam ser chamados. Por tentarem constantemente, principalmente nos horários de maior movimento, invadir o Congresso, como ocorreu no 8 de janeiro, os intervencionistas eram constantemente monitorados pelo MBL, a pedido da Polícia Legislativa. Fazendo parte da ronda do acampamento, no período em que estávamos, fomos incumbidos de travar relações com as cabeças dos intervencionistas e lograr

⁵⁶ Partido Republicano Progressista, dissolvido em 2019.

um clima de pacificação. Neste sentido — e por logo me identificarem como aquilo que chamariam de “patriota”, por estar no outro acampamento — éramos constantemente convidados para comer churrasco com os intervencionistas, onde aproveitamos a preciosa oportunidade para entrevistá-los e compreender quem eram e o que lá faziam.

A maioria, senão quase todos, em que pese estarem vestido trajes distantemente militares, camuflados, boinas, e praticarem diversas vezes ao dia a ordem unida sob apitos, não passaram pelo serviço militar. Havia um número razoável de jovens, mas a grande maioria dos membros deste acampamento era de senhores na faixa dos 40 a 50 anos, de classe-média baixa. Era constante, como se viu em outros acampamentos deste gênero após a eleição de Bolsonaro, a difusão de informações falsas sobre a mobilização imediata de militares para a tomada do poder, sob invocação do art. 142. Em uma ocasião, a 30 de maio de 2015, os intervencionistas se organizaram para invadir o espelho d’água do Congresso e entrar no prédio: não seguiram adiante porque um cordão humano do MBL os impediu.

O clima, contudo, não era inteiramente pacífico em ambos os acampamentos. Por exemplo: à madrugada entre 30 e 31 de maio, alguns insones se juntaram para fazer uma roda de violão. Marcello Reis, que era a principal liderança do Revoltados Online, ao chegar do lugar onde se hospedava — boa parte dos principais nomes do movimento não acamparam, de fato, ali, estando hospedados alhures; somente os “peões”, digamos, é que acampavam — expulsou os violeiros a gritos e ameaças, acusando-os de serem petistas infiltrados.

O grosso das pessoas com quem conversamos, em meio a esta experiência, e em que pese a repetição *ad nauseam* do preceito de que ali estavam “em busca de um Brasil melhor”, relatava interesse em uma eventual candidatura à vereança de seus municípios de origem. Em verdade, essa era a grande motivação dos que se mobilizaram a Brasília, sobretudo no caso dos militantes avulsos, sem um grupo prévio: encaixar-se e enquadrar-se em um movimento que lhes desse suporte, eventualmente, nas suas escaladas pessoas em suas cidades, e em suas aspirações sob a bandeira do antipetismo. Foi isto, precisamente, o que relatamos ao nosso contratante, findada a nossa experiência em 4 de junho de 2015, quando retornamos a Salvador.

Findo o diário de campo, que julgamos importante trazer a este contexto porque somente a experiência pessoal poderá narrar o grande encontro de forças que resultariam no pacto bolsonarista, em vista da ausência de relatos semelhantes, convém-nos relatar sobre duas outras organizações políticas que ganhariam especial relevo no período imediato e subsequente à reeleição e impeachment da presidente Dilma Rousseff: o movimento Livres, nascido como uma tendência interna do Partido Social-Liberal; e, o Partido Novo.

O Livres nasceu como uma tendência interna do Partido Social Liberal (PSL), controlado por Luciano Bivar desde a sua fundação. Sob a chefia de seu filho, Sérgio de Petribu Bivar, supostamente tomaria o controle do partido no ano de 2018, quando passaria a ser o primeiro partido liberal do país a defender o binômio liberdade econômica—liberdade de costumes. Menos pelo interesse em constituir um “partido liberal por inteiro”, como se autopropagandeava o Livres àquele tempo, e mais pela oportunidade de se construir porquanto liderança política, muitos daqueles que viriam a compor as fileiras bolsonaristas no futuro, especialmente entre universitários e iniciantes na vida eleitoral, juntaram-se àquela tendência interna do PSL (ABRANTES, 2018).

A priori, o Livres pretendia se cimentar politicamente com a eleição de vereadores em 2016 e com a migração de deputados federais de outras legendas, alinhados politicamente ao liberalismo, à sua tendência partidária (ALVIM, 2018). Embora muitos militantes demonstrassem tendências absolutamente iliberais, como contrariedade à união homoafetiva, à descriminalização do aborto e das drogas, *exempli gratia*, eram tolerados, mantidos e promovidos dentro da tendência interna partidária, que se pretendia consolidar como a reconfiguração do PSL em 2018. Eram justamente que criticavam a própria agremiação de que faziam parte, juntando-se àqueles protobolsonaristas à altura, nos meios digitais, ao chamar o Livres de “PSOL roxo”, em referência à cor violeta assumida pela estética da tendência. Casos como o da pediatra Mayra Pinheiro, que se notabilizou à época da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a COVID-19 com o epíteto de “Capitã Cloroquina” (MARIZ, 2021), se incluem entre os membros do Livres que integravam o movimento com o intuito de viabilizar suas candidaturas — tendo ela, sem êxito, se lançado como alternativa do movimento ao Senado Federal pelo Ceará em 2018.

Contudo, em 2018, foram abortados os planos para constituir o Livres em um partido de seu próprio direito sob as bases jurídicas do PSL. Em janeiro, Luciano Bivar, então presidente da nanica legenda sob projeto de transformação, acertou a cessão da legenda — à revelia do próprio Livres — para que Jair Messias Bolsonaro se candidatasse à presidência e, subsequentemente, para que fosse o novo porto-seguro oficial das candidaturas proporcionais e executivas do bolsonarismo (PRADO, 2019). Por esta razão, o movimento abandonou o PSL, dizendo-se igualmente antibolsonarista e antipetista, proclamando-se uma nova associação suprapartidária (FERREIRA, 2018). Não foi, todavia, o que aconteceu.

As candidaturas apadrinhadas pelo Livres às assembleias estaduais e governos majoritariamente caminharam com Bolsonaro em sua escalada rumo ao poder. De mesmo modo, depois de eleito o recém-filiado ao PSL à presidência da República, motivo oficial da

saída do Livres de seu partido de origem, seus parlamentares se vincularam à incessante defesa do bolsonarismo nas assembleias e câmaras de que faziam parte, majoritariamente. Foi o caso de Tiago Mitraud, Franco Cartafina, Eduardo Cury, Vinicius Poit e Pedro Cunha Lima, deputados federais; ou de Júlia Lucy, deputada distrital, que conseguiu a proeza de ser impedida de candidatar-se à reeleição pelo NOVO — uma das legendas envergonhadas de sustentação do bolsonarismo — por defender a “intervenção militar” (GIOVANNI, 2022), mas que jamais sofreu qualquer constrangimento de se pronunciar em nome do Livres, saindo do movimento apenas por vontade própria.

Essencialmente, o Livres compôs uma ala envergonhada do bolsonarismo porquanto este esteve em sua escalada ou na luta pela sua manutenção no poder. Às eleições de 2018 e de 2022, não recomendou abertamente o voto em Bolsonaro, deixando os seus filiados livres para escolher: todavia, a recomendação oficial era a de não votar em Haddad ou Lula, respectivamente, conforme o período eleitoral. Suas discordâncias quanto ao bolsonarismo não estavam nas medidas tomadas ou na essência do que representava este movimento, mas apenas no modo de se expressar: fosse Bolsonaro, por exemplo, mas afeito a um linguajar público de alto substrato, sê-lo-ia adequado.

Convém, ao lembrarmos do Livres, falarmos da legenda política com quem, *a priori*, rivalizava, e que depois se tornou o principal abrigo partidário de seus membros: o Partido NOVO. O NOVO é uma legenda nascida em 2011 da iniciativa de executivos do Itaú Unibanco, conglomerado bancário, como João Dionísio Amoêdo, que foi lançado candidato à presidência da República pela legenda em 2018. Registrado oficialmente em 2015, rejeitava oficialmente as quotas do fundo partidário e se mantinha com doações e mensalidades dos filiados — *via de regra*, eleitores de classe média alta, vinculados às profissões liberais e ao empreendedorismo — defendendo o liberalismo estritamente econômico.

Muito próximos do bolsonarismo em pensamento moral e, parcialmente, no ideário econômico — é importante ressaltar que o governo de Jair Bolsonaro esteve muito mais distante de medidas economicamente liberais do que as gestões de Lula da Silva ou Cardoso, por exemplo — a base partidária sempre esteve presente nos movimentos de rua que descambariam no amplo arco bolsonarista. Todavia, a adesão completa do NOVO ao bolsonarismo, em que pese a defecção de algumas de suas lideranças à candidatura presidencial de Amoêdo ainda à primeira volta, somente dar-se-ia no segundo turno de 2018.

Após as eleições, mesmo contra a vontade dos fundadores da agremiação, a legenda guinou em uma caminhada reta rumo à total adesão aos propósitos do bolsonarismo, buscando fundir-se ao seu corpo místico. Seu fundador, João Amoedo, foi expulso do Partido Novo por

colocar-se enquanto oposição ao governo de Jair Bolsonaro e apontar que Lula da Silva teria uma presidência muito menos danosa econômica e sanitariamente (SAPIO, 2023). Sua principal liderança política, Romeu Zema, governador de Minas Gerais, aderiu integralmente à bandeira do bolsonarismo, e ainda busca, no presente momento, consolidar-se como grande alternativa política antipetista no cenário eleitoral futuro. Seus deputados e senadores, dentre os quais mencionamos o deputado federal Marcel van Hattem e o senador Eduardo Girão, dedicaram-se à sustentação parlamentar de Jair Bolsonaro e à defesa, após a derrota eleitoral de 2022, de seu patrimônio político.

Desfilados, estes são os ingredientes tradicionais da massa de militantes que forjou o bolsonarismo, desde o bloco religioso ao dos *think tanks*, passando pelas organizações parapolíticas e políticas. Falta um importante componente, todavia, para que entendamos como o bolsonarismo se consolidou como o maior movimento de massas à direita da história política da América Latina: compreendermos como as pessoas avulsas, sem ligação anterior com o debate político ou mesmo interesses imediatos, tornaram-se pernas e braços do corpo místico que tem a Jair Bolsonaro como sua cabeça. Falemos deles doravante, ao dissertarmos sobre como os ingredientes da massa, tão heterogêneos entre si, foram homogeneizados e transformados numa massa crescente.

Homogeneização do heterogêneo: o crescimento da massa

É nesta fase, que se torna mais ativa a partir de 2016, em que potenciais movimentos populistas, distintos entre si e ligados somente pelo antipetismo e questões colaterais, passam a transitar rumo a uma unidade, alargando suas bases para além das fronteiras imaginadas. Em outros termos: é neste momento em que, de ideólogos, conspiradores e sonhadores, presentes tão somente em *think tanks*, partidos e grupos religiosos, por assim dizer, a massa começa a se expandir, incorporando elementos impensáveis no cenário político. Isto é, passam a compor o escopo daquilo que o bolsonarismo se tornaria, por exemplo, o aposentado que reclama da desvalorização de sua pensão na fila da lotérica; o pequeno merceeiro da periferia; a dentista e sua assistente, conversando com seus pacientes, em um pequeno consultório do centro de sua cidade-média. A expansão desta massa se deu pelo bom emprego de um fermento: as redes sociais.

Este momento coincide com a expansão das ofertas de planos de crédito para telemóveis com navegação gratuita em redes sociais, que explodem grupos de *Facebook*, por iniciativa própria e aleatória de anônimos — à primeira vista, é claro — como “General Mourão, salve o Brasil do comunismo!”, ou “Intervenção militar constitucional já!”, com postagens feitas em programas básicos como o *Windows Paint* ou o *Canva*, e curtos textos em caixa alta do início ao fim. A maior parte das postagens compartilhadas nestes grupos, diga-se de passagem, eram oriundas de páginas pessoais que se vincularam, oportunamente, como apoiadores de Jair Bolsonaro em seu pleito.

Tratava-se de conteúdos chamativos que apelavam à economia do ódio. Dentre as 115 páginas da órbita bolsonarista com o maior alcance e número de compartilhamentos de postagens em 2018, que invariavelmente eram destinados às comunidades do *Facebook*, por exemplo, 23% do seu conteúdo mais encaminhado versava sobre antipetismo e antipartidarismo; 15% se opunha à mídia e, em especial, às Organizações Globo⁵⁷; 13% contra o feminismo e o comportamento feminino contemporâneo; e, em menor grau, mas não menos importante, sobre urna eletrônica, corrupção, sexualização da infância, armamentos, segurança pública e punitivismo contra a criminalidade, a favor da homofobia e da desburocratização (ORTELLADO; RIBEIRO, 2018, p. 2). Indistintamente, quase todos os tópicos foram tratados com uso de linguagem simples e chamativa, ausentando-se de debates econômicos e focando em questões como corrupção moral, sempre associada, nelas, à esquerda (*id.*, 2018, p. 2-3).

Para além das páginas que, à altura, compunham o universo do bolsonarismo, a que mais compunha o escopo do compartilhamento nos grupos do *Facebook* era a do próprio líder do movimento. A agenda da página de Bolsonaro tinha algumas prioridades diferentes dos perfis paralelos, que buscavam tratar de assuntos que, colateralmente, não eram manifestados à exaustão por sua candidatura. *A priori*, 61% dos posts compartilhados eram de mensagens de apoio à candidatura, especialmente depois do atentado sofrido em Juiz de Fora, Minas Gerais, à reta final da campanha. Para além destes, 31% versavam sobre supostas fraudes na urna eletrônica, sexualização da infância, feminismo, antipetismo e antipartidarismo (*id.*, 2018, p. 4). Nessas postagens, a maior parte do conteúdo estava em vídeos (*id.*, *ibid.*). Há uma razão para tal, que explicamos adiante.

⁵⁷ Maior rede de televisão, editoras, jornais e rádios do país. Fundado em 1925, sempre representou as aspirações da classe-média, sendo eventualmente acusada de agir contra os interesses populares pela esquerda e pela direita, seja pelo seu apoio editorial ao golpe de 1964, à lei da anistia de 1979, à redemocratização do Brasil no início da década de 1980, à candidatura de Fernando Collor em 1989, ou pela postura crítica a todos os governos — incluindo-se aí o do presidente Collor — a partir deste ponto.

O *Facebook*, bem como seus perfis políticos e comunidades, não servia, salvo melhor juízo, enquanto ponto de encontro e ágora pública. Era, mais, um repositório de conteúdo partilhável, à maneira do *YouTube*, que era a principal plataforma para a obtenção de vídeos (PIAIA; ALVES, 2020, p. 145). Desde as páginas é que se fazia o download de conteúdo em imagens e vídeos simples para partilhamento à verdadeira ágora descentralizada, que era a dos grupos de *WhatsApp*, fundamentais para a informação e contrainformação na campanha de Jair Bolsonaro (CHAGAS; MODESTO; MAGALHÃES, 2019, p. 2). Tratavam-se de grupos administrados, em círculos concêntricos de proximidade, por indivíduos que ativamente participavam da pré-campanha do candidato, muitas vezes utilizando-se de mais de um *chip* e de mais de uma identidade digital, como espécies de pequenos comitês de campanha, à semelhança da estratégia adotada pela primeira campanha de Donald Trump (PIAIA; ALVES, 2020, p. 136–137).

Tais círculos concêntricos continham as seguintes camadas, em ordem decrescente de centralidade: grupos oficiais, com a presença do candidato ou de seus representantes diretos; grupos oficiosos, com partilhamento de conteúdo por seus gestores, presentes na camada imediatamente superior; grupos de militância, em que os gestores dos grupos acima partilhavam conteúdo e discutiam com membros mais ativos em engajamento na campanha; redes pessoais, em que os membros mais ativos recrutavam pessoas de seu conhecimento imediato para partilhar informações e consolidar estratégias de convencimento; e grupos de partilhamento de mídias, em que vídeos e *links* oriundos de outras plataformas da *internet* eram partilhados, desde seus repositórios anteriores (CESARINO, 2018, p. 4–7). Deste modo, constituiu-se um universo em que as hierarquias se tocavam e em que o potencial de viralização e controle do conteúdo era imenso (PIAIA; ALVES, 2020, p. 141–142).

Às vezes, um único usuário era responsável pelo compartilhamento da mesma mensagem, em mais de um turno por dia, em centenas de grupos diferentes (CHAGAS; MODESTO; MAGALHÃES, 2019, p. 11–12). Para alguns grupos, os 100 usuários mais ativos eram responsáveis por 41% de todas as mensagens, obtendo seu conteúdo desde outro grupo que agia como parte imediatamente superior do círculo concêntrico; e, ademais, alguns outros usuários atuavam como elementos de conexão entre os demais grupos, sobretudo para conter, entre os eleitores que buscavam informações por meio da plataforma do *WhatsApp*, eventuais danos à imagem do candidato (PIAIA; ALVES, 2020, p. 138–141).

Chama-nos especialmente a atenção o fato de que conteúdo partilhado nos grupos de *WhatsApp*, mesmo em vídeo, utilizava a linguagem dos *memes*. O *meme* é uma linguagem que, por sua facilidade de reprodução, chama o indivíduo à ação, seja de forma bem-humorada, seja

pelo sintetismo. Para a campanha de Jair Bolsonaro, serviu como uma ferramenta de campanha negativa, instando o eleitor a se aprofundar no antipetismo e temer a ação do PT, sobretudo pelo vínculo forçado às ditaduras latino-americanas de esquerda, como Cuba ou Venezuela (CHAGAS; MODESTO; MAGALHÃES, 2019, p. 3). É, em verdade, uma retroalimentação da ideia antipetista de uma possível venezuelização do Brasil, estabelecida durante a campanha eleitoral de 2010 por José Serra, reforçada pela campanha de Aécio Neves em 2014, e ultrapotencializada pelos movimentos parapartidários que alimentaram o debate político desde aquele ponto (*id.*, 2019, p. 6).

Dessarte, como parte da estratégia da movimentação da economia do ódio, o uso da linguagem dos *memes* era perfeita pela liquidez, obedecendo o seguinte rigor: era preferível o conteúdo audiovisual ao conteúdo escrito; virulento, como chamada à ação, em vez de moderado; e personalizado, por meio de canais e páginas pessoais de influenciadores, mesmo os de menor relevância, do que de movimentos anônimos (PIAIA; ALVES, 2020, p. 145). Muito por isso, o *YouTube* concentrava a maior parte dos *links* trocados entre usuários desses grupos de *WhatsApp*, porquanto o *Facebook* era a fonte meramente do usuário com maior propensão à leitura (*id.*, *ibid.*). Páginas vinculadas a jornais e organizações, quando não se tratavam daquelas tradicionalmente ligadas à órbita bolsonarista — como o famoso site distribuidor de notícias falsas “O Jornal da Cidade Online”, de José Pinheiro Tolentino Filho, jornalista vinculado à estratégia de militância da campanha de Jair Bolsonaro (REBELLO, 2020) — tiveram seus *links* encaminhados para ataques de turba, sobretudo às caixas de comentários (PIAIA; ALVES, 2020, p. 144–145).

Com a estratégia dos círculos concêntricos de militância no *WhatsApp* chegou-se, por fim, à despersonalização — quanto ao candidato, que não era o responsável direto pelo corpo-a-corpo digital, ainda que se encontrasse nos grupos digitais ao topo em pessoa — e repersonalização da campanha. Em outras palavras, não era apenas o próprio Bolsonaro quem pela campanha respondia, mas todos os envolvidos, incluindo-se aí os grupos de interrelações pessoais. O gestor de um grupo de *WhatsApp* que incluísse a seus familiares e amigos, por exemplo, era, pela transubstanciação do corpo místico, o próprio Bolsonaro, e por ele respondia. Isto levava, por exemplo, à personalização completa, desde o militante, das propostas da candidatura.



Figura 4 — Proposta de campanha despersonalizada, lançada em grupos de *WhatsApp*.

Assim, o militante extraordinário, convocado desde sua vida privada à pequena ágora pública dos grupos particulares, uma vez investido da personalidade do próprio Jair Bolsonaro, passou a creditar à campanha a resolução de suas próprias questões. Falamos, hipoteticamente, das personagens comuns acima, como o aposentado das filas da lotérica, o pequeno comerciante e a irmã pentecostal participante do círculo de oração — posto que todas as pessoas com um mínimo de vivência real fora da bolha do academicismo conhecem, ao menos, um ou dois exemplares dos atingidos por esta campanha. Exercitemos agora, brevemente, a imaginação, com o fito de compreendermos este mecanismo em ação.

O merceeiro periférico, que sofre com os problemas da criminalidade e da drogadição em sua zona comercial, a partir do momento em que se tornou outra pessoa, una e binária com o corpo místico de Bolsonaro, passa a dizer aos seus pares: “com Bolsonaro presidente, vamos exterminar a bandidagem do nosso bairro e as crianças vão poder voltar a brincar na rua”. O pensionista, eternamente reclamando da desvalorização de sua aposentadoria, que um dia valeu mais salários-mínimos do que o presente, passa a divulgar aos seus congêneres: “Bolsonaro vai aumentar a aposentadoria e voltaremos a ter dignidade”. A evangélica pentecostal que passa as tardes de quarta-feira com os joelhos no chão, junto às suas colegas, pedindo ao Espírito Santo pela conversão do mundo, passa a profetizar: “com Bolsonaro presidente, as crianças não serão mais ameaçadas pela pedofilia!”. E, assim, como em um realismo fantástico, o mundo é transformado desde o que não é para o que poderá ser.

E, justamente por conta dessa fusão entre o eleitor recém-recrutado e o próprio candidato, tornando-se ambos uma só unidade mística, passa a existir também uma fusão entre o discurso do candidato e o discurso do eleitor, que enxerga a si mesmo como *homo regius* do

próprio Jair Bolsonaro. Nesta toada é que se ressignificam discursos como o de “bandido bom é bandido morto”, “direitos humanos para humanos direitos”, ou da eventual convivência do PT com a bandidagem — todos estes emanados por Jair Bolsonaro, ao longo de seus anos no parlamento — para um de que, estritamente, estas falas representam um clamor por mais lei e ordem (ROCHA; SOLANO; MEDEIROS, 2021, p. 124–128): a moderação da fala e do sentido se dá justamente pela comunhão entre o eleitor e Jair Bolsonaro, e não por outra razão.

De mesmo modo, são ressignificadas outras falas a respeito, *exempli gratia*, de meritocracia e “vitimismo”. O sujeito comum, por se perceber — nem sempre com razão, diga-se de passagem, porque não enxerga a presença das políticas de estado, tais como o Sistema Único de Saúde, em seu dia a dia — à margem do sistema assistencial do Estado, sem receber benefícios por si perceptíveis, vê-se como um pagador de impostos para sustento alheio (*id.*, 2019, p. 128-129). E, por isso, passa a entender que ele, meritório por ser um *self-made man*, mesmo que não perceba como as políticas do Estado influíram em sua trajetória, não tem espaço na atenção governamental por não se vitimizar como outros, beneficiários visíveis e aparentes, supostamente fariam (*id.*, *ibid.*).

Outro ponto que serviu para homogeneizar às partes recém-incorporadas à massa bolsonarista foi o da libertação da fala — reveladora dos preconceitos e peculiaridades do indivíduo — daquilo que se entendia como a prisão do politicamente correto. A ideia da fala politicamente correta, em si, é vista como forma de mitigar a autenticidade do indivíduo, limitando-lhe a expressão e estabelecendo uma atmosfera de medo, em vez de garantir a quebra da discriminação (ELY; MEYERSON; DAVIDSON, 2006, p. 81–82). Sendo-lhes incômoda a restrição subentendida à fala, o modo radical de expressão da parte de Jair Bolsonaro serviu-lhes como alívio e, ademais, signo de honestidade e de desatamento dos nós à corda da tirania, digamos, do politicamente correto à liberdade de expressão (ROCHA; SOLANO; MEDEIROS, 2021, p. 132–133).

O posicionamento de fala de Jair Bolsonaro, por óbvio, consiste em uma estratégia de conversão do eleitorado. A maioria absoluta daqueles que se inclinavam, de antemão, a apoiar sua candidatura, entendia a regulação discursiva do politicamente correto como algo a ser atacado (OLIVEIRA; MAIA, 2020, p. 90–91). É uma estratégia testada, aprovada e alinhada à tendência da nova direita global, que justamente busca se alinhar com o que entende ser o *modus operandi* do povo, em linha com o eixo mais “baixo” da abordagem sociocultural de populismo preconizada, nos seguintes termos, por Pierre Ostiguy (2017, p. 110–111, tradução nossa): “políticos no [eixo] baixo são capazes de ser mais desinibidos em público e mais inclinados ao uso de linguagem rude ou popular. Eles se figuram, desde o ponto de vista do

observador no [eixo] alto, como mais “pitorescos”, e nos casos mais extremos, de algum modo grotescos”.

Em suma, ao mostrar-se desnudo de punhos de renda, utilizando linguagem corriqueira e despudorada, Jair Bolsonaro revestiu-se, para o eleitor, de acessibilidade e identificação, como se fosse alguém não-pertencente à elite (ROCHA; SOLANO; MEDEIROS, 2021, p. 135). Com alguém tão próximo em costumes, falas, e que representa demandas represadas, e com a identificação tamanha a ponto de virar consubstanciação entre o candidato e o eleitor, bem como diante da facilidade de passar a falar em nome do candidato e tomar, por si só, a iniciativa de decidir as proposições do que seria um eventual governo diante das próprias demandas pessoais, encontramos, em nosso entendimento, a viva possibilidade de estarmos diante de um fenômeno de narcisismo coletivo. Citamo-nos, para melhor figuremos esta operação:

“O que é especialmente significativo, embora não tenha ocorrido até aqui um debate direto entre ambas as teorias, é que a escala de narcisismo coletivo se amolda perfeitamente àquilo que Ortega y Gasset (2013, p. 65–77) ensaiou, com anterioridade de quase um século, sobre as aspirações do homem-massa e da massa rebelde. Os estudos sobre narcisismo coletivo afirmam, com base em evidências empíricas, que o sujeito integrado a um coletivo narcisista se integra em busca de resolver seus conflitos internalizados quanto à frustração com os aspectos sociais, psicológicos e estamentais de sua própria vida (GOLEC DE ZAVALA; DYDUCH-HAZAR; LANTOS, 2019, p. 57).” (MACIEL-BAQUEIRO; SANTOS, 2023, p. 8–9).

Em outras palavras, retomando a alegoria culinária: se a massa teve como ingredientes todos os diversos blocos políticos, cultivados sob as perfeitas condições de um antagonista perfeito, e encontrou como fermento adequado a inclusão digital, é com o narcisismo coletivo que foi transformada em própria para o consumo. Porque, sob estas condições, encontrando a coletividade, pela consubstanciação com o líder populista, uma possível resolução para seus próprios conflitos, é que transcendeu a batalha política para o nível da batalha interpessoal pela própria idealização da vida. O veículo para que desse modo as coisas se operacionem não é mais a influência da imprensa, mas a influência do próprio indivíduo pela comunicação *peer to peer*, por meio do uso de aplicativos como o *WhatsApp*, onde é possível congregar-se com o outro sem precisar sair de casa e com o auxílio, ademais, didático das plataformas audiovisuais.

A massa rebelada, tornada homogênea, é levada a rebelião pela sensação de abandono pelo próprio Estado, que ora valoriza outros aspectos e outros modos de vida que não os seus

— que, pela própria compreensão da massa, entende-se como o ideal em termos de ordinariade e normalidade — e deixa de contemplá-los, dentro dessa lógica, com o favorecimento ou reconhecimento que entendem por devido. Neste sentido, a reação de unir-se e sair à luta, por meio do convencimento de par para par, é uma busca de revalorização e retomada da autoestima perdida (GOLEC DE ZAVALA; DYDUCH-HAZAR; LANTOS, 2019, p. 59; MACIEL-BAQUEIRO; SANTOS, 2023, p. 9). São sentimentos legitimados nos seguintes termos, de acordo com um experimento realizado na periferia brasileira:

“Por um lado, estas entrevistas demonstram experiências profundas e legítimas de desrespeito e sentimentos de injustiça, tais como (1) insegurança e falta de proteção causada pelo abandono do Estado, especialmente em periferias urbanas; sentimento de estigmatização (com preconceito, discriminação e desprezo) como assassinos, no caso dos policiais, e burros, cegos e fundamentalistas, no caso dos evangélicos; (3) desejo de autonomia do Estado (ou, ao menos, de não depender do Estado porquanto assistido); (4) indignação pela interação corrupta entre os sistemas político e econômico; e, por fim, (5) o desejo por uma cultura política baseada em autenticidade, honestidade, sinceridade, simplicidade e proximidade com a classe trabalhadora” (ROCHA; SOLANO; MEDEIROS, 2021, p. 135, tradução nossa).

É uma massa que se sente, portanto, distante daquilo que era tido, dentro do sistema de crenças que ela evoca, como legitimado pela cultura política de seu tempo. Ao mesmo tempo, compreende-se como vítima de uma conspiração para desvalorizar os aspectos corretos e desejáveis, em seu próprio entender, de uma sociedade saudável, honesta e trabalhadora. Muito por isso, em vez de acatar os ditames de uma elite injusta — aproximemo-nos, aqui, para melhor interagir com este pensamento — queda-se a massa convidada à ação, pela tomada do poder no voto ou na marra, rejeitando o cânone daquilo que despreza. Se a linguagem não é a correta, a estética não é a correta e a cultura não é a correta, é porque errada está a linguagem e a cultura, e apenas uma revolução pode mudar o rumo das coisas. É uma revolução levada a termo pelo *WhatsApp*, e não mais na infrutífera tentativa de convencer ao outro em filas e encontros casuais. Mas, em quais termos? Vê-los-emos a partir de agora, mergulhando na estética do bolsonarismo.

Movimentos naturais da massa: estética, linguagem e cultura

A lógica do populismo, inclusive em seu formato contemporâneo, que é o do populismo digital, é binária. A identidade sempre é forjada com base naquela que é a do antagonista, e não em sua própria. Por isto, optamos, sempre ao estabelecer o marco do que significa determinada operação para o grupo populista em análise, em compará-lo com o seu antagonista imediato. Em se tratando de um populismo que busca se demarcar como representante da classe popular, e portanto, no eixo sociocultural de baixo estrato, necessariamente irá se opor àquilo que é considerado refinado, culto, e portanto, elitista e incompatível com a verdadeira alma do povo brasileiro. Entendamos do seguinte modo como essa dinâmica atravessa ao eleitorado bolsonarista:

“Podemos, assim, refletir, em relação à aprovação dos brasileiros desta figura política que se apresenta como uma representação do povo, pelo uso da linguagem coloquial e por se mostrar próximo. Na corrida eleitoral de 2018, Bolsonaro se diferenciou de Fernando Haddad (PT) e Ciro Gomes (PDT) neste quesito populista. Os outros candidatos carregam em si a o fato de serem professores universitários — são figuras intelectuais — enquanto Bolsonaro “se apresenta como brasileiro médio, pai de família, trabalhador, sem tempo, dinheiro ou paciência para os maneirismos dos cultos” (ALONSO, 2019, p. 63).” (OLIVEIRA; MAIA, 2020, p. 96).

O populismo, em si, representa um discurso antielitista, em que o povo é mobilizado contra a suposta corrupção das elites a lhe distanciar do poder (MUDDE, 2017, p. 49–50; OSTIGUY, 2017, p. 107–109; WEYLAND, 2017, p. 95–97). No caso do antagonista sob a égide da qual se forma o bolsonarismo — o petismo — por mais que Lula da Silva represente, em si, um indivíduo não-pertencente às elites e distante de seus maneirismos, seu *entourage* sempre se apresentou como oriunda da academia, para além do fato óbvio de que os influenciadores públicos a lhe apoiar sempre vieram, até então, do eixo mais alto do substrato cultural. Este antagonista, aliás, nunca hesitou em apodar àqueles que não o apoiava enquanto estúpido, ignorante, fruto da falta de estudo e consciência de classe, justamente caindo na armadilha da *alt-right* para o fenômeno da arrogância epistêmica da esquerda (GAGNÉ-GIGUÈRE, 2022, p. 22–24): por isso, campanhas como “vote com um livro”, puxadas por

eleitores de Fernando Haddad em 2018, serviram como estímulo para distanciar ainda mais o corpo bolsonarista daquilo que se entende como um comportamento cultural de elite.

Natural, portanto, a opção do bolsonarismo por uma linguagem rude, imoderada e explícita, e por uma estética *kitsch* e lida como cafona. Não se trata de uma abordagem que se autoafirma como escolha do *crème de la crème* da sociedade, mas de uma escolha óbvia para o “verdadeiro” povo, ressignificado como o habitante dos rincões e que lida com demandas concretas. É um reforço da identidade pela busca de uma identidade já existente, que é a do populacho.

É, ademais, uma estética centralizada em um candidato que se deixa filmar comendo pão com leite condensado sem prato à mesa, como um simulacro do que seria o homem simples, ou comendo espetinho de gato com a calça suja de farofa, não com guardanapo de linho branco sob o colo: em suma, a estética do tosco (BATISTA; PARPINELLI, 2023, p. 14). Não é inovadora, em vista daquilo que Jânio Quadros fez em sua campanha eleitoral, em que pese as excentricidades de ser um autor de dicionário. Mas, definitivamente, em vista da identificação popular lograda, é uma escolha estética efetiva.

Porquanto movimentos naturais da massa, analisemos as implicações estéticas da campanha bolsonarista em dois aspectos: o da linguagem e o da cultura. Por implicações da linguagem, dividamos em dois outros blocos, para facilitarmos uma conjunção lógica: o do campo da semântica, por meio das frases, sinais e simbologia contida; e o do veículo, que brevemente tratamos no subcapítulo anterior, que é o do *meme*. O segundo bloco analisará as representações culturais adotadas pela campanha e, por inerência, pela massa de seguidores do bolsonarismo. Fá-lo-emos, por óbvio, começando pelo que a estética pretende contrapor, para, destarte, buscarmos a mensagem que esta pretende passar.

Muito falamos, ao longo dessa dissertação, do quanto a estética adotada pelo petismo é a da iluminação: dos projetos à propaganda, das falas à atuação, tudo é pensado em demonstrar o quão, culturalmente, pretende o PT jogar luz sobre as trevas da ignorância. Nesse sentido, optou o bolsonarismo por uma caminhada semântica contrária: a do choque virulento. Não se trata de inimportar-se com quão incômoda a mensagem pode ser ao adversário. Trata-se, mais, de provocá-lo, de aplanar o terreno para as reações mais horrorizadas, e, ademais, de estimular *interna corporis* à massa para que, vendo o estado de atordoamento do inimigo, conquiste mais espaços. É a dinâmica econômica baseada no discurso de ódio com dois efeitos: o de provocar, no adversário, o senso de “palmatória do mundo”, evocando maior atenção ao emissor do discurso pelo ataque; e, de jogar combustível sobre o fogo da discussão,

sequestrando a pauta apenas para o tema motivador do discurso de ódio (PAZ; MONTERO-DÍAZ; MORENO-DELGADO, 2020).

Para a consecução deste objetivo, a semântica adotada pelo bolsonarismo segue os preceitos da “tiktokização” do conteúdo, adotando as mesmas estratégias de sucesso dos influenciadores do aplicativo *TikTok*, que são: a presença de uma convocatória, como chamamento, por meio de padrões linguísticos, para que a massa se alinhe a um tema; a estreiteza temática, para que a convocatória se alinhe a outros temas colateralmente debatidos pela massa; e a promoção, que enfatiza o caráter interpessoal da demanda representada pelo discurso (VINTIMILLA-LEÓN; TORRES-TOUKOUMIDIS, 2021, p. 19). Não se trata de uma semântica escolhida a esmo: segue, precisamente, os ditames pré-estabelecidos pela escola de Andrew Breitbart, que buscou constituir em Donald Trump, para viabilizá-lo eleitoralmente, a figura de um *troll*-em-chefe, promovendo, para cativar a atenção do eleitor, o espetáculo (DA EMPOLI, 2019, p. 52–62).

Por exemplo, em simples mensagens, Bolsonaro prometia resolver os problemas securitários e, ademais, resolver o estresse internalizado do indivíduo com as amarras do iluminismo petista, apontando que todos teriam acesso às armas de fogo, que cessará a prevalência do politicamente correto, e que os militares voltarão ao poder pelo voto (CIOCCARI; PERSICHETTI, 2018, p. 203–204). Incensa-se, então, um imenso debate: de um lado, a imprensa reverbera intensamente as falas; de outro, seu antagonista político equaciona a discussão do porte de armas (que, para o eleitor, significa satisfação da demanda securitária) ao morticínio indiscriminado; do outro, o eleitor se reassegura de que a metodologia do confronto discursivo adotada pelo candidato é sinônimo de honestidade.

É pela reação desconfortável do antagonista, que não sabe reagir diante daquilo que lhe soa sinônimo de barbárie senão pelo silêncio, pela virulência ou pela adoção de uma postura soberba de desclassificação do discurso, que se estabelece a figura de Jair Bolsonaro porquanto “mito”: mito não no sentido tradicional do termo, mas no sentido *gamer* de um desempenho legendário ao desmontar o oponente (AZEVEDO JUNIOR; BIANCO, 2019, p. 104–109). E, mais: apela-se, no bolsonarismo, ao humor, não apenas buscando angariar a simpatia do eleitorado e queimar o rastilho de pólvora da aproximação da massa efusiva, mas também baseando-se na postura pedagógica da esquerda brasileira, que não admite aproximar-se daquilo que seria politicamente incorreto, segundo a máxima de que *the left can't meme* (GAGNÉ-GIGUÈRE, 2022, p. 37). E, assim, constrói-se um *modus operandi* de linguagem que não pode, senão pela autocombustão, ser contido.

Vestidas do disfarce do humor, as páginas bolsonaristas — que geravam, diga-se de passagem, conteúdo para os grupos concêntricos de campanha, atingindo desde a corte imediatamente próxima a Bolsonaro às unidades familiares com acesso ao *WhatsApp* (CESARINO, 2018, p. 4–7) — passam a orientar a linguagem do eleitorado à aproximação da virulência de seu candidato. Um destes exemplos, amplamente estudado, é o da página de Facebook “Bolsonaro Zuero 3.0.”: com um conteúdo de poucas imagens e palavras, buscava alinhar o seu eleitor a rejeitar a esquerda; associar a defesa dos direitos humanos à proteção da criminalidade; associar tópicos como combate à homofobia, misoginia e racismo a vitimismo; e, ademais, consolidar a imagem de irreverência de Jair Bolsonaro frente ao temor do cancelamento presente no progressismo (RIBEIRO; LASAITIS; GURGEL, 2016, p. 10–12).



Figura 5 — Postagem da página “Bolsonaro Zuero 3.0”, que serve de amostra da imagem irreverente que se pretende construir (RIBEIRO; LASAITIS; GURGEL, 2016, p. 10).

Mas, se, por um lado, a impiedade dos memes atende às expectativas de uma massa rebelada, deixa de satisfazer à parcela mais religiosamente piedosa do eleitorado. Muito por isso, Jair Bolsonaro e sua equipe, para a sua arrancada final rumo ao poder, desenvolveu uma semântica especial de atenção ao segmento religioso, que evoca em sua figura a existência da graça divina (PAULA; ARAUJO; SARAIVA, 2020, p. 113–116). Nessa, despe-se Bolsonaro da irreverência e se reveste de um temor reverencial a Deus, evocado na citação bíblica por ele sempre feita, a de que “conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”, contida no evangelho de São João, capítulo 8, versículo 32. Temor reverencial, aliás, que associa ao patriotismo, quando adota como lema de sua campanha à frase “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

Estas evocações especiais são as que apelam, por sua vez, ao eleitorado religioso e anteriormente menos afeito ao debate político. Agrada-lhes, sobretudo, porque passam a

enxergar em Bolsonaro a possibilidade de retomar a centralidade da religiosidade cristã na vida pública, retomando o lugar que crê ser de direito — em vez das expressões religiosas ameríndias ou afrocentradas, a respeito das quais creem os bolsonaristas já se ter falado em excesso. E, esquecendo-se da dubiedade religiosa de um Bolsonaro que não se sabe católico ou evangélico, reverente ou irreverente, deixam-se encantar pela ingerência das mensagens em seu favor emanadas pelo bloco religioso da massa bolsonarista. Tal expressão pode ser demonstrada, em se tratando de arte bolsonarista — porque há uma (!) — nas obras de Lucimary Billhardt, a quem apresentamos a seguir:

“A estética tosca de Billhardt combina com outras composições veiculadas pela direita brasileira, endossando a rudeza do discurso bronco do presidente. Em tempo, a “arte de direita” acaba por se comunicar com todos que se identificam com o conteúdo proposto por ela, gerando uma espécie de captura da subjetividade. Ao se colocar como antagônica da arte de Satanás – termo que provavelmente representa trabalhos artísticos que demonstrem alguma fagulha de oposição ao pensamento bolsonarista – a proposta de Billhardt se escora em um cânone cristão para suspender o desenvolvimento de possíveis afetos de estéticas dissidentes, em concordância com o que diz Dunker (2019), ao comentar sobre uma espécie de antagonização dentro desse local. Para ele: ‘A arte como campo de liberdade, com tendências distintas e polifônicas, é redefinida como arte perigosa’.” (BATISTA; PARPINELLI, 2023, p. 19–20).

A arte de Lucimary Billhardt, promovida por ela de modo independente, fez-se circular nos grupos de campanha de Jair Bolsonaro desde o princípio. É-nos sobretudo interessante, em que pese a estética do tosco adotada, porque sintetiza todas as aspirações da massa religiosa quanto à graça de Deus infundida em Bolsonaro. O ex-presidente, seus ministros e seus aliados, em suas obras, sempre aparece ao lado de Jesus Cristo em posição de bênção, ou em posição reverencial. As crianças e os animais, junto a Bolsonaro, *via de regra* figuram enquanto criaturas protegidas por sua figura messiânica. Do mesmo modo, os adversários — que encontram um espaço especial em sua arte, também — aparecem sempre caracterizados como demônios, com tons profundos e vermelhos.

Billhardt, em outros termos, caracteriza o debate político como uma luta entre o bem e o mal. Isso, afinal, é o que sintetiza o espírito da massa bolsonarista. Analisemos, adiante, duas imagens compostas pela artista para que entendamos por que, apesar das gargalhadas arrancadas eventualmente a quem não pertence à massa bolsonarista, suas obras são tão expressivas enquanto captadoras da maximização não apenas do fenômeno do populismo, mas

também do próprio narcisismo coletivo, que convocam a massa à luta encarniçada de vida e morte.



Figura 6 — Da página de Lucimary Billhardt no Instagram, publicada em 25 de julho de 2023.



Figura 7 — Da página de Lucimary Billhardt no Instagram, publicada em 2 de julho de 2023.

À figura 6, por exemplo, vê-se um Bolsonaro humilde, lacrimejando diante de Jesus Cristo enquanto, ao fundo, está em um leito de hospital — não sabemos identificar se é referência à facada levada durante a campanha presidencial de 2018, ou das inúmeras internações por conta de fezes empedradas a que se submeteu durante seu mandato, sobretudo nos momentos mais críticos. A águia carregando a serpente entre o Messias Jesus e o Messias

Bolsonaro representa a vitória do bem sobre o mal. A pomba, disposta no canto direito, a presença do Espírito Santo vivificante a garantir vida a Bolsonaro. Seria, em termos de iconoclastia religiosa contemporânea, o ápice do tosco. Contrastemos o ícone religioso feito por Billhardt a um outro ícone contemporâneo, de um santo moderno canonizado em 1982.

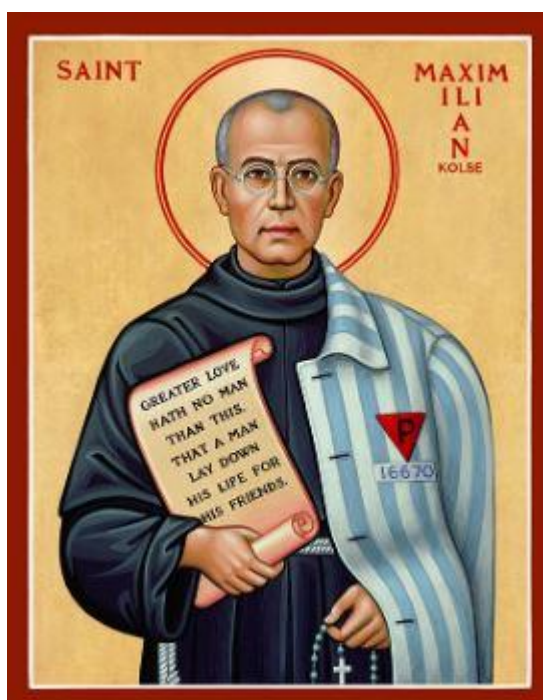


Figura 8 — Ícone de São Maximiliano Maria Kolbe (1894-1941), morto em Auschwitz, canonizado em 1982. Autoria desconhecida.

Agora, uma vez contraposta a estética hagiográfica de Billhardt àquela da vera iconoclastia religiosa, contraponhamos as imagens demonizadoras dos adversários de Jair Bolsonaro, como a disposta na figura 7. Nela, figuram-se carvões em brasa, como uma representação do inferno, e uma caricatura do Presidente Lula da Silva a gritar. Uma multidão com bandeiras da China em que, destacado, encontra-se Joe Biden, atual presidente dos Estados Unidos, parece compor as hostes infernais. Mais uma vez, chorando, encontra-se Lula da Silva ao lado de sua falecida segunda esposa, Marisa Letícia — em uma inferência que preferimos não comentar, de tão degradante que é a ilação artística de Billhardt — guardados por Cérbero, o cão dos infernos. Por trás, no plano mais ao fundo da imagem, encontra-se a deputada Gleisi Hoffmann, que à época da imagem era presidente nacional do PT, sorrindo e utilizando uma camisa com um coração e as iniciais do Presidente Lula, sem um sentido que seja aproveitável.

Esta, afinal, é a perfeita soma do que é a representação estética e cultural do bolsonarismo: espetaculariza-se quando pode, escandaliza-se quando consegue, chama-se a atenção do interlocutor sempre, mobiliza-se reações em quaisquer oportunidades. Há um tanto

mais a ser dito, sobretudo no que diz respeito à música e a influente mobilização do sertanejo em prol da candidatura e do governo de Jair Messias Bolsonaro. Ou, mesmo, sobre as muitas composições em apoio ao governo lançadas nos grupos de *WhatsApp* de apoiadores. Contudo, tendo de sermos o máximo sintéticos possíveis, preferimos, para demonstrar os movimentos naturais da massa bolsonarista em termos de estética, linguagem e cultura, escolhermos trazer à baila aquilo que mais é representativo.

Conclusão

No princípio, esta pesquisa contava com objetivos diferentes e mais ambiciosos, que foram relegados a planos posteriores, a serem desenvolvidos em uma futura tese de doutorado. O tempo, escasso, tornou-se mais curto do que nunca diante do fato de que a pesquisa anterior, desenvolvida ao longo de quase três semestres, foi radicalmente modificada por circunstâncias alheias à pesquisa, como o irresponsável licenciamento do orientador anterior próximo ao prazo da qualificação. Muito por isso, algumas hipóteses que pretendíamos verificar, tal como a de que o populismo digital talvez não represente um evento especial, mas uma readequação da vida política às novas formas digitalizadas de conduta da vida contemporânea, serão desenvolvidas futuramente.

A pergunta de partida a que buscamos responder é a seguinte: como emergiu o bolsonarismo, enquanto movimento político potencialmente populista e autoritário e que faria uso do populismo digital para sustentar sua relação com o eleitorado? Dessarte, conseqüentemente era-nos objetivo geral analisar a identidade do bolsonarismo enquanto movimento potencialmente populista alicerçado nas plataformas digitais, e objetivos específicos: traçar as relações entre o bolsonarismo e o populismo em sua formação social; analisar de que modo o bolsonarismo adotou, bem como operou com excelência, o populismo digital na relação com seu eleitorado.

Para atender aos objetivos, primeiro respondamos, por partes, à pergunta de partida, dissecando-a nas seguintes: o bolsonarismo é um movimento político populista? É um movimento político autoritário? O bolsonarismo faz uso do populismo digital para sustentar sua relação com o eleitorado? Para atendê-las, analisemos, com base no que até aqui foi desenvolvido, o enquadramento do bolsonarismo conforme a definição mais própria de populismo que encontramos, que incorpora aspectos da abordagem ideacional de populismo preconizada por Cas Mudde (2004), bem como da abordagem sociocultural de populismo estabelecida por Pierre Ostiguy (2020).

Entendemos, *a prima facie*, que o populismo é uma ideologia parasitária, no sentido de valer-se de outras previamente existentes para robustescer seu *corpus*. O bolsonarismo tem esta relação com outras ideologias? Sim. Alimenta-se, essencialmente, do positivismo e do anticomunismo desenvolvido no meio castrense, representado em sua própria mitologia por Carlos Alberto Brilhante Ustra. Mas, não só: alimenta-se também das narrativas de guerra cultural do paleoconservatismo representado por Olavo de Carvalho, que exorta à ação contra

uma suposta ditadura do marxismo cultural e do globalismo, bem como pela preservação da civilização ocidental tradicional.

O bolsonarismo divide a sociedade em dois campos homogêneos e antagonistas, povo contra antipovo, respectivamente cumulados no homem-comum mediano e na elite cosmopolita? Definitivamente sim. O elemento povo é identificado na figura do “cidadão de bem”, espoliado economicamente e em direitos pelo elemento antipovo, que pode se apresentar esparsamente como “bandidagem”, como “vitimistas”, mas que sumamente se enquadra na categoria do “petismo”, que é o antagonista real deliberadamente escolhido pelo bolsonarismo, e que estabeleceu todos os precedentes possíveis para sua emergência porquanto movimento.

As demandas do bolsonarismo são reais e, por vezes, legítimas? Para os seus apoiadores, sem dúvidas. Os índices de criminalidade, à altura de sua emergência, eram crescentes, e havia uma deficiência do petismo em lidar com a questão, tergiversando por campos paralelos. Deste modo, surgiu uma demanda, por mais impraticável que fosse, pela falsa segurança do ato de se armar livremente. Ademais, a pauta de costumes que, ao bolsonarista-médio, é de primeira importância, encontrou, por parte de seu antagonista, recalcitrância na aceitação. O fato de que essas demandas violam direitos humanos e a liberdade não retira, do âmago de suas crenças, a legitimidade.

Há, no bolsonarismo, a cumulação simbólica da expressão das demandas do elemento povo em um líder carismático? Definitivamente. Bolsonaro foi ungido, na expressão weberiana, da graça divina comum aos profetas, sobretudo no que diz respeito à inerrância e infalibilidade. A imagem construída de irreverência diante da cultura da elite e de reverência a Deus, expressa em falas, *memes*, imagens, vídeos e ícones, sobretudo pela viralização construída perfeitamente pela ação de círculos concêntricos e tocantes de comunicação, fez com que as aspirações da massa culminassem na liderança de Jair Messias Bolsonaro, especialmente com a reta final de sua campanha à presidência.

O bolsonarismo preconiza o desmonte da democracia liberal e o favorecimento da autocracia como expressão realmente democrática, posto que eliminaria as amarras de mediação entre povo, líder e exercício do poder? Sim. A democracia liberal, como percebemos nos capítulos que desenvolveram a temática da identidade do bolsonarismo e do bolsonarismo porquanto massa e cultura, era vista como uma barreira intransponível senão pela ação autocrática de um chefe-de-governo forte a impor a vontade do povo, que nele reside não por onisciência, mas pela consubstanciação entre massa e líder.

Há, no bolsonarismo, o objetivo último, retórico ou real, de distribuir a renda e promover a melhora das condições de vida de seu beneficiário popular em detrimento do não-

povo? Sim, há o objetivo retórico, mas que não se concretizou por incompetência durante sua gestão de presidencial. Pedia-se a retirada dos gastos públicos com a parcela do não-povo, que seriam aqueles conversos ao marxismo cultural, e o uso para a melhoria imediata das condições de vida, bem como para o financiamento das demandas da classe bolsonarista. Foi nisso, inclusive, que creram os bolsonaristas durante a emergência do movimento, posto que quaisquer propostas que porventura viessem de si, viriam também de Jair Bolsonaro, sem que houvesse como deslegitimá-las ou desautorizá-las.

Portanto, sim, o bolsonarismo é um movimento populista e autoritário, pelas razões que expomos longamente ao longo dessa dissertação. Cumpre-nos, doravante, responder à segunda parte da pergunta: fez o bolsonarismo uso das ferramentas do populismo digital para cultivar sua relação com o eleitorado? A esta pergunta, respondemos absolutamente que sim, de acordo com os seguintes fatores, elencados tanto por Giuliano da Empoli (2019), quanto por Letícia Cesarino (2018, 2019): fez-se o deliberado sequestro do debate público pelo uso de uma linguagem própria; concentrou-se a comunicação política em grupos concêntricos que, tocando-se um ao outro, estavam sob a autoridade do próprio líder do movimento; utilizou-se, por meio das tendências algorítmicas, recurso audiovisual sob medida que convocasse a massa à ação.

O caminho para a obtenção destas respostas foi um tanto quanto tortuoso, partindo do princípio de que, em sendo o populismo um discurso essencialmente divisivo e que busca o agonismo político, fez-se mister analisarmos os principais pontos de agonismo do movimento bolsonarista. Precisamos, por exemplo, compreender as razões do horror do bolsonarismo à academia, tanto com base na grita irreal de existência de uma conspiração globalista, quanto no legítimo fato de que há uma sobrerrepresentação política à esquerda. Precisamos analisar as críticas onipresentes ao petismo, adversário escolhido pelo bolsonarismo para anteparar seus ataques. Nem sempre são respostas confortáveis, sobretudo diante do fato de que, em sendo tantas e tão pesadas as acusações feitas pelo bolsonarismo, houve necessidade de verificar se continham quaisquer fundos de verdade. Dessarte, muito falamos sobre o petismo, uma vez que o bolsonarismo foi constituído com base no agonismo à tendência política que — por mais de uma década, e no presente — governou e governa o nosso país.

Do mesmo modo, precisamos nos ater profundamente às conceituações do que viria a ser populismo e como se apresentou na história do mundo e do Brasil. Precisamos, até, nos delongar essencialmente sobre os conflitos político-religiosos do passado que nos levaram, por exemplo, à emergência de toda uma massa religiosa em torno do bolsonarismo, falando sobre tendências da Igreja Católica que tanto resultaram em bases para o movimento

supramencionado, quanto também para o seu adversário mais fundamental, que era o Partido dos Trabalhadores. E, mesmo que surja como alívio cômico, foi necessário que nos deparássemos com a estética do tosco da qual Lucimary Billhardt fez-se símbolo.

Esperamos, deste modo, ainda que modestamente, ter ofertado uma contribuição mínima à sociologia e à ciência política, apresentando um estudo de caso de um movimento populista digital que logrou êxito em alcançar o poder, pela via da urna. Ele servirá, esperamos, sobretudo diante dos atentados de 8 de janeiro de 2023, quando uma turba tentou sequestrar o coração político do Brasil — a Praça dos Três Poderes — de um aviso sobre como, eventualmente, o populismo poderá descambar, se não conduzido com apreço às instituições, ao risco real de autoritarismo e de demolição da democracia.

Referências

- ABIDOR, M. The Gramsci of the Brazilian Right. **Dissent**, v. 67, n. 3, p. 23–27, 2020.
- ABRAHAMIAN, E. **Khomeinism: essays on the Islamic Republic**. London: Tauris, 1993.
- ABRANTES, T. **7 perguntas para o Livres, que deixou o PSL após a filiação de Bolsonaro**. **Exame**, 15 abr. 2018. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/7-perguntas-para-o-livres-que-deixou-o-psl-apos-filiacao-de-bolsonaro/>>. Acesso em: 27 jan. 2024
- ABTS, K.; RUMMENS, S. Populism versus Democracy. **Political Studies**, v. 55, n. 2, p. 405–424, jun. 2007.
- ACEMOGLU, D.; EGOROV, G.; SONIN, K. A Political Theory of Populism. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 128, n. 2, p. 771–805, 1 maio 2013.
- ALMEIDA, R. DE. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos Cebrap**, v. 38, n. 1, p. 185–213, 2019.
- ALVIM, M. **Bolsonaro presidente: como o PSL de Jair Bolsonaro deixou de ser nanico e já almeja virar maior bancada da Câmara**. **BBC News Brasil**, 28 out. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45973986>>. Acesso em: 27 jan. 2024
- ANDRADE, D. Populism from above and below: the path to regression in Brazil. Em: SCOONES, I. et al. (Eds.). **Authoritarian Populism and the Rural World**. 1. ed. London: Routledge, 2021.
- ARAÚJO, E. H. F. Globalismo: uma visão a partir do pensamento de Nietzsche. **Cadernos de Política Exterior**, v. 5, n. 8, p. 5–14, 2019.
- AVELAR, I. **Eles em Nós: Retórica e Antagonismo Político no Brasil do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2021.
- AVERBUG, M. Plano Cruzado: crônica de uma experiência. **Revista do BNDES**, v. 12, n. 24, p. 211–240, 2005.
- AVRITZER, L.; RENNÓ, L. Populism, the Pandemic, and the Crisis of Bolsonarismo. Em: PEREIRA, A. W. (Ed.). **Right-wing populism in Latin America and beyond**. Conceptualising comparative politics. 1. ed. New York, NY: Routledge, 2023. v. 15.
- AZEVEDO JUNIOR, A. D. C.; BIANCO, E. C. V. O processo de mitificação de Bolsonaro: Messias, presidente do Brasil. **Revista ECO-Pós**, v. 22, n. 2, p. 88–111, 6 out. 2019.
- BADARÓ MATTOS, M. Governo Bolsonaro: Neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. **Relações Internacionais**, n. 73, p. 25–39, mar. 2022.
- BAKER, D. The political economy of fascism: Myth *or* reality, or myth *and* reality? **New Political Economy**, v. 11, n. 2, p. 227–250, jun. 2006.
- BALLACCI, G. The Creation of the ‘People’ in Laclau’s Theory of Populism: A Critical Assessment. **Filosofický časopis (Philosophy Journal)**, A Crisis of Democracy and Representation. v. 57, p. 51–69, 2017.
- BARBÉ, C. Golpe de Estado. Em: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Eds.). **Dicionário de política**. Tradução: Tradução: Carmen C. Varriale et al. 11. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 545–547.
- BARON, L. Se empurrar, ela cai: as grandes manifestações pró-impeachment e a construção discursiva dos Movimentos Brasil Livre, Vem pra Rua, Revoltados Online e Endireita Brasil. **Simbiótica. Revista Eletrônica**, v. 6, n. 2, p. 191–217, dez. 2019.
- BASTOS, P. P. Z. A construção do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a dinâmica de interação entre Estado e mercado nos setores de base. **Revista Economia**, v. 7, n. 4, p. 239–275, 2006.
- BASTOS, P. P. Z. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social

desenvolvimentismo. **Economia e Sociedade**, v. 21, n. especial, p. 779–810, dez. 2012.

BASTOS, P. P. Z. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, n. 2, 21 dez. 2017.

BATISTA, G. S.; PARPINELLI, R. S. Reflexões e ambivalências acerca da estética do tosco. **Palíndromo**, v. 15, n. 36, p. 1–25, 2023.

BENCZES, I. Taking back control over the economy: From economic populism to the economic consequences of populism. **European Policy Analysis**, v. 8, n. 1, p. 109–123, fev. 2022.

BENCZES, I.; SZABÓ, K. An Economic Understanding of Populism: A Conceptual Framework of the Demand and the Supply Side of Populism. **Political Studies Review**, p. 1–17, 18 jul. 2022.

BENEVIDES, M. V. DE M. **A UDN e o udenismo**. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1981.

BENFIELD, J.; HOWARD, J.; MORRIS, M. Why do people join? Em: BARTLETT, J.; BIRDWELL, J.; LITTLER, M. (Eds.). **The new face of digital populism**. London: Demos, 2012. p. 43–57.

BICKERTON, C. J.; ACCETTI, C. I. **Technopopulism: The New Logic of Democratic Politics**. 1. ed. [s.l.] Oxford University Press, 2021.

BILUCZYK, R. Os monarquistas e o Plebiscito de 1993: construções da memória e das representações. **HISTÓRIA UNICAP**, v. 7, n. 13, p. 180–196, 10 nov. 2020.

BOBBA, G. Digital populism: how the web and social media are shaping populism in western democracies. Em: HEINISCH, R.; HOLTZ-BACHA, C.; MAZZOLENI, O. (Eds.). **Political populism: handbook on concepts, questions and strategies of research**. International studies on populism. 2. ed. Baden-Baden: Nomos, 2021. p. 457–468.

BOBBIO, N. Democracia. Em: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Eds.). **Dicionário de política**. Tradução: Tradução: Carmen C. Varriale et al. 11. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1998a. p. 319–329.

BOBBIO, N. Democracia. Em: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Eds.). **Dicionário de política**. Tradução: Tradução: Carmen C. Varriale et al. 11. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1998b. p. 319–329.

BONET, L. Castrismo. Em: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Eds.). **Dicionário de política**. Tradução: Tradução: Carmen C. Varriale et al. 11. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 151–155.

BRASIL. **Código Eleitoral**. **Diário Oficial da União**, 24 fev. 1932.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934**. **Diário Oficial da União**, 16 jul. 1934.

BRASIL. **Lei de segurança nacional, que define crimes contra a ordem política e social**. **Diário Oficial da União**, 4 abr. 1935.

BRASIL. **Lei dos Desaparecidos**. **Diário Oficial da União**, 4 dez. 1995.

BRASIL. Ata da 104ª Sessão da Câmara dos Deputados, deliberativa ordinária, vespertina, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 56ª Legislatura, em 15 de maio de 2019. **Diário da Câmara dos Deputados**, v. 74, n. 78, p. 324, 16 maio 2019.

BRETT, W. What’s an Elite to Do? The Threat of Populism from Left, Right and Centre. **The Political Quarterly**, v. 84, n. 3, p. 410–413, out. 2013.

BRILHANTE USTRA, C. A. **Rompendo o silêncio**. 1. ed. Brasília, DF: Editerra Editorial, 1987.

BRILHANTE USTRA, C. A. **A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça**. 13. ed. Brasília, DF: Editora Ser, 2016.

BULUT, E.; YÖRÜK, E. Digital populism: Trolls and political polarization of Twitter in

Turkey. **International Journal of Communication**, v. 11, p. 25, 2017.

BUSTAMANTE, T.; MEYER, E. P. N. Legislative resistance to illiberalism in a system of coalitional presidentialism: will it work in Brazil? **The Theory and Practice of Legislation**, v. 9, n. 3, p. 342–362, 2 set. 2021.

CAMARGO, A. Carisma e personalidade política: Vargas, da conciliação ao maquiavelismo. Em: D'ARAÚJO, M. C. (Ed.). **As instituições brasileiras da Era Vargas**. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 13–33.

CAMURÇA, M. A.; ZAQUIEU-HIGINO, P. V. Entre a articulação e a desproporcionalidade. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 13, n. 39, 4 dez. 2020.

CANOVAN, M. **Populism**. 1. ed. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1981.

CAPAVERDE, C. B.; LESSA, B. D. S.; LOPES, F. D. “Escola sem Partido” para quem? **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 27, n. 102, p. 204–222, mar. 2019.

CARDOSO, F. H.; FALETTI, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1975.

CARVALHO, J. M. DE. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. Em: D'ARAÚJO, M. C. (Ed.). **As instituições brasileiras da Era Vargas**. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 55–81.

CARVALHO, J. M. DE. **Forças armadas e política no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 2005.

CARVALHO, O. L. P. DE. Do marxismo cultural. **O Globo**, p. 7, 8 jun. 2002.

CARVALHO, O. L. P. DE. **O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota**. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2013.

CARVALHO, O. L. P. DE. Um cadáver no poder (I). **Diário do Comércio**, 16 jan. 2015a.

CARVALHO, O. L. P. DE. Um cadáver no poder (II). **Diário do Comércio**, 29 jan. 2015b.

CASARA, R. R. R. **Bolsonaro: o mito e o sintoma**. São Paulo: Contracorrente : IREE, 2020.

CASARÕES, G. Religião e poder: a ascensão de um projeto de nação evangélica no Brasil. **Revista Interesse Nacional**, v. 13, n. 49, p. 9–16, 2020.

CASTRO, P. R. DE; RONCI, M. Sixty years of populism in Brazil. Em: DORNBUSCH, R.; EDWARDS, S. (Eds.). **The Macroeconomics of populism in Latin America**. A National Bureau of Economic Research conference report. Chicago: University of Chicago Press, 1991. p. 151–173.

CESARINO, L. **Populismo digital: roteiro inicial para um conceito, a partir de um estudo de caso da campanha eleitoral de 2018**. Florianópolis, 1 dez. 2018. Disponível em: <https://culturapolitica2018.files.wordpress.com/2019/09/populismo_digital_roteiro_inicial_para_u.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2023.

CESARINO, L. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. **Revista de Antropologia**, v. 62, n. 3, p. 530–557, 19 dez. 2019.

CESARINO, L. Pós-verdade e a crise do sistema de peritos: uma explicação cibernética. **Ilha Revista de Antropologia**, v. 23, n. 1, p. 73–96, 24 fev. 2021.

CHAGAS, V.; MODESTO, M.; MAGALHÃES, D. O Brasil vai virar Venezuela: medo, memes e enquadramentos emocionais no WhatsApp pró-Bolsonaro. **Esferas**, n. 14, p. 1, 13 ago. 2019.

CHAOUCH, M. T. La teología de la liberación en América Latina: una relectura sociológica. **Revista mexicana de sociología**, v. 69, n. 3, p. 427–456, 2007.

CIOCCARI, D.; PERSICHETTI, S. Armas, ódio, medo e espetáculo em Jair Bolsonaro. **Revista Alterjor**, v. 18, n. 2, p. 201–214, 2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. R-CNJ 175/2013. Resolução Nº 175 de 14/05/2013. . 15 maio 2013, p. 2.

COSTA, M. A. G. D. A luta pelo poder dizer “impeachment” e “golpe” na narrativa midiática do impedimento de Dilma Rousseff. **Revista da ABRALIN**, p. 1, 17 dez. 2020.

COURTOIS, S. Die Verbrechen des Kommunismus. Em: COURTOIS, S. et al. (Eds.). **Das Schwarzbuch des Kommunismus. 1: Unterdrückung, Verbrechen und Terror**. Tradução: Tradução: Berthold Galli et al. 6. ed. München Zürich: Piper, 1998. v. 1p. 11–50.

CUCCHETTI, H. Lecturas e interpretaciones sobre los orígenes del peronismo: ¿nacional-populismo o adaptación fascista? **Studia historica. Historia contemporánea**, Derecha radical, fascismo y extrema derecha en Europa y América. v. 30, p. 151–171, 2012.

D’ARAÚJO, M. C. Nos braços do povo: a segunda presidência de Getúlio Vargas. Em: D’ARAÚJO, M. C. (Ed.). **As instituições brasileiras da Era Vargas**. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 97–118.

DA EMPOLI, G. **Les ingénieurs du chaos**. 1. ed. Paris: JC Lattès, 2019.

DARRÉ, R. W. O. **Um Blut und Boden: Reden und Aufsätze**. 3. ed. München: Zentralverlag der NSDAP, 1941.

DE CARVALHO, O. L. Pentecostalismo na esfera pública—a participação das Assembleias de Deus na política partidária brasileira. **Azusa: Revista de Estudos Pentecostais**, v. 5, n. 1, 2015.

DE MAGALHÃES CARVALHO, E. Financiamento da mídia alternativa no Brasil. **Revista de Comunicação Dialógica**, n. 5, p. 101–125, 6 ago. 2021.

DE MATTOS, R. A. O Movimento Brasil Livre e o ativismo online de inspiração liberal/conservadora. **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, v. 6, p. 105–120, 22 jul. 2020.

DOMENICHELLI, M. Lukács and the Marxist ›Living Art‹. **Zagreber germanistische Beiträge**, v. 29, p. 125–143, 2020.

DORNBUSCH, R.; EDWARDS, S. Introduction. Em: DORNBUSCH, R.; EDWARDS, S. (Eds.). **The Macroeconomics of populism in Latin America**. A National Bureau of Economic Research conference report. Chicago: University of Chicago Press, 1991. p. 1–4.

EATWELL, R. Populism and fascism. Em: ROVIRA KALTWASSER, C. et al. (Eds.). **The Oxford handbook of populism**. Oxford Handbooks. 1. ed. Oxford, United Kingdom ; New York: Oxford University Press, 2017. p. 462–487.

ÉBOLI, E. Manifestantes exibem boneco inflável de general que criticou governo. **O Globo**, 17 nov. 2015.

ELY, R. J.; MEYERSON, D. E.; DAVIDSON, M. N. Rethinking political correctness. **Harvard Business Review**, v. 84, n. 9, p. 78–87, 157, set. 2006.

ENGESSER, S.; FAWZI, N.; LARSSON, A. O. Populist online communication: introduction to the special issue. **Information, Communication & Society**, v. 20, n. 9, p. 1279–1292, 2 set. 2017.

ERREJÓN, Í.; MOUFFE, C. **Podemos: in the name of the people**. Tradução: Sirio Canós Donnay. London [England]: Lawrence & Wishart, 2016.

FAUSTO, B. **A revolução de 1930: historiografia e história**. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FERREIRA, M. **Livres deixa o PSL**. **Livres**, 5 jan. 2018. Disponível em: <<https://www.eusoulivres.org/noticias/livres-deixa-o-psl/>>. Acesso em: 13 abr. 2023

FIDELIS, G. QUEERMUSEU E O ENFRENTAMENTO DO FASCISMO E DO FUNDAMENTALISMO NO BRASIL EM DEFESA DA LIVRE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO. **ILUMINURAS**, v. 19, n. 46, 22 dez. 2018.

FINCHELSTEIN, F. **From fascism to populism in history**. 1. ed. Oakland, California: University of California Press, 2017.

FORTI, S. **Extrema derecha 2.0: qué es y cómo combatirla**. Tres Cantos, Madrid, España:

Siglo XXI España, 2021.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Dirigentes do PT falam ao vivo na internet sobre MAV's**. Site da Fundação Perseu Abramo - Partido dos Trabalhadores, 8 nov. 2011. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2011/11/08/dirigentes-do-pt-falam-ao-vivo-na-internet-sobre-mavs/>>. Acesso em: 15 maio. 2023

FUNKE, M.; SCHULARICK, M.; TREBESCH, C. Going to extremes: Politics after financial crises, 1870–2014. **European Economic Review**, v. 88, p. 227–260, set. 2016.

GABRIEL, R. DE S.; AGUIAR, T. A onda liberal chega aos diretórios e aos grêmios estudantis. **O Globo**, 22 dez. 2018.

GAGNÉ-GIGUÈRE, D. **The left can't meme: analyse critique du discours de l'alt-right sur pol**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Sociologia)—Montréal: Université du Québec à Montréal, jul. 2022.

GASPARI, E. **A ditadura escancarada**. 1. ed. São Paulo, Brazil: Companhia das Letras, 2002.

GENNARI, A. M. Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. **Pesquisa & Debate - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política**, v. 13, n. 1 (21), 2002.

GERBAUDO, P. **The mask and the flag: populism, citizenism and global protest**. New York: Oxford University Press, 2017a.

GERBAUDO, P. From cyber-autonomism to cyber-populism. **An ideological history of digital activism**, v. 15, n. 2, p. 477–489, 29 maio 2017b.

GERONIMO, A. DOS S.; CUEVAS-CERVERÓ, A. C.; OLIVEIRA, H. P. C. DE. Fake news in the digital environment: a marketing phenomenon of populist narratives on social networks. **Revista Íbero-Americana de Ciência da Informação**, v. 15, n. 1, p. 295–313, 2022.

GIOVANNI, P. Júlia Lucy abandona Novo e diz que entrará na Justiça contra a sigla. **Correio Braziliense**, 7 mar. 2022.

GOLEC DE ZAVALA, A.; DYDUCH-HAZAR, K.; LANTOS, D. Collective Narcissism: Political Consequences of Investing Self-Worth in the Ingroup's Image. **Political Psychology**, v. 40, n. S1, p. 37–74, fev. 2019.

GOMES, K. Delirium ambulatorium: ex/orbitâncias, opacidade e estudo radical para dissolver o Mundo Ordenado. **Revista Periódicus**, v. 2, n. 19, p. 49–72, 6 dez. 2023.

GONÇALVES, G. C. S. DA C. **A mulher “sumida” e “desumanizada” na política brasileira: a recepção nas redes sociais de Marina Silva**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Linguagens, Mídia e Arte)—Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2022.

GRAGNANI, J. Exclusivo: Investigação revela como blog defendia Dilma com rede de fakes em 2010. **BBC News Brasil**, 9 mar. 2018.

GROPPO, A. **The two princes: Juan D. Perón and Getulio Vargas ; a comparative study of Latin American populism**. 1. ed. Villa María: Editorial Universitaria Villa María, 2010.

GUAZINA, L. S. Jornalismo que tem lado: o caso dos blogueiros brasileiros “progressistas”. **Brazilian journalism research**, v. 9, n. 2, p. 68–87, 20 dez. 2013.

GUTIÉRREZ, G. **Teología de la liberación: perspectivas**. 7. ed. Salamanca: Ediciones Sigueme, 1975.

HERMANN, J. Reformas, endividamento externo e o “milagre” econômico (1964-1973). Em: GIAMBIAGI, F. et al. (Eds.). **Economia brasileira contemporânea**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier : Editora Campus, 2005. p. 69–92.

HOBSBAWM, E. J. **A era do capital 1848-1875**. Tradução: Luciano Costa Neto. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

IANNI, O. A vocação política das ciências sociais. **Trans/Form/Ação**, v. 2, n. 0, p. 114–124,

1975.

INCISA, L. Populismo. Em: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Eds.).

Dicionário de política. Tradução: Tradução: Carmen C. Varriale et al. 11. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 980–986.

INSTITUTO LIBERAL. **Quem somos**. Instituto Liberal, [s.d.]. Disponível em:

<<https://www.institutoliberal.org.br/quem-somos/>>

JUPIARA, A.; OTAVIO, C. **Os porões da contra-venção: jogo do bicho e ditadura militar: a história da aliança que profissionalizou o crime organizado**. 2a edição ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.

KELLER, E. J. Decolonization, independence, and the failure of politics. **Africa**, v. 3, p. 156–171, 1995.

KRÄMER, B. Populist online practices: the function of the Internet in right-wing populism. **Information, Communication & Society**, v. 20, n. 9, p. 1293–1309, 2 set. 2017.

LA TORRE, C. DE. Populism in Latin America. Em: ROVIRA KALTWASSER, C. et al. (Eds.). **The Oxford handbook of populism**. Oxford Handbooks. 1. ed. Oxford, United Kingdom ; New York: Oxford University Press, 2017. p. 251–274.

LA TORRE, C. DE. Is left populism the radical democratic answer? **Irish Journal of Sociology**, v. 27, n. 1, p. 64–71, abr. 2019.

LACHAT, R. The electoral consequences of the integration–demarcation cleavage. Em: KRIESI, H. et al. (Eds.). **West European politics in the age of globalization**. 1. ed. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 2008. p. 296–319.

LACLAU, E. **On populist reason**. London ; New York: Verso, 2005.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics**. 2. ed. London: Verso, 2014.

LATTMAN-WELDMAN, F. Mídia e democracia no Brasil: da “eterna vigilância” à “justa frustração”. Em: GOULART, J. O.; DOMINGOS, A. A. (Eds.). **Mídia e democracia**. 1a ed ed. São Paulo: Annablume, 2006. p. 47–62.

LEE, M. J. The Populist Chameleon: The People’s Party, Huey Long, George Wallace, and the Populist Argumentative Frame. **Quarterly Journal of Speech**, v. 92, n. 4, p. 355–378, nov. 2006.

LENIN, V. I. U. Imperialismo: fase superior do capitalismo. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 4, n. 1, p. 144, 26 maio 2013.

LIMA, C. P. DE et al. **Albuquerque: a herança de Jerônimo, o Torto**. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2013.

LOPES, H. F. Salazarismo: autoritarismo ou fascismo? A união nacional em perspectiva organizacional e comparativa. **Observatório Político: Working Paper**, n. 76, p. 1–19, 2017.

LUSTOSA, T. M. Educando com o cu: Introdução às pedagogias do corpo e do prazer. **Revista Periódicus**, v. 2, n. 19, p. 180–192, 6 dez. 2023.

MACIEL-BAQUEIRO, L. M.; SANTOS, M. A. F. DOS. Dois caminhos da dissonância cognitiva no bolsonarismo: narcisismo coletivo e desengajamento moral. **Ideias**, v. 14, n. 00, p. e023003, abr. 2023.

MANO, M. K.; MACÊDO, M. S. Direitos reprodutivos , um dos campos de batalha do golpe. Em: RUBIM, L.; ARGOLO, F. (Eds.). **O golpe na perspectiva de gênero**. Coleção Cult. Salvador: EDUFBA, Editora da Universidade federal da Bahia, 2018. p. 85–103.

MARIZ, R. Quem é Mayra Pinheiro, a médica do Ministério da Saúde conhecida como “Capitã Cloroquina”. **O Globo**, 29 jan. 2021.

MARQUES, C. **Universidade de Brasília terá disciplina sobre “golpe de 2016”**. **G1 DF**, 22 fev. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/universidade-de-brasilia-tera-disciplina-sobre-golpe-de-2016.ghtml>>. Acesso em: 23 nov. 2023

MAUSS, M. **Esquisse d’une théorie générale de la magie**. Saguenay: Jean-Marie

Tremblay, 2002.

MCGRATH, M. The Histories of Populism. **National Civic Review**, v. 102, n. 2, p. 50–56, jun. 2013.

MENDONÇA, R. F.; CAETANO, R. D. Populism as Parody: The Visual Self-Presentation of Jair Bolsonaro on Instagram. **The International Journal of Press/Politics**, v. 26, n. 1, p. 210–235, jan. 2021.

MILLETTE, J. Decolonization, populist movements and the formation of new nations, 1945–70. Em: BRERETON, B. et al. (Eds.). **General History of the Caribbean**. New York: Palgrave Macmillan US, 2003. p. 174–223.

MIRANDA, J. Vol. VII/ Nº2/junio-diciembre 2013/pp.69-85.69. **Cultura y religión**, v. 7, n. 2, p. 69–85, 8 mar. 2014.

MISKOLCI, R.; PEREIRA, P. P. G. Quem tem medo de Judith Butler? A cruzada moral contra os direitos humanos no Brasil. **Cadernos Pagu**, n. 53, 11 jun. 2018.

MOSS, D. Tangentopoli. Em: MOLITERNO, G. (Ed.). **Encyclopedia of contemporary Italian culture**. London ; New York: Routledge, 2000. p. 807–808.

MOUFFE, C. **For a left populism**. 1. ed. London ; New York: Verso, 2018.

MUDDE, C. The Populist Zeitgeist. **Government and Opposition**, v. 39, n. 4, p. 541–563, 2004.

MUDDE, C. Populism: an ideational approach. Em: ROVIRA KALTWASSER, C. et al. (Eds.). **The Oxford handbook of populism**. Oxford Handbooks. 1. ed. Oxford, United Kingdom ; New York: Oxford University Press, 2017. p. 46–70.

MUDDE, C.; ROVIRA KALTWASSER, C. **Populism: a very short introduction**. New York, NY: Oxford University Press, 2017.

MURICY, A. C. DA S. **Antônio Carlos Muricy: depoimento**. , 20 maio 1981. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-biografica/antonio-carlos-muricy-i>>. Acesso em: 11 nov. 2023

MUSSE, R. Universidade de resultados. **Cult**, v. 12, n. 138, p. 56–58, 2009.

NOBRE, M. **Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro**. São Paulo, SP: Todavia, 2022.

NORRIS, P. Political mobilization and social networks. The example of the Arab spring. Em: KERSTING, N. (Ed.). **Electronic democracy**. The world of political science : the development of the discipline. Opladen, Germany: Barbara Budrich Publishers, 2012. p. 55–76.

Notas taquigráficas da 54ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal. Brasília, DFSecretaria-Geral da Mesa, , 13 dez. 2023. Disponível em: <[https://www.monitordigital.org/wp-content/uploads/2021/10/NT3-](https://legis.senado.leg.br/escriva-servicosweb/reuniao/pdf/12230?_gl=1*11hx38u*_ga*NjQ4ODgwNjAxLjE2OTg2OTc5MjQ.*_ga_CW3ZH25XMK*MTcwNDI2MzM2Ny43LjEuMTcwNDI2MzY4MC4wLjAuMA..>>. Acesso em: 29 dez. 2023</p>
<p>OLIVAS OSUNA, J. J. From chasing populists to deconstructing populism: A new multidimensional approach to understanding and comparing populism. European Journal of Political Research, v. 60, n. 4, p. 829–853, nov. 2021.</p>
<p>OLIVEIRA, B. S. DE; MAIA, R. C. M. Redes bolsonaristas: o ataque ao politicamente correto e conexões com o populismo autoritário. Confluências: Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, v. 22, n. 3, p. 83–114, 12 fev. 2020.</p>
<p>ORTEGA Y GASSET, J. La rebelión de las masas. 3a ed. ed. Madrid: Tecnos, 2013.</p>
<p>ORTELLADO, P.; RIBEIRO, M. M. A campanha de Bolsonaro no Facebook: Antissistêmica e conservadora, pouco liberal e nada nacionalista: Monitor do Debate Político no Meio Digital. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 25 set. 2018. Disponível em: <

bolsonaro40dias.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2023.

OSTIGUY, P. Populism: a socio-cultural approach. Em: ROVIRA KALTWASSER, C. et al. (Eds.). **The Oxford handbook of populism**. Oxford Handbooks. 1. ed. Oxford, United Kingdom ; New York: Oxford University Press, 2017. p. 104–133.

OSTIGUY, P. The Socio-Cultural, Relational Approach to Populism. **PArteCipazione e COnflitto: the Open Journal of Sociopolitical Studies**, v. 13, n. 1, p. 29–58, 2020.

OURO PRETO, V. DE (AFFONSO C. DE A. F. **Advento da ditadura militar no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2017.

PANIZZA, F.; STAVRAKAKIS, Y. Populism, Hegemony, and the Political Construction of “The People”: A Discursive Approach. Em: OSTIGUY, P.; MOFFITT, B.; PANIZZA, F. (Eds.). **Populism in global perspective: a performative and discursive approach**. Conceptualising comparative politics. New York, NY: Routledge, 2021. p. 21–46.

PARANÁ, D. **Lula, o filho do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

PAULA, C. P. A. D.; ARAUJO, E. P. O.; SARAIVA, P. D. G. P. Comunicação, Informação e Imaginário no processo eleitoral brasileiro: o “Messias” Bolsonaro e o mito do rei pela graça de Deus. **Prisma**, n. 41, p. 100–122, 2020.

PAULO VI, (GIOVANNI BATTISTA ENRICO ANTONIO MARIA MONTINI). **Constitutio dogmatica de Ecclesia “Lumen gentium”**. Vaticano: Concílio Ecumênico Vaticano II, 1964.

PAVEZ, T. “Povo das armas” versus “Povo do Bolsa Família”: imaginário e voto popular em 2018. **Opinião Pública**, v. 29, n. 2, p. 327–362, ago. 2023.

PAZ, M. A.; MONTERO-DÍAZ, J.; MORENO-DELGADO, A. Hate Speech: A Systematized Review. **SAGE Open**, v. 10, n. 4, p. 215824402097302, out. 2020.

PELEVIN, Y. A. **Хождение в народ [Khozhdeniye v narod]**. 1. ed. Saarbrücken: Dictus Publishing, 2014.

PENNYCOOK, G. et al. Dunning–Kruger effects in reasoning: Theoretical implications of the failure to recognize incompetence. **Psychonomic Bulletin & Review**, v. 24, n. 6, p. 1774–1784, dez. 2017.

PEREIRA, E. O espírito da oração ou como carismáticos entram em contato com Deus. **Religião & Sociedade**, v. 29, n. 2, p. 58–81, 2009.

PERISSINOTTO, R. M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas, SP, Brasil: Editora da Unicamp, 1994.

PERTHES, V. **The political economy of Syria under Asad**. Paperback ed ed. London: Tauris, 1997.

PIAIA, V.; ALVES, M. Abrindo a caixa preta: análise exploratória da rede bolsonarista no WhatsApp. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 43, n. 3, p. 135–154, set. 2020.

PRADO, M. Conheça a trajetória do PSL, de sigla nanica até Bolsonaro e os laranjas. **Folha de S. Paulo**, 14 fev. 2019.

PUSCHNER, U. “One People, One Reich, One God”: The Völkische Weltanschauung and Movement. **GHI London Bulletin**, German Historical Institute London Bulletin. v. 1, n. 24, p. 5–29, 2002.

QUADROS, M. P. D. R.; MADEIRA, R. M. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública**, v. 24, n. 3, p. 486–522, dez. 2018.

QUELER, J. J. **Entre o mito e a propaganda política: Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1961)**. Tese de doutorado—Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2008.

REBELLO, A. **Alvo de CPI, site de fake news com 903 anunciante perde apoio com campanha**. UOL Notícias, 21 maio 2020. Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/21/alvo-de-cpi-site-de-fake-news-com-903-anunciantes-perde-apoio-com-campanha.htm>>

RIBEIRO, L. G. M.; LASAITIS, C.; GURGEL, L. Bolsonaro Zuero 3.0: Um estudo sobre as novas articulações do discurso da direita brasileira através das redes sociais. **Anagrama**, v. 10, n. 2, 2016.

ROCHA, C.; SOLANO, E.; MEDEIROS, J. **The Bolsonaro paradox: the public sphere and right-wing counterpublicity in contemporary Brazil**. Cham, Switzerland: Springer, 2021.

ROUSSEAU, J.-J. **Du contrat social: édition comprenant avec le texte définitif, les versions collationnées sur les Manuscrites autographes de Genève et de Neuchâtel**. 1. ed. Paris: Ancienne librairie Germer Baillière et cie, 1896. v. 1

ROVIRA KALTWASSER, C. et al. Populism: an overview of the concept and of the state of art. Em: ROVIRA KALTWASSER, C. et al. (Eds.). **The Oxford handbook of populism**. Oxford Handbooks. 1. ed. Oxford, United Kingdom ; New York: Oxford University Press, 2017. p. 15–43.

RUBIM, L.; ARGOLO, F. (EDS.). **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: EDUFBA, Editora da Universidade federal da Bahia, 2018.

SALLES, R. **Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o MST e demais facções sem-terra**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 21 set. 2023. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2338616&filena me=Tramitacao-REL%201/2023%20CPIMST>. Acesso em: 3 jan. 2024.

SANTOS, M. A. F. DOS; MACIEL-BAQUEIRO, L. M. “Abaixo à ditadura da realidade”: conceituando os mitos do bolsonarismo. Em: CRUZ, D. U. DA (Ed.). **O Brasil Pós Eleições 2022: Para pensar os desafios e problemas logo à frente**. Salvador, BA: Pinaúna Editora, 2023.

SAPIO, M. **Expulso do partido, João Amoêdo “parabeniza” Novo em aniversário de 12 anos**. **CNN Brasil**, 13 fev. 2023. Disponível em:
<<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/expulso-do-partido-joao-amoedo-parabeniza-novo-em-aniversario-de-12-anos/>>. Acesso em: 28 dez. 2023

SARTORI, G. **The theory of democracy revisited: the contemporary debate**. 1. ed. Chatham, New Jersey: Chatham House Publishers, 1987. v. 1

SCHWÖRER, J. **The Growth of Populism in the Political Mainstream: The Contagion Effect of Populist Messages on Mainstream Parties’ Communication**. Cham: Springer International Publishing, 2021.

SELL, C. E. Weber, Max. Verstehende Soziologie und Werturteilsfreiheit. Schriften und Reden 1908-1917 [Sociologia compreensiva e controvérsia sobre os valores. Escritos e Alocuções: 1908-1917]. **Tempo Social**, v. 30, n. 3, p. 321–334, 13 dez. 2018.

SENADO FEDERAL. Ata da 190ª Sessão, não-deliberativa, em 22 de dezembro de 2014. . 23 dez. 2014, p. 88.

SETTEMBRINI, D. Leninismo. Em: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Eds.). **Dicionário de política**. Tradução: Tradução: Carmen C. Varriale et al. 11. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 679–686.

SHOKO, T. “Worse than dogs and pigs?” Attitudes Toward Homosexual Practice in Zimbabwe. **Journal of Homosexuality**, v. 57, n. 5, p. 634–649, 30 abr. 2010.

SIGAUD, G. DE P. Catéchisme anticommuniste. **Le sel de la terre**, n. 81, p. 50–73, 2012.

SIGNATES, L. Espiritismo e política: os tortuosos caminhos do conservadorismo religioso e suas contradições no Brasil. **Revista Caminhos - Revista de Ciências da Religião**, v. 17, n. 4, p. 138, 13 dez. 2019.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. 1. ed. São

Paulo, Brazil: Companhia das Letras, 2012.

SLOTERDIJK, P. **Rage and time: a psychopolitical investigation**. New York: Columbia University Press, 2010.

SOUZA, A. R. D. Os católicos, evangélicos e espíritas chamados de progressistas. **REVER: Revista de Estudos da Religião**, v. 23, n. 2, p. 167–182, 19 nov. 2023.

SOUZA, A. R. D.; TORRES, N. C. As duas faces evangélicas do espiritismo brasileiro. **Religião & Sociedade**, v. 42, n. 1, p. 221–240, jan. 2022.

SPYER, J. **O povo de Deus: quem são os evangélicos e porque eles importam**. 1. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2020.

SUBRAMANIAN, N. Populism in India. **The SAIS Review of International Affairs**, v. 27, n. 1, p. 81–91, 2007.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADO 26. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26/2019. . 5 out. 2020, p. 1–566.

SUREL, Y. Populism in the French Party System. Em: MÉNY, Y.; SUREL, Y. (Eds.). **Democracies and the Populist Challenge**. London: Palgrave Macmillan UK, 2002. p. 139–154.

TEMER, M. **Elementos de direito constitucional**. 22. ed. São Paulo, SP: Malheiros Editores, 2007.

TOWNSEND, J. R. Chinese Populism and the Legacy of Mao Tse-Tung. **Asian Survey**, v. 17, n. 11, p. 1003–1015, 1 nov. 1977.

TROTSKY, L. D. B. Manifesto of the Communist International to the Proletariat of the Entire World. Em: DEGRAS, J. (Ed.). **The Communist International: 1919-1943. Documents**. London: Frank Cass and Co. Ltd., 1956. v. 1.

TUSHNET, M. Varieties of populism. **German Law Journal**, v. 20, n. 3, p. 382–389, abr. 2019.

TUTERS, M. Cultural Marxism. **Journal for contemporary philosophy**, In special issue: Marx from the Margins : A Collective Project, from A to Z. v. 38, n. 2, p. 32–34, 2018.

VANNUCCHI, M. A. O corporativismo como estratégia: governo Vargas, apoio social e a constituinte de 1933-1934. **Ler História**, n. 75, p. 65–87, 31 dez. 2019.

VERBEEK, B.; ZASLOVE, A. Populism and foreign policy. Em: ROVIRA KALTWASSER, C. et al. (Eds.). **The Oxford handbook of populism**. Oxford Handbooks. 1. ed. Oxford, United Kingdom ; New York: Oxford University Press, 2017. p. 489–514.

VINTIMILLA-LEÓN, D. E.; TORRES-TOUKOUMIDIS, A. Covid-19 y TikTok. Análisis de la Folksonomía social. **Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologías de Informação**, n. E40, p. 15–26, 2021.

VOLL, J. O.; SONN, T. **Political Islam**. , 14 dez. 2009. Disponível em: <<https://oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780195390155/obo-9780195390155-0063.xml>>. Acesso em: 23 abr. 2023

WAISBORD, S. Mob Censorship: Online Harassment of US Journalists in Times of Digital Hate and Populism. **Digital Journalism**, v. 8, n. 8, p. 1030–1046, 13 set. 2020.

WEBER, M. Der Sinn der »Wertfreiheit« der soziologischen und ökonomischen Wissenschaften. Em: WEBER, M. (Ed.). **Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre**. UTB für Wissenschaft Soziologie. 7. ed. Tübingen: J.C.B. Mohr (P. Siebeck), 1988a. p. 489–540.

WEBER, M. **Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie**. 9. ed. Tübingen: J.C.B. Mohr (P. Siebeck), 1988b. v. 1

WEBER, M. Die protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus. Em: WEBER, M. (Ed.). **Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie**. 9. ed. Tübingen: J.C.B. Mohr (P. Siebeck), 1988c. v. 1p. 17–206.

WEBER, M. Die drei reinen Typen der legitimen Herrschaft. Em: WEBER, M. (Ed.).

Wirtschaft und Gesellschaft: die Wirtschaft und die gesellschaftlichen Ordnungen und Mächte: Nachlass. Gesamtausgabe / Max Weber. Abt. I, Schriften und Reden. Tübingen: J.C.B. Mohr (P. Siebeck), 1999. p. 717–744.

WEYLAND, K. Populism: a political-strategical approach. Em: ROVIRA KALTWASSER, C. et al. (Eds.). **The Oxford handbook of populism.** Oxford Handbooks. 1. ed. Oxford, United Kingdom ; New York: Oxford University Press, 2017. p. 72–102.

WINK, G. **Brazil, land of the past: the ideological roots of the New Right.** 1. ed. Cuernavaca, Morelos: Bibliotopía, 2021.

YAMAMOTO, E. Y.; DE MOURA, J. F. O Brasil a partir do Movimento Brasil Livre: imagens de uma comunidade imaginada. **Comunicologia - Revista de Comunicação da Universidade Católica de Brasília**, v. 11, n. 1, p. 153, 30 ago. 2018.